

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM TRINTA E UM DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZASSETE** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E TRINTA E UM**-----

----- Aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária, ambas em exercício. -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e a Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva)-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves Silva Almeida Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Margarida Matos Mota, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira

Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Ana Paula da Silva Viseu, Maria João Bernardino Correia, Rosa Lourenço, Romão da Conceição Batuca Lavadinho, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Susana Maria da Costa Guimarães, Francisco Alves da Silva Ramos, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Maria Capitolina Marques, Luis Manuel Inês Cavaco, Tiago Ivo Cruz, Duarte Albuquerque Carreira, Fernanda da Conceição Coito Coelho, João Diogo Santos Moura, Nelson Pinto Antunes, Luis Graça Gonçalves, Paulo Moreira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS) e Rui Jorge Gama Cordeiro (PSD)-----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia.-----

----- Ana Sofia de Oliveira Dias Figueiredo (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Penha de França, por um dia, tendo sido substituída pela substituta legal Deputada Municipal Maria Capitolina Marques. -----

----- Davide Miguel Santos Amado (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Fernanda Coelho.-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Rosa Lourenço. --

----- Rute Sofia Florêncio Lima De Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Duarte Albuquerque Carreira. -----

----- Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Cavaco.-----

----- Ricardo Manuel Azevedo Saldanha (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu.-----

----- Ana Regedor (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Susana Guimarães. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Moreira. -----

----- Carlos de Apويم Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rui Cordeiro. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Bataca Lavadinho. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cristina Andrade. -----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves. -----

----- Ricardo Amaral Robles (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz. -----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), pelo período de 31 a 24 de fevereiro de 2017, sendo substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente da CML Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: Carlos Castro, Paula Marques, Catarina Vaz Pinto, Manuel Salgado, Jorge Máximo e Catarina Albergaria. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa, João Gonçalves Pereira e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião. -----

----- “Senhoras Deputadas e Senhores Deputados boa tarde a todos, queria dar início à sessão, cumprimentar os presentes. -----

----- Tenho que fazer o apelo habitual a que ocupem os vossos lugares, para podermos começar a nossa sessão com dignidade, Senhores Deputados façam favor. -----

----- Parece que alguns Senhores Deputados não me estão a ouvir, eu preciso que ocupem os vossos lugares Senhor Vereador Carlos Castro. Ó Senhores Deputados façam favor da paz vossos lugares e o Senhor Vereador também, sei que estes momentos são muito importantes em que os Deputados e Vereadores trocam as suas impressões, mas temos que dar início à sessão. -----

----- Temos uma sessão hoje com bastante matéria e vamos começá-la. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Temos 5 pessoas inscritas. Vamos começar, em 1º lugar, com a cidadã e nossa ex-colega Deputada Municipal, Lurdes Pinheiro, penso que está aí, seja bem-vinda a esta sua casa. É um prazer voltar a ouvi-la. A Maria de Lurdes vem-nos apresentar um documento, que já terão visto nos jornais, que se chama ‘Morar em Lisboa’ que é um documento subscrito por uma série de Entidades, Associações e, presumo, também, pessoas individuais e vamos ouvir. -----

----- **A Senhora Maria de Lurdes Pinheiro**, Associação dos Inquilinos Lisbonenses, Avenida Almirante Reis, nº 12, 1169-199 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. -----

----- Sou dirigente da Associação O Património da População de Alfama, uma das vinte e três associações que, depois de algumas iniciativas próprias, lançaram em conjunto a carta aberta ‘Morar em Lisboa’ inicialmente, subscrita também por três dezenas de personalidades. A carta aberta é dirigida ao Governo, aos deputados e aos Órgão do Município mas, também, se dirige aos cidadãos. Posso informar-vos que em apenas uma semana já temos mais de três mil e cem assinaturas, isto comprova como são pertinentes as questões que colocamos.-----

----- Nós dizemos que é cada vez mais difícil morar em Lisboa, mas não ficámos para este grito de protesto. Pretendemos chamar a atenção para a necessidade de uma nova política de habitação de forma a termos, no futuro, uma cidade de todos. -----

----- Abordámos a alteração profunda das dinâmicas habitacionais nas áreas metropolitanas, provocada pela drástica subida das rendas de casa, por uma queda abrupta da oferta e pela muito brutal dos preços para compra de casa própria. -----

----- Como é, hoje, consensual reconhecer um consenso que se perde assim que se fala de causas e responsabilidades.-----

----- A população tem vindo a ser expulsa das áreas centrais da cidade. O acesso à habitação, em Lisboa, tornou-se um privilégio de poucos, e isto agrava-se à medida que nos aproximámos da Baixa e das zonas históricas. -----

----- Pelo caminho continuaremos a assistir à diminuição da população, e de jovens, ao despovoamento, ao desaparecimento de comunidades que dão cor e vida à cidade. -----

----- O discurso oficial mantém a afirmação que se pretende uma Lisboa habitada, plural e diversificada, uma cidade para ser vivida por todos. Mas a prática, no poder do país e do município, continua a não ser concordante com esse discurso, essa prática contraditória chega a ser contrária ao discurso oficial.-----

----- Ao nível do país e do município, é urgente adotar uma política de habitação que favoreça e dinamize o arrendamento público e privado, com direitos e deveres, com segurança e estabilidade, uma política que incentive a colocação no mercado de propriedades devolutas, incluindo o património do Estado e municipal, que estabeleça parcerias diversas com os setores privado e social, que crie um mecanismo de controlo das rendas, através de uma política fiscal e adequada, que trave os despejos sem alternativa. -----

----- Neste nosso movimento, estamos empenhados na intervenção cívica, na elaboração de propostas para uma política transparente e participada pelos cidadãos. Desejamos que nasça uma plataforma vista a juntar vontades, ideias e dinâmicas.-----

----- Consideramos urgente lançar outro paradigma de desenvolvimento de Lisboa como um território partilhado e socialmente diversificado, dando prioridade ao equilíbrio económico e social, à igualdade e coesão, ao acesso à habitação, à multiplicidade de usos, ao espaço público, à mobilidade, à conservação do

património, à promoção da Cultura e do Desporto, à convivência cívica e a participação cidadã. -----

----- *Sabemos que estes imperativos merecem um amplo consenso, queremos que, na medida das vossas competências, contribuam para que as decisões que, aqui, forem tomadas, coloquem e mantenham, na primeira linha, a agenda política e a resposta às nossas preocupações.* -----

----- *Eu vou deixar à Mesa a carta para ser distribuída pelos eleitos.* -----

----- *Muito obrigada pela vossa atenção.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- *“Muito obrigada, eu, Senhora Maria de Lurdes.* -----

----- *A carta aberta é dirigida ao Governo, aos Deputados, ao Município e aos Cidadãos. Portanto, na parte que diz respeito à Assembleia Municipal irei, naturalmente, encaminhá-la para a 3ª Comissão que é a Comissão que acompanha os assuntos relacionados com a habitação e urbanismo.* -----

----- *Na parte que diz respeito à Assembleia da República, sou eu própria redatora da carta, na medida em que na Assembleia da República estamos, precisamente, a debater matérias muito relacionadas com as questões colocadas nesta carta aberta. Se porventura ela vier a ser transformada em petição, seja aqui, a nível municipal, seja a nível nacional, veremos os desenvolvimentos que terá.* -----

----- *Muito obrigada pela vossa mobilização e pelo vosso empenho.*-----

----- *Vamos passar, agora, à intervenção da Senhora Maria das Dores Castanho Ribeiro.”* -----

----- **A Senhora Maria das Dores Crespo Castanho Ribeiro** residente na Rua Gonçalves Zarco, nº 12, 5º Esquerdo, 1400-191 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa tarde Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhores Deputados, Senhores Membros do Executivo Camarário, Meus Senhores e Minhas Senhoras.* -----

----- *Um grupo de fregueses de Belém dos quais sou porta-voz, vem colocar à Assembleia Municipal, algumas questões.*-----

----- *O primeiro tema insere-se no âmbito do protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Belém, segundo o qual a Câmara Municipal delegou competências na segunda outorgante, que é a Junta de Freguesia de Belém, para promover todas as ações que garantam o cumprimento das ações contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas, designadamente na execução do plano de acessibilidade pedonal, no total de quatrocentos e cinquenta e dois mil duzentos e treze euros.* -----

----- *Depois de largos anos a lutar na Assembleia de Freguesia de Belém, nas reuniões descentralizadas da Câmara Municipal e, ainda, numa reunião com os técnicos da Câmara, vai finalmente ser executado o plano de acessibilidade pedonal do Bairro de Belém.* -----

----- *Tendo em conta a apresentação sucinta do projeto, nós dizemos o seguinte:-----*

----- Na especificidade, as obras de intervenção para reduzir o trânsito na Rua Gonçalo Velho Cabral não foram contempladas no projeto. Belém tem redes estruturantes, redes de distribuição principal e redes de distribuição secundária que atravessam a freguesia, como é sabido. O trânsito de entrada e saída circula pela Avenida das descobertas, ilha da Madeira, Rua Tristão Vaz e zonas constantes a velocidade superior autorizados, por exemplo, a Rua Gonçalo Velho Cabral que desemboca na Rua da Escola Secundária do Restelo regista acidentes frequentes pelo excesso de velocidade que os veículos assumem na subida, pelo que deve estar protegida, nomeadamente, com lombas, à semelhança do que se fizer para a Avenida Ilha da Madeira. -----

----- Sugere-se, ainda, a colocação de semáforos no cruzamento da Avenida Vasco da Gama ou Avenida do Restelo, com a Avenida das Descobertas. -----

----- Sugere-se, ainda, a eliminação do Jardim onde está colocada a estátua do Gandhi, na Avenida Dom Vasco da Gama. -----

----- Sugere-se, ainda, semáforos na Rua Gonçalves Zarco, os semáforos na Rua Gonçalves Zarco, junto à Calçada do Galvão, não tem razão de existir porque a entrada da Escola Paula Vicente foi deslocada desse local para outro, e portanto, os semáforos devem estar junto à escola. -----

----- Na generalidade, os fregueses de Belém desconhecem o plano em pormenor, tendo sido objeto de uma apreciação sucinta na Assembleia de Freguesia. -----

----- Consideramos que seria pertinente ter acesso ao plano, à calendarização da execução, aos custos associados, ao acesso aos relatórios de execução. -----

----- Viemos, ainda, lembrar a necessidade de podar as árvores, plátanos e acácias, ou a substituição das mesmas para evitar potenciar as alergias, evitar que os passeios, nos meses da queda das folhas, fiquem escorregadios o que provoca quedas dos fregueses, essencialmente, porque é uma freguesia muito envelhecida como o resto da Cidade de Lisboa. -----

----- Quanto às acácias na Rua Gonçalo Nunes, é de referir ainda que as suas raízes fortes e evasivas já constituem um problema para as viaturas que, confiadamente, entram na rua, desconhecendo estas lombas criadas pela rutura do asfalto pelas volumosas raízes. -----

----- Eu anexei documentos de investigadoras que identificam as principais árvores causadoras de alergias. -----

----- Sugere-se, ainda, que o canteiro situado na Rua Gonçalves Zarco, número doze, seja tapado para evitar infiltrações, e que também, que sejam um depósito de dejetos de cães. -----

----- Chamo, ainda, a atenção para o arruamento roto, o qual estamos a ver imagens, por onde se perdem as águas pluviais para a cave, garagem, dos três prédios do chamado quarteirão rosa, sito à Rua Gonçalo Nunes, número cinco, dezanove a cinquenta e três, as garagens das respetivas casas, caves, estão a sofrer infiltrações...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, interrompeu:-----

----- “Já terminou o seu tempo, tem mesmo de concluir.”-----

----- **A Senhora Maria das Dores Crespo Castanho Ribeiro** concluiu:-----

----- “*Só queria mesmo dizer que, tanto tempo esta Assembleia tem despendido com temas como a preservação dos Brasões do Império do que nós nos desmarcamos, e achamos que o enfoque deve ser dado aos problemas concretos da freguesia como os que, anteriormente, referi e que trazem maior bem-estar e qualidade de vida aos Belenenses que são os fregueses de Belém.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada.-----

----- Depois, se quiser deixar o documento que será colocado na ata.-----

----- Muito obrigada. Iremos questionar a Câmara sobre esta matéria, e depois enviaremos a resposta daquilo que poderemos apurar. -----

----- Agora temos um cidadão e uma cidadã que veem intervir sobre matéria que temos hoje, agendada para o primeiro ponto da nossa Ordem de Trabalhos, e que é o problema dos solos contaminados no Parque das Nações. -----

----- Portanto, desde já, a Senhora Célia dos Reis Simões, eu convido estes dois cidadãos a assistirem ao debate que nós vamos ter a seguir que é, precisamente, sobre esta matéria.”-----

----- **A Senhora Célia dos Reis Simões** residente na Rua Jangada de Pedra, nº 2, R/C A, 1900 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Muito boa tarde e muito obrigada.*-----

----- *A Associação Cidade Imaginada Parque das Nações (ACIPN), vem mais uma vez pedir esclarecimentos relativamente aos solos contaminados existentes na obra de expansão do Hospital CUF Descobertas.* -----

----- *Durante os últimos dias o cheiro a químicos e a gás tem-se intensificado, ainda que nesta altura não estejam a ser removidos os solos.* -----

----- *Há vários meses que estão a ser contactadas diferentes entidades e não conseguimos nenhuma informação que nos garanta que não existe perigo para o ambiente e para a saúde pública.* -----

----- *Por nossa conta, estamos a fazer análises à qualidade do ar, por entidade credível e isenta, e que apresentam valores muito acima da média.* -----

----- *Nos últimos dias fomos informados pela comunicação social que a Agência Portuguesa do Ambiente e a CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, emitiram um comunicado dizendo que podíamos ficar descansados com uma avaliação que aponta que não existem riscos para a saúde.* -----

----- *No entanto, de acordo com essa avaliação preliminar a CCDR não permite que os solos sejam removidos sem a sua autorização, o que indica que algo não está definitivo nesta análise.* -----

----- *No memorando enviado à Câmara Municipal Lisboa, o dono da obra, refere que foram encontrados solos contaminados classificados como perigosos.*-----

----- *Os moradores continuam cada vez com mais dúvidas e sem tranquilidade com estes comunicados que vão em sentido contrário ao que se vive diariamente naquele*

local. Existem moradores que tiveram de se mudar para não colocarem em risco a sua saúde e a saúde dos seus filhos. -----

----- Ainda nenhuma entidade indicou se estão a monitorizar o ar e quais os valores dessas amostras à qualidade do ar, em dias e horas diferentes, porque nem sempre a intensidade é a mesma. -----

----- Em dias de chuva, estes cheiros intensificam-se e voltam a entrar-nos dentro das casas. O cheiro propaga-se por distâncias maiores. Questionamos mesmo se as águas pluviais e os lençóis freáticos não estarão a contribuir para uma elevada concentração de águas contaminadas, pondo em risco o ambiente e mais uma vez a saúde pública. Questionamos ainda para onde estão a bombear as águas que se infiltram na obra? Já analisaram essa água? -----

----- Estará o rio Tejo também a ser contaminado?-----

----- Assim, vimos pedir informações adicionais relativamente à avaliação preliminar já feita pela CCDR-LVT que lhes permitiu apontar a ausência de riscos para a saúde pública e para o ambiente. -----

----- Tendo a CCDR-LVT indicado como um dos requisitos essenciais para permitir retomar os trabalhos de remoção de solos na obra (que diga-se, nunca chegaram a parar) a realização de campanha de caracterização da qualidade do ar no local, por laboratório acreditado, com vista a avaliar a concentração de compostos orgânicos voláteis, somos levados a acreditar que a CCDR-LVT já tem em sua posse os resultados (mesmo que preliminares) das referidas análises à qualidade do ar.-----

----- Assim, solicitamos que o seu âmbito e resultados sejam de imediato dados a conhecer ao público de modo a tranquilizar todos os moradores e sobretudo a comunidade escolar daquela zona, que continuam a viver na incerteza relativamente ao ar que respiram e ao impacto que este poderá ter na sua saúde. Neste momento não basta dizer que não há risco para a saúde pública... há que o demonstrar com dados concretos. -----

----- Mais uma vez pedimos que não ande o poder político e o poder económico de mãos dadas em detrimento do ambiente e da saúde pública. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhora Célia. -----

----- Há uma informação importante para vos dar que é o seguinte, eu gostava que ouvisse esta informação que é importante, como sabem nós vamos ter, hoje, um debate, aqui, um debate de atualidade sobre esta questão específica. -----

----- Todos os documentos que foram enviados à Assembleia Municipal e que envolvem, relatórios, relatórios de análises, os pareceres da CCDR, os pareceres da Associação Portuguesa do Ambiente, IGAMAOT e Câmara Municipal de Lisboa estão disponíveis no site da Assembleia Municipal de Lisboa, o *link* é diretamente, através do *site* da Assembleia Municipal de Lisboa, toda a documentação recebida até à data, pode, ainda, não ser suficiente para o que precisamos mas, pelo menos, essa parte já está disponível publicamente para quem quiser analisar. É muita informação e,

naturalmente, precisa de ser, agora, analisada com olhar independente porque cada entidade responde por si mas os cidadãos têm o poder de descortinar todas as entidades. Era esta a informação que queria dar.”-----

----- **O Senhor Rui Berkemeir** residente no Largo República da Turquia, nº5, 4º B, 1750 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde. -----
----- *Estou aqui em representação da Associação Zero uma associação de ambiente que tem vindo a acompanhar...Senhora Presidente, as pessoas têm estado a falar sistematicamente à medida que os oradores estão a falar, isso não me parece muito simpático...*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “O Senhor tem toda a razão, e eu peço várias vezes para estarem com atenção, enfim, em silêncio e a ouvir o que está a ser dito, mas cada um tem de agir segundo a sua consciência.-----

----- Faça favor.”-----

----- **O Senhor Rui Berkemeir** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Muito obrigado. -----
----- *A nossa associação está a acompanhar esta situação extremamente grave, extremamente grave, volto a salientar, porque o que se passa aqui é que um projeto emblemático para o país, que foi a Expo 98, foi dito às pessoas, a muita gente que os solos estavam descontaminados. Verificamos, agora, que isso é mentira. Efetivamente, temos milhares de toneladas de solos contaminados na zona do Parque das Nações. --*

----- *Este caso das obras na CUF Descobertas é apenas um caso e suspeitamos que mais vão acontecer. Este caso é paradigmático do que se tem passado em muitas obras, em Lisboa.*-----

----- *Em primeiro lugar, os estudos que são feitos para Eu tenho que gritar, quase, Senhora Presidente, enfim, é complicado*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, interrompeu:-----

----- “Senhores Deputados, eu agradecia que colocassem os telemóveis em silêncio e que ouvissem quem está a falar com dignidade.”-----

----- **O Senhor Rui Berkemeir** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Bom, estava eu a dizer, os estudos feitos pela Empresa Melo Saúde sobre os solos contaminados são uma vergonha. Os estudos não identificaram só os resíduos perigosos e o que se verificou depois quando começou a escavação, até porque houve denúncias, verificou-se então que havia 25% dos solos eram solos contaminados com hidrocarbonetos. É inacreditável que sejam feitos estudos seja licenciada uma obra e não seja possível identificar uma grama de solos perigosos.-----

----- *Segundo aspeto, eu já visitei obra, ela está praticamente concluída e na zona, e verifiquei que abaixo do nível do betão, portanto, abaixo dos dezasseis metros que até onde foi construído o parque de estacionamento, existem solos negros com um forte cheiro a hidrocarboneto. Portanto, nós temos ali, muito provavelmente, debaixo*

daquele parque de estacionamento, uma zona, uma bolsa de resíduos perigosos que muito provavelmente, ao longo dos anos, vai libertar aqueles gases pelas infraestruturas, e temos uma situação muito, uma potencial bomba relógio debaixo daquela infraestrutura. -----

----- Depois a questão da APA. A Agência Portuguesa do Ambiente fez saber, no sábado passado, que não havia perigos, nem para a saúde, nem para o ambiente. Isto é inacreditável e apelo à Câmara Municipal de Lisboa que esclareça esta situação com a APA. Não há nenhum estudo do Ministério do Ambiente sobre qualidade do ar na envolvente daquele local, portanto, ninguém pode dizer que não houve contaminação atmosférica, não há estudos sobre o que é que se passa debaixo, digamos, do parque de estacionamento, portanto ninguém sabe o que é que está lá debaixo. -----

----- Eu já falei, entretanto, com técnicos da APA e posso garantir que esta notícia foi chamada de notícia política. Há a informação técnica e há a informação política, e segundo a informação que tenho foi uma informação política para acalmar as pessoas. Muito bem, vamos a acalmar as pessoas, mas com números, e não com informações que não são reais. -----

----- Dizer o seguinte, neste momento, o que nós queríamos era que a obra parasse e que fossem removidos os solos que, ainda, lá estão, reparem que há cheiros a hidrocarbonetos, naquela zona, desde sete de setembro, até hoje. Eu estive lá ontem e cheira intensamente, hoje ainda mais com a humidade, e portanto, estamos numa situação em que há contaminação atmosférica há quase cinco meses sem uma única análise à qualidade do ar. Isto é inaceitável. -----

----- Para concluir, o que nos parece é que têm de ser feitas, imediatamente, análises à qualidade do ar. Qualquer obra naquela zona, e há perspectiva de novas obras, têm de ser muito bem controladas, desta vez, para aprendermos com os erros do passado, e depois conclui, ainda, que têm de ser feitas sondagens ao subsolo debaixo, digamos, do parque de estacionamento que eu estou convencido, pelo que vi, e pelo que a gente conhece daquela região, daquela zona, há, de facto, solos contaminados debaixo daquele parque de estacionamento, e tem de se pensar muito bem se vamos ter um parque de estacionamento, durante décadas com gases a emanar por aquela infraestrutura acima. -----

----- E, portanto, apelo aqui à Câmara Municipal de Lisboa para intervir, energicamente, neste processo, que é a sua obrigação, e não esperamos nada a menos do que isso. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Eu gostava de vos assinalar, aqui, uma questão, quer pela intervenção anterior, quer por esta intervenção, foi várias vezes referida a questão da saúde pública, e por aquilo que eu pude apreciar pela documentação recebida na Assembleia Municipal, nenhuma entidade da saúde pública se pronunciou até à data, que eu tivesse dado por

isso. E, portanto, alertava, também, para este ponto, existem os delegados de saúde, enfim, existem as responsabilidades da saúde pública e não temos essa informação, portanto eu não dei com ela, na documentação que foi remetida à Assembleia Municipal. -----

----- Vamos prosseguir para ouvir a última pessoa inscrita, sabendo que o primeiro ponto da nossa Ordem de Trabalhos é a discussão sobre este assunto dos solos contaminados.” -----

----- **A Senhora Maria Odete Fernandes de Almeida Vieira** residente na Rua Castelo Branco Saraiva, Bloco A, nº 87, 1º B, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “É o seguinte, Senhora Presidente. -----

----- *Eu vendo no Largo da Graça há quarenta e sete anos, flores. E há coisa de vinte e cinco anos, fiquei legal, inscrita na Câmara. Fomos ao concurso, a leilão, e o Senhor Presidente que lá estava, deu-nos autorização, quer dizer, nós tivemos que pagar, e ficámos a pagar, todos os meses, uma renda. Depois, tínhamos o cartão, e tínhamos os papéis da renda. Tiraram-nos o cartão que nós, todos os anos, pagávamos seiscentos escudos de selo de cartão, depois tiraram-nos o cartão, e passámos a pagar renda. Pronto, tudo bem. -----*

----- *Há vinte e cinco anos que estou legal na Câmara. E o Senhor Presidente que nos deu o lugar disse que nós podíamos ocupar três metros, podem usar o chapéu e podem usar uma mesa para fazer os trabalhos, a mim e às minhas colegas que concorreram. -----*

----- *É o seguinte, a minha era o vinte e três e o vinte e quatro em frente à Moviflor. Mas a Moviflor como acabou, foi para lá a chinesa e correu comigo. -----*

----- *Depois a Senhora Presidente da Junta, que tenho a agradecer-lhe, fez-me uma casinha. A Senhora Presidente disse-me que a casinha era para eu me abrigar da chuva mas, por amor de deus, eu tenho as flores à chuva e não pode ser porque eu trabalho porque preciso, porque eu tenho uma reforma pequena, já fui operada às duas vistas, tenho diabetes e não posso governar-me com a minha reforma, tenho que arranjar mais alguma coisa. -----*

----- *Como, agora, andam lá as obras, eu não trabalho. A Senhora Presidente disse-me que iria pôr mão a isso, mas por amor de deus, eu hoje ia para vender e não tinha onde me meter, andamos todos os dias metidas ali, com as botas brancas naquela caliça aquilo é uma miséria, só aparece lá ossos, então ao pé do meu quiosque que a Senhora Presidente da Junta me fez, já tirei de lá treze, ainda lá estão mais dois para levantar, ora, a chover eles não podem tirar nada dali, e eu estou ali presa e não sei o que hei de fazer à minha vida para me governar. -----*

----- *Eu peço à Senhora Presidente se me faz o favor, se me podia mudar o quiosque para outro sítio, ou fazer-me um maior para eu poder lá ter as minhas coisas para os meus trabalhos, para fazer uns raminhos pois não tenho espaço na casinha que a Senhora Presidente da Junta me fez, ela fez com boa intenção, mas quer dizer, não me dá para as minhas coisas, e segundo consta a Câmara tem quiosques. Porque é que não me colocam lá um quiosque maior no sítio onde estou inscrita? -----*

----- *Tenho aqui os papéis, posso deixar ficar. São fotocópias, Senhora Presidente, é que assim, eu como mudei de casa*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, interrompeu:-----

----- “Senhora Maria Odete, já terminou o seu tempo.”-----

----- **A Senhora Maria Odete Fernandes de Almeida Vieira** no uso da palavra, continuou:-----

----- *“Eu como mudei de casa o papel original e o cartão, elas ficaram com ele, mas o papel original eu nunca mais, mas tenho uma fotocópia.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Maria Odete, vamos fazer o seguinte; como pode imaginar eu não conheço o processo e o meu papel aqui é ouvi-la, tomar nota dos documentos que deixa aqui, mandar uma carta para a Câmara para pedir explicações à Câmara, se for preciso, também, pedimos à Junta que confirme a informação que a Senhora Maria Odete deu, e depois a Câmara dirá o que pode ser feito.-----

----- Eu sei que a Presidente da Junta está ali mas ela não pode falar, agora. Nós temos aqui, umas certas regras e ela, agora, não pode falar, pode só se o assunto estiver agendado.-----

----- Mas seja como for, todos ouviram o que a Senhora Maria Odete disse, os documentos estão aqui, vamos mandar uma carta à Câmara, e a Senhora Maria Odete vai receber uma carta nossa com o que a Câmara tiver a dizer.-----

----- Muito obrigada.-----

----- Senhores Deputados, terminámos a intervenção do público e vamos passar, agora, ao Período da Ordem do Dia.”

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

PONTO 1. DEBATE DE ATUALIDADE SOBRE “SOLOS CONTAMINADOS EM LISBOA”, A REQUERIMENTO DO GRUPO MUNICIPAL DO PEV E AO ABRIGO DO ARTIGO 49º DO REGIMENTO – GRELHA K, 60 MINUTOS;

----- (A **Recomendação 6/131 apresentada pelo PEV** fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação 7/131 apresentada pelo CDS-PP** fica anexada à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Como sabem o 1º ponto da nossa Ordem de Trabalhos é precisamente esta matéria dos solos contaminados em Lisboa.-----

----- É um debate de atualidade, é pedido pelo Partido Ecologista ‘Os Verdes’ e, para vossa informação, processa-se da seguinte maneira.-----

----- O Partido Ecologista ‘Os Verdes’ tem 5 minutos para a iniciar o debate. Depois, todos os Grupos Municipais têm mais 5 minutos para intervir no debate, e a Câmara também tem 5 minutos, o Partido Ecologista ‘Os Verdes’, além dos 5 minutos iniciais, tem mais 5 minutos para usar no meio ou no fim do debate, como entender.-----

----- Eu peço que respeitem estes tempos para podemos, realmente, cumprir o que diz o regimento, que este debate tem uma hora para se processar posto isto e vou dar a palavra Partido Ecologista ‘Os Verdes’.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os Verdes marcaram este debate porque se impunha que a Câmara viesse à Assembleia Municipal prestar os devidos esclarecimentos sobre os solos contaminados em Lisboa, porque o que se está a passar na cidade é preocupante devido aos riscos para a saúde das pessoas e para o ambiente.-----

----- Temos colocado questões concretas ao executivo e não temos obtido respostas concretas. Curiosamente, apenas nos últimos dias e nas últimas horas começaram a chegar as informações que solicitámos mas que até aqui o executivo foi incapaz de dar. É caso para dizer que o agendamento deste debate permitiu que a Câmara finalmente começasse a procurar esclarecimentos. -----

----- Para Os Verdes este procedimento do executivo parece-nos completamente errado e desrespeitador desta Assembleia. -----

----- Mas a documentação enviada não esclarece tudo!-----

----- Sobre as obras de ampliação do Hospital da CUF Descobertas, importa lembrar que os solos, ao serem remexidos, libertam resíduos para a atmosfera, situação que é agravada pela proximidade do hospital, de escolas, creches e de uma zona residencial, além dos trabalhadores que há meses estão em contacto direto com os solos. E só muito recentemente começaram a usar equipamento de proteção.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa informa-nos que pediu esclarecimentos à CUF, à APA e à IGAMAOT. -----

----- Contudo, estes esclarecimentos apenas foram solicitados depois do requerimento do PEV ter sido entregue. O que nos levanta dúvidas sobre o acompanhamento feito a esta obra.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa afirma que fez inspeções nos dias 10 de Agosto, 23 de Setembro e 17 de Novembro. Parece-nos muito estranho que a resposta tenha sido e cito ‘em nenhuma destas inspeções se detetou qualquer irregularidade, nomeadamente quanto à existência de cheiros químicos’, quando já havia várias queixas sobre os cheiros que nós próprios pudemos confirmar no local. Aliás, no dia 11 de Novembro, Os Verdes já estavam a par da situação e dirigimos a primeira pergunta ao Ministério do Ambiente, exigimos esclarecimentos na Assembleia Municipal e a Câmara que fez inspeções à obra não detetou nada? -----

----- Esta informação é contraditória com o que o Senhor Vereador afirmou na última reunião de Câmara, dizendo que a partir de Novembro foi detetado um cheiro a hidrocarbonetos. Como é possível o executivo antes ter dito que esse cheiro não tinha sido detetado na inspeção realizada em Novembro?-----

----- Gostaríamos portanto que a Câmara nos fizesse chegar o resultado de todas as inspeções que fez à obra. -----

----- O licenciamento da Câmara para esta obra foi emitido a 12 de Dezembro, quando a obra já estava bastante avançada, pois começou em Julho. Sabemos que esse

procedimento é possível mas, perante os riscos, por princípio, parece-nos extremamente precipitado, numa despectiva ambiental.-----

----- No dia 25 de Janeiro foi remetido um *email* pela CCDR à administração do hospital a solicitar a apresentação de um pedido de licenciamento para a descontaminação dos solos informando que a remoção dos solos deveria ter sido suspensa até isso acontecer. Refira-se que a empreitada de Escavação e Contenção Periférica terminou em Dezembro. Atualmente encontram-se a ser realizados os trabalhos de execução de betão de limpeza e ensoleiramento geral. Logo, nunca foi apresentado qualquer pedido de licenciamento para a descontaminação dos solos, nos termos do Regime Geral de Gestão de Resíduos.-----

----- Pode a Câmara confirmar que houve suspensão da remoção dos solos antes da entrega desse projeto de descontaminação e em que data isso aconteceu? -----

----- É preciso garantir que mesmo após a construção, a saúde das pessoas e o ambiente estão em segurança, o que não se conseguiria se a obra fosse construída por cima de solos contaminados. E, de facto, preocupa-nos que a obra, aparentemente, não tenha parado sequer um dia, até aumentou o seu ritmo, e na última vez que lá estivemos havia betoneiras a entrar e a sair da obra. O que nos leva a perguntar: por que razão a Câmara não suspendeu a obra antes de começarem a cimentar os solos e até haver o tal projeto de descontaminação pedido pela CCDR? -----

----- Estão também previstas mais escavações entre o hospital e esta obra, para ligar o parque em construção ao parque que já existe por baixo do hospital. Logo, prevêem-se mais obras e mais escavações. Que informações dispõe a Câmara sobre isto? Porque tudo leva a crer que esses solos também estarão contaminados. -----

----- Mas o caso de contaminação de solos não se fica por aqui. No Campo das Cebolas está a ser construído um parque de estacionamento da EMEL, onde funcionou durante anos uma bomba de gasolina. Razão pela qual estes solos também se encontravam contaminados.-----

----- À semelhança do que aconteceu no Parque das Nações, a APA recebeu uma denúncia sobre a classificação destes solos como não perigosos e foi solicitado que apurasse os procedimentos das análises e classificação destes solos. -----

----- Aqui, muito concretamente, ‘Os Verdes’ perguntam por que razão esta Assembleia não foi informada de nada disto? Terá a Câmara o entendimento que esta Assembleia apenas serve para aprovar as propostas que pretende, esquecendo propositadamente a sua função fiscalizadora? -----

----- Falando em solos contaminados em Lisboa não podíamos deixar de referir os solos de Monsanto, contaminados com chumbo devido ao Campo de Tiro a Chumbo. Estes solos também terão sido descontaminados apenas à superfície, à semelhança de algumas zonas do Parque das Nações, o que é totalmente errado e não resolve os problemas, como é possível comprovar. -----

----- Mas há mais casos de contaminação de solos na cidade, apesar de a Câmara se estar a focar muito no Parque das Nações, devido à visibilidade que este caso entretanto teve. Podemos dar o exemplo do Edifício da Fidelidade no aterro da Boavista, do Braço de Prata, da Matinha e de Santa Apolónia, entre outros.

Consideramos, por isso, que os procedimentos devem ser alargados a todos os locais onde exista risco de contaminação dos solos. E hoje, neste debate, gostaríamos de ouvir o que tem a Câmara Municipal de Lisboa a dizer sobre esta matéria. Obrigada.”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Gostaria de chamar a atenção que a Senhora Deputada usou os seus 5 minutos iniciais em mais um minuto e meio do tempo que tem para o debate, veremos como as coisas agora correm. -----

----- Já vou dar a palavra aos seguintes intervenientes, mas, entretanto queria alertar todos os Senhores Deputados para o facto de termos, para este debate, terem sido apresentadas 2 recomendações que eu mandei distribuir pelos Senhores representantes e que já estão no *site*. -----

----- Uma Recomendação apresentada pelo Partido Ecologista ‘Os Verdes’ e uma outra Recomendação apresentada pelo CDS-PP. -----

----- E vamos dar a palavra agora à Senhora Deputada Margarida Saavedra, eu tenho 2 inscrições do PSD, tenho indicação que há um tempo cedido do PAN.-----

----- Portanto, daremos agora a palavra à Senhora Deputada Margarida Saavedra, depois numa 2ª ronda, poderemos dar a palavra Senhora Deputada Rosa Maria, no tempo do PAN.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estamos aqui hoje para debater um problema de saúde pública, o dos solos contaminados da cidade de Lisboa, que merece de todos nós a maior atenção possível. -----

----- Porque tempo é, de facto, diminuto, vamos abordar concretamente a situação do Parque das Nações e julgo que é importante abordarmos este processo a montante. ----

----- De acordo com informações prestadas esta Assembleia, pela Câmara, aquando da realização da Expo 98, a Parque Expo comunicou a descontaminação dos terrenos. ----

----- Recorde-se que, neste local, havia um parque de estacionamento à superfície não estando previsto outro tipo de ocupação. -----

----- Contudo, merecida a aprovação de um PIP para o local, a Câmara sancionou a alteração de ocupação dos ditos terrenos e a construção de 5 caves destinadas a estacionamento com a subsequente ocupação do subsolo. -----

----- Mais, tendo passado domínio público para o domínio privado da Câmara, a Câmara vendeu este terreno em hasta pública. -----

----- Ora, de acordo com o artigo 25 do PDM, cito: ‘nas áreas onde tendo em consideração, nomeadamente, as atividades existentes poluentes existem indícios de que os solos se encontram contaminados com substâncias de risco para a população e para o ambiente, é obrigatório proceder a uma avaliação da respetiva perigosidade. Em caso de comprovada situação de risco é obrigatória a elaboração e execução de um plano de descontaminação dos solos, o qual deverá anteceder qualquer intervenção urbanística.’ -----

----- Foi isto feito Senhor Presidente? Ou será que a permanência, durante anos e anos, de gasolineras naquele local, não foi considerada indício suficiente? -----

----- A Câmara não acautelou estes riscos como entidade que tutela o urbanismo, mas atenção, também não o fez como entidade transmitente. Se consultarmos o caderno de encargos de hasta pública deste terreno, a Câmara afirma e cito, ‘a propriedade não tem ónus ou encargos que possam, eventualmente, limitar o seu valor’. -----

----- Está ali escrito, SIC, eu vou repetir, ‘a propriedade não tem ónus nem encargos que possam, eventualmente, limitar o seu valor’ pelos vistos tinha, e nesta afirmação, evidentemente, não corresponde à realidade. -----

----- Como é que só agora, depois de ter licenciado o processo e vendido o terreno que era seu é que a Câmara acordou? -----

----- Isto, Senhor Presidente, merece uma explicação por parte da Câmara, mas se a Câmara tivesse cumprido o definido no PDM e tivesse constituído um caderno de encargos fiável, esta situação não teria acontecido e o que nós deixamos aqui é a seguinte pergunta: Porquê é que isto aconteceu? Obrigado.” -----

Para sobre a mesma só que a Senhora Thatcher e Carvalho da Silva que utilizará do tempo, o restante tempo disponível do PSD fica campo cedido pelo parque.”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra agora, sobre o mesmo assunto, a Senhora Deputada Rosa Maria Carvalho da Silva que utilizará o restante tempo disponível do PSD e tem tempo cedido pelo PAN.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Na sequência do disse a Deputada que me antecedeu, a obra foi licenciada e, afinal, os residentes acabaram por descobrir que os solos não estavam descontaminados.-----

----- Naturalmente, os moradores começaram a sentir na pele as suas consequências, tal como referem os ofícios da Câmara números 48, 50 e 51, emitidos agora, em 2017, apesar de a Câmara haver tomado conhecimento da situação em Novembro de 2016, só em 18 de Janeiro do corrente ano de 2017 decidiu atuar, enviando ofícios para as entidades competentes. -----

----- Obviamente, depois dos residentes se terem concentrado e chamado a comunicação social.-----

----- Acresce ainda que, apesar da Câmara Municipal de Lisboa ter afirmado publicamente que as obras se encontravam paradas, a verdade é que conforme dispositivos que irei passar a mostrar, que continuaram dia e noite, com exceção da passada sexta-feira, dia 27 à noite, e nos fins de semana. -----

(Neste momento são passadas imagens para ilustrar a intervenção da Deputada). -----

----- Esta é no fim de semana, continuam, portanto, a fazer as obras e durante a noite, durante a noite, às 2 da manhã, ainda continuam as obras a serem efetuadas, todas as noites com exceção do dia 27 à noite. -----

----- Para os Senhores, para a Câmara, tomar em atenção como é que é possível. -----

----- Pode continuar a passar, portanto, foi uma sequência de 10 dias, que eu tirei da janela da minha casa, portanto, estas fotografias. -----

----- Portanto, Senhores Deputados, vejam que, efetivamente, as obras continuam a decorrer. -----

----- Aproveito mostrar a minha perplexidade quando ao relatório da APA, distribuído ontem pela Câmara sem qualquer comentário.-----

----- Aproveito também para lançar um repto ao Senhor Presidente que não está, como de costume, quando é algo que possa trazer algum ónus algum conflito, nunca está presente. É bom que comecemos a tomar em atenção que o Senhor Presidente, só excecionalmente resolve fazer uma visita a esta Assembleia. -----

----- Contudo, eu faço o repto ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vereador Manuel Salgado, se Vossas Excelências estão confortáveis com o relatório da APA e se, de facto, acreditam que não há perigo nenhum para a saúde pública, desde já disponibilizo 2 quartos, em minha casa, para vossas Excelências lá permanecerem durante uma semana, com uma condição, ficarem com as janelas abertas, depois nos dirá se há incómodo ou não. -----

----- Aproveito também para dizer que hoje, às 7.30 da manhã, quando saía de casa, no -2 da minha garagem, não se conseguia lá passar, portanto, estava um cheiro... eu moro no 9º andar, estou a falar de -2, portanto, significa que cheiros estão a ir por todos os níveis, os lençóis freáticos.-----

----- Acresce ainda que, no dia 22 de Janeiro último, pelas 23 horas, era impossível passear junto à Marina. -----

----- Não será despidiendo desconsiderar que as lamas tóxicas já se encontram praticamente todas tapadas, estão a correr pelos lençóis freáticos, indo desaguar no rio. -----

----- Posto isto, Senhora Presidente e Senhores Deputados, a nossa preocupação é evidente, além de Deputada sou uma residente e o que se passou, e o que se tem passado, são um ato de cidadania demonstrado por todos os moradores.-----

----- Portanto, Senhor Vereador Manuel Salgado, Senhor Vice-Presidente em exercício, queiram-nos dizer se aceitam o meu repto que, desde já, disponibilizo para vossas excelências terem atenção, e após o que dirão o que é que sentem. Muito Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Ficou registada a sua oferta de habitação por uma semana, portanto, esta é uma oferta relevante. Vamos perseguir.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Por iniciativa do PEV, abordamos hoje a questão dos solos contaminados na cidade.-----

----- Pese embora esta matéria seja lançada nesta altura derivada às situações ocorridas nas obras do Campo das Cebolas e num lote no Parque das Nações, esta é uma matéria que, tocando na saúde pública, importa avaliar na globalidade das intervenções em Lisboa. -----

----- Sendo que cada processo urbanístico cumpre regras legais e regulamentares e, destas últimas verificadas pela APA e IGAMAOT, vemos como positiva a iniciativa

da Câmara, apoiada por todos os partidos com assento nesta órgão, de avançar com o levantamento e inventariação das obras na cidade que potencialmente movimentem solos contaminados.-----

----- Assim, exige-se do Município pro-atividade nestes processos no que concerne à estreita articulação e acompanhamento e fiscalização das obras, seja junto dos seus promotores seja com as demais entidades competentes, mas não só.-----

----- No caso que temos acompanhado nas últimas semanas, as obras de ampliação da CUF Descobertas, os moradores, perante o confronto com odores nauseabundos a gás intervieram, e bem, suscitando preocupação quanto ao garante da saúde pública. -----

----- Neste caso, não podemos esquecer o papel do Estado Português, responsável pela expropriação dos terrenos, para os quais elaborou projetos e fez planos de pormenor vendendo-os, seguidamente, como aptos ao propósito urbanístico. -----

----- A garantia de segurança era dada, á data, com a descontaminação dos solos até 12 metros de profundidade, sabendo que até as primeiras obras de maior índice no Parque das Nações, todas em anterior zona industrial, atingiram mais de 12m de profundidade, ou seja, a situação que agora se discute não é nova. Nem nesta zona nem noutras. -----

----- Quanto ao processo urbanístico a decorrer no Parque das Nações, o último desenvolvimento é claro: da parte da CML foram cumpridos os regulamentos, da parte do dono da obra, foram realizadas as análises aos solos conforme previsto na legislação, bem como o encaminhamento dos mesmos para local destinado adequado e licenciado para o efeito, Por fim, a APA efetuou uma avaliação aos solos, concluindo não haver risco para a saúde e ambiente. -----

----- Ora, esta entidade esteve no local a inspecionar os solos. Esta inspeção vem na sequência de novas diretrizes da APA que decidiu que, a partir de 18 de Janeiro, toda e qualquer remoção de solos contaminados em obras de construção, mesmo que não sejam perigosos, carecem de licenciamento por parte da CCDR-LVT. -----

----- Ou seja, com esta decisão, não existe uma suspensão da obra, como agora foi dito, mas sim na remoção dos solos contaminados que, no fundo, são a preocupação dos moradores face aos odores intensos emanados das mesmas. -----

----- E esta é uma preocupação que se vai manter, até porque estão previstas novas construções na zona envolvente desta obra agora em questão. E sobre esta matéria exige-se um esclarecimento cabal da Câmara Municipal.-----

----- Mas, afinal, qual é o papel da CML nesta matéria? -----

----- Sobre o papel da CML, importa salientar que esta deverá assumir integralmente as suas responsabilidades já que o Regulamento do PDM e do seu artigo 25º, com a epígrafe Descontaminação de solos, prevê o seguinte no nº 1. -----

----- ‘Nas áreas onde, tendo em consideração, nomeadamente, atividades poluentes pré-existentes, existam indícios de que os solos se encontram contaminados com substâncias de risco para a população e para o ambiente, com possibilidade de afetação de aquíferos e aquíferos, é obrigatório proceder a uma avaliação da respetiva perigosidade.’ -----

----- E no seu ponto nº 2, diz ainda:-----

----- ‘Em caso de comprovada situação de risco é obrigatória a elaboração e execução de um plano de descontaminação dos solos e reposição da salubridade, o qual deverá anteceder qualquer intervenção urbanística.’-----

----- Contudo, Sr. Vereador Manuel Salgado, o PDM falhou ao não ter delimitado em planta as áreas de risco de existência de solos contaminados.-----

----- Pior do que isso - o PDM no seu preâmbulo prometia aos Lisboetas duas coisas: -

----- 1ª – ‘Com vista à promoção de uma Cidade ambientalmente sustentável, amigável e segura (...) são definidas áreas sujeitas a riscos antrópicos, designadamente, áreas sujeitas a descontaminação.’-----

----- E em 2º prometia também aos lisboetas, a criação de um ‘regime de proteção adequado’ para tais caos’.-----

----- Ora não só o PDM de Manuel Salgado se esqueceu de delimitar em planta as zonas problemáticas como descurou totalmente de criar um regime de proteção adequado – e este caso, que falamos agora do Parque das Nações, é a prova cabal disto mesmo!-----

----- Pelo que, até que tal zonamento seja efetuado, vigora em Lisboa o princípio da insegurança e da desresponsabilização o que, conseqüentemente, aumenta a nossa preocupação.-----

----- Preocupação essa que não se extingue com este processo do Parque das Nações mas que nos levanta dúvidas sobre outras localizações, como é o exemplo dos terrenos de Alcântara (onde funcionavam várias indústrias, fábricas e aterros) e a Matinha, entre outros, já para não falar dos restantes terrenos ainda expectantes da Expo e para os quais já existem projetos.-----

----- Que segurança nos pode apresentar a Câmara para os projetos em curso e para futuros? Vai cumprir o PDM? PDM esse que não identificou, até agora, em planta, estas zonas?-----

----- A única diligência da Câmara será a apresentação do prometido relatório, em que identifica os processos urbanísticos em curso com risco de solos contaminados, ou vai cumprir o estipulado no PDM e apresentar o mapeamento das zonas de risco?-----

----- E nessa matéria, Senhora Presidente, apresentamos uma recomendação para que a Assembleia recomende à Câmara que faça o óbvio, que é cumprir o Regulamento do PDM: nomeadamente, apresentar o mapeamento das zonas de risco e apresentar este regime de proteção previsto no Regulamento.-----

----- Posto isto, o CDS irá acompanhar este processo de perto, bem como outros casos que se venham a ser detetados no relatório que a Câmara irá apresentar no próximo mês e, esperando, que o PDM seja eficazmente cumprido, a bem da saúde pública. ---- E agradecemos, também, uma resposta às questões que aqui colocámos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa não alertou para o tempo uma vez que temos indicação que o MPT estava a ceder tempo se fosse necessário.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tal como já disse, aqui nesta Assembleia, nós, no Parque das Nações, continuamos, estamos e continuamos a acompanhar, obviamente, com muita prudência, mas também com muita preocupação a evolução deste assunto. -----

----- Importa que ele seja, de facto, esclarecido cabalmente, para que não restem dúvidas, que nós saibamos, efetivamente, tudo o que deve ser feito para garantir, por um lado, a descontaminação dos solos. E nós, tal como defendi, da outra vez, volto a referir se eles foram detetados, devem ser retirados todos eles, a menos que isso seja contraproducente, e que haja medidas de salvaguarda que, de alguma maneira, possam constituir uma celagem com garantia absoluta de que eles não terão qualquer impacto ambiental. A menos que isso aconteça, de facto, eles deverão ser retirados. -----

----- Portanto, nós vamos, obviamente, acompanhar com um voto favorável as Recomendações que aqui são feitas. -----

----- Apelando, uma vez mais, de facto, à Câmara que continue a acompanhar este assunto e manter a Assembleia, nomeadamente, as Comissões de Urbanismo e do Ambiente, sobre a evolução desta matéria, não apenas no Parque das Nações mas em toda a cidade de Lisboa, porque, de facto, como já foi dito aqui, este não é um problema exclusivo do Parque das Nações, embora seja aquele que, neste momento, tem estado mais na ordem do dia. Muito Obrigado.”

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Grupo Municipal do Partido Socialista está preocupado, naturalmente, com esta questão e que temos acompanhado desde o 1º minuto e estamos preocupados também com possíveis situações idênticas que possam surgir noutras zonas da cidade, pelo que acompanharemos e queremos dizê-lo, desde já, ambas as Recomendações que estão aqui hoje em análise. -----

----- Parece-nos, no entanto, tudo o que analisamos da documentação, a disponível e que foi distribuída por todos, que não haverá motivo, para já, para alarme e que as entidades, cada uma dentro das suas competências, têm atuado em conformidade. -----

----- Esta é uma zona território alargado de intervenção da Expo 98 e a descontaminação dos solos era responsabilidade da Parque Expo o que, vemos aqui, há a possibilidade de não ter sido feito, ou não ter sido feito de forma correta, portanto, parece-nos importante que se apure o que aconteceu neste âmbito. -----

----- Dizer também à Senhora Deputada Margarida Saavedra que, fazendo a fé no cumprimento do papel por parte da Parque Expo, de que forma é que poderia dispor de uma forma diferente, de maneira diferente, daquela que foi disposta pela Câmara Municipal de Lisboa, só apenas por artes divinatórias, parece-nos que seria a única forma. -----

----- No seguimento do requerimento foi apresentado pelo Partido Ecologista ‘Os Verdes’, a Câmara Municipal de Lisboa pediu, e a nosso ver bem, uma vez que foi alertada e, portanto, tinha que ver reforçado de agir, pediu informação detalhada, e não satisfeita com 1ª resposta que recebeu, pediu mais informação. -----

----- Do memorando que é enviado pela José de Mello Saúde e que acho que é um documento base e muito importante nesta questão, parece resultar que havendo

problemas com os solos, porque os havia, tudo foi gerido e tratado dentro das regras estabelecidas pelo enquadramento legal quer de Portugal quer do que deriva da União Europeia.-----

----- Os diversos solos contaminados terão sido removidos e encaminhados, de acordo com o seu tipo, para os devidos locais de destino, e o relatório é bastante exaustivo e pormenorizado neste campo. -----

----- Compreendemos o alarme público e é importante que esse alarme o público tenha eco aqui dentro, bem como o melindre que esta situação pode gerar. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista tem como certo que as entidades responsáveis estão a agir, também por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa que atuou de forma incisiva e rápida.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa, é importante frisar, pediu à APA e IGAMAOT que esclarecem se foi detetada alguma irregularidade e se as operações de remoção dos resíduos acautelam a saúde e a segurança dos futuros utentes daqueles edifícios, bem como dos moradores. -----

----- Da CCDR decorre um prazo de resposta até dia 9 de Fevereiro e, mais recentemente, afiançou publicamente não haver perigo para a saúde pública, cito ‘perigo para a saúde pública’, o que se entidade regional com competência para atuar comunica que não há esse o perigo, isso deve ser, para nós, também, motivo de, pelo menos, alguma calma e deixarmos as entidades agirem uma vez que elas o estarão a fazer. -----

----- Para terminar, Senhora Presidente, no exercício das suas competências, é importante dizer que a Câmara Municipal realizou 3 inspeções nos dias 10/8, 23/9 e 17/11, devidamente registadas, em que em nenhuma delas se detetou qualquer irregularidade aos cheiros a químicos. -----

----- Portanto, não nos parece justo que se diga que a Câmara Municipal de Lisboa não esteve em cima do assunto. -----

----- Parece-nos importante frisar para fugirmos à demagogia, que a competência técnica, neste caso, não é da Câmara Municipal de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa não tem essa competência técnica, nem essa competência legal, mesmo em termos de meios humanos, para poder agir. -----

----- Aquelas situações, quase que parecemos aqui estar a incorrer naquelas situações em que o municípios vão às Juntas de Freguesia e acham que tudo é responsabilidade das Juntas de Freguesia só que uma coisa é municípios que não têm obrigação, por si, de ler as leis das autarquias locais exaustivamente, outra coisa são os Senhores Deputados virem aqui atirar responsabilidades para cima da Câmara Municipal.-----

----- Mas, mais importante que tudo, Senhora Presidente, o Grupo Municipal do Partido Socialista pede à Câmara Municipal que mantenha esta situação sob vigilância, bem como outras abordadas aqui, que nos parecem importantes, no âmbito das suas competências, mas, em especial, em diálogo com a APA coma CCDR com a IGAMAOT, entidades que têm o grosso das competências de licenciamento, gestão e fiscalização deste tipo de processos. Muito Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Relativamente a esta matéria gostaríamos, antes de mais, de saudar este debate de atualidade sobre os solos contaminados em Lisboa e dizer, obviamente, que esta é uma matéria é do maior interesse para a cidade e também um caso, obviamente, grave de saúde pública e, por isso, nos deixa preocupados. -----

----- No entanto, gostaríamos também aqui de salientar algumas questões e, também, de reforçar o que foi dito pelo anterior orador, de que não devemos entrar aqui num debate que levante esta polémica sem estar devidamente informado. -----

----- Gostaria, a este respeito, dizer que, relativamente à Câmara, é óbvio que, e sabemos que as operações de gestão de resíduos não são submetidas à Câmara Municipal no âmbito do controlo das operações urbanísticas, até porque estas não integram nem necessitam de integrar elementos relativos à gestão de resíduos, no entanto, e como também já foi aqui dito por outros colegas Deputados, sabemos que o PDM de Lisboa, especificamente sobre esta matéria tem, no entanto, por força do artigo 25º, a necessidade de apresentação de avaliações sempre que haja indícios de contaminação de solos e, obviamente, as zonas que tivessem atividades poluentes pré-existentes, o que é o caso que estamos aqui a analisar, especificamente, do Parque das Nações e do Hospital das Descobertas. -----

----- Por isso, gostaríamos de colocar algumas questões à Câmara, que gostaríamos de ver respondidas neste debate de atualidade, neste caso, da obra de expansão do Hospital da CUF Descobertas. -----

----- Primeiro, se a Câmara procedeu ou tem conhecimento de existir algum relatório de avaliação de perigosidade dos solos, conforme exige este artigo 25º do PDM. -----

----- E também, se for comprovado esta situação de risco, neste mesmo artigo do PDM, exigir que haja uma elaboração execução de um plano de descontaminação dos solos, que, conforme o Decreto-Lei 73/2011, do Regime Geral de Gestão dos Resíduos, no seu artigo 23º, se aplica também às operações de descontaminação dos solos e, portanto, todas as entidades que aqui já foram faladas, têm também que ser envolvidas. -----

----- Portanto, pedíamos, antes de mais, relativamente a este debate, que fosse esclarecido pela Câmara, não só as questões da perigosidade, mas também lembrar que estas questões devem ser vistas caso a caso, a operação do Parque das Nações foi uma operação complexa que, na altura, fez uma descontaminação geral e que relativamente a estas obras, elas devem ser analisadas caso a caso e, por isso mesmo é que existe o artigo 25º do PDM, é precisamente para em cada um destes casos ser avaliado e ser se necessário feito um plano descontaminação dos solos adicional ao que já foi feito anteriormente. -----

----- Gostaria também, para terminar, de dizer que acompanhamos a Recomendação do PEV relativamente à descontaminação dos solos em Lisboa, que é, obviamente, importante seja feita uma listagem das obras estão a decorrer na cidade, com riscos de conterem solos contaminados, assim como acompanhamos, também, a Recomendação do CDS que pede que, no âmbito do PDM, se apresente o regime de proteção adequado e se proceda ao mapeamento de zonas de risco da cidade.-----

----- No entanto, temos um entendimento um pouco diferente do CDS porque, apesar de achamos que é importante ser feito este levantamento no âmbito PDM, não sabemos se deverá ser no PDM que deverá ser inscrito este mapa específico, até porque ele é um mapa mutável. O PDM é um instrumento que é revisto com uma regularidade não muito grande e, portanto, sugeríamos ao CDS que incluísse que estes dados fossem incluídos no relatório do Estado do Ordenamento do Território que nos parece que é um elemento que é atualizado com muito mais regularidade e que nos parece mais adequado para conter este mapa e este levantamento. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Bloco de Esquerda acompanha as preocupações que os moradores aqui colocaram e também já aos partidos políticos, acho que é preciso haver responsabilidades e intervenção e acho que não vamos aqui nem culpar nem desculpar, mas isto tem uma história. -----

----- Eu acompanhei o processo todo de construção da Expo 98 e da nova ponte e vi a forma como foi contaminado e retirado algumas das lamas que lá estavam e a forma como foi modelado por camadas aquele terreno e muitas das transformações que ocorreram naquele espaço, seja dos espaços verdes, seja da parte do Hospital da CUF e da parte de baixo, que pertencia tudo à Sacor, e depois à Petrogal e que nós sabemos a profundidade que houve. -----

----- De um lado, de Moscavide para cá, em relação a todas as, não sei se lhes hei de chamar cangalhas, mas a todo o material de guerra que já estava obsoleto e que foi deixado estar ali, que era Beírolas. -----

----- E depois toda a parte que diz respeito, em relação à indústria, à Sacor e à Petrogal, mas também era bom que nós observássemos antes o plano de pormenor da Matinha a ser executado, também é bom que a gente veja quais foram as marcas que foram deixadas pela então Petroquímica, que é o último nome designação, que ali foi deixado. -----

----- O Braço de Prata, talvez tenha um pouco menos, em termos de óleos e de restos de material de guerra que lá ficou e de outros óleos a que lá estavam, mas de qualquer forma, e eu trabalhei lá desde os 14 anos e, portanto, sei que, conheço bem aquela zona, aquele espaço, aqueles espaços que estão ali colocados. -----

----- Portanto, acho que era importante que a Câmara, pese embora ter feito 3 inspeções, mas estranhamente é o único que não detetou nada. É bom que se veja, para além do problema de cumprir o PDM, veja do problema da qualidade de vida das pessoas, veja da profundidade em relação ao problema da descontaminação dos solos, que os 12 metros que estão previstos, é preciso ir mais fundo, na descontaminação. ----

----- A Câmara Municipal de Lisboa herdou aqueles terrenos do Parque Expo, é um espaço de gestão e, portanto, tem responsabilidades sobre aquela área e acho que é importante que, se for necessário - pese embora que isso custe dinheiro, mas eu acho que as pessoas estão primeiro - que leve à suspensão da obra, se verifique todas as situações que ali estão colocadas, se façam novas inspeções, quem tenha competências

técnicas para verificar que verifique e se cumpra em relação à questão que é pedida aqui do cumprimento do PDM, do mapeamento das zonas de risco. -----

----- E que mantenha também informada esta Assembleia Municipal de tudo o que se vai desenrolando e se vai verificando toda aquela situação que está ali seja no lado, do Parque das Nações atuais, seja depois a combinação para a Petroquímica, especialmente da parte da Petroquímica, porque não sei, em termos da verificação, aquilo ficou ao abandono, é necessário, talvez, verificamos que alguma coisa vai em frente. É bom que se verifique como é que é o estado da situação que ali está colocado.

----- Pronto, era só a acompanhar, no fundo, a preocupação pela situação que está colocada aos moradores, eu não aceito a oferta de ir lá para casa da nossa colega, mas de qualquer forma, acho que é bom que se veja toda esta situação e se faça uma intervenção e se cumpra, no fundo, a legislação. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Por iniciativa do Partido Ecologista ‘Os Verdes’ estamos aqui a discutir hoje um problema que afeta a nossa cidade, o problema dos solos contaminados em Lisboa. ----

----- A intervenção do PEV, e algumas outras que houve na sequência, foi bastante esclarecedora dos graves prejuízos que os solos contaminados trazem à saúde e bem-estar das populações. A este nível, não iremos acrescentar rigorosamente mais nada, lembrar somente que não é apenas o problema dos cheiros, mas há outro problema que também deve ser equacionado, que é o do chumbo, do crómio e outros metais pesados existentes nos solos e que por lá vão ficando.-----

----- Acompanhamos as recomendações que aqui foram apresentadas, mas não basta aprovar nesta Assembleia textos, moções ou recomendações. Trata-se de um problema grave de saúde pública, pelo que o que se impõe é apurar o grau de responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa que é o nosso interlocutor nestas questões, (por exemplo, na não intervenção prévia e alterando o uso dos solos em função até do próprio PDM vigente), quer em termos de passado, mas também e fundamentalmente no futuro. O que irá a Câmara Municipal de Lisboa fazer para prevenir este tipo de situações? Qual o respeito pela qualidade de vida dos lisboetas, de quem aqui trabalha ou nos visita?-----

Senhores Vereadores, não basta a realização de obras por todo o lado, Avenidas Novas, uma Praça em cada Bairro, que obviamente são boas para a cidade. Este é um problema de ambiente e qualidade de vida que merece o nosso respeito! A Câmara Municipal de Lisboa tem obrigação de se antecipar às situações, o que não foi de todo feito nesta situação!” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu queria começar a minha intervenção neste debate sobre os solos contaminados desmentindo a Senhora Deputada Margarida Saavedra. -----

----- Primeiro, o plano de Urbanização de 1994 determina que este terreno é um terreno para construção. A edificabilidade está definida no reparcelamento, ele foi utilizado, temporariamente, durante a exposição como um parque de estacionamento e quem

vendeu o terreno à CUF Descobertas não foi a Câmara Municipal de Lisboa, mas sim, a Parque Expo, isto para que fique claro e, para que não haja aqui dúvidas. -----

----- A 2ª questão que queria esclarecer é que a Câmara não mandou parar a obra nunca e pela simples razão que a própria CCDR, que é a entidade com a capacidade fiscalizadora sobre esta matéria, disse expressamente que não deu ordem, na nota de imprensa que distribuiu no dia 25 de Janeiro, que não deu ordem para que a obra parasse.-----

----- A própria CCDR, que é a entidade com competência fiscalizadora, de acordo com uma nota de imprensa que, aliás, mandámos para a Assembleia Municipal, através da Senhora Presidente. -----

----- Mas eu gostava de explicar aqui mais alguns detalhes. -----

----- Primeiro, Câmara Municipal e os serviços da Direção Municipal de Urbanismo fazem a fiscalização do ponto de vista urbanístico, ou seja, o cumprimento da normativa urbanística. -----

----- As várias visitas à obra, que foram feitas ao longo, e que estão referidas e que eu referi já em sessões anteriores, foram para verificar as questões que tinham a ver com o cumprimento da normativa urbanística, e isto porquê? Porque o regime jurídico da urbanização e edificação não obriga à apresentação de qualquer plano de descontaminação dos solos, ou de gestão de resíduos das obras, seja produto demolições seja produto de escavações. Essa matéria não consta do RJUE e a competência da Câmara em termos de licenciamento urbanístico rege-se pelo regime jurídico da urbanização e edificação.-----

----- Quando tivemos conhecimento que existia este problema, imediatamente atuámos e a 1ª coisa que fizemos foi escrever uma carta ao Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente e ao Senhor Presidente da CCDR em que dizíamos expressamente que, no âmbito da fiscalização de operações urbanísticas que está cometida a Câmara Municipal de Lisboa, e que se destina, portanto, a assegurar a conformidade daquelas operações com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, alertamos para os perigos que possam resultar para a saúde e segurança das pessoas e solicitamos a Vossa Excelência informação sobre a suficiência das medidas que estão a ser adotadas para efeitos de descontaminação dos solos e respetiva conformidade legal. -----

---- E dizíamos também que muito agradecíamos que fosse esclarecido, em particular, se foi detetada alguma irregularidade ou se existem trabalhos que devem ser executados nesta fase e antes de prosseguir a construção da estrutura do edifício, assim como se as operações de remoção de resíduos permitem acautelar, após a construção, a saúde e a segurança dos futuros utentes daquele edifício e dos edifícios circundantes. -

----- Esta foi a posição tomada pela Câmara Municipal de Lisboa relativamente a esta matéria. -----

----- Em 28 de Janeiro, a CCDR, que é a entidade com competência para a fiscalização, faz uma nota de imprensa em que diz que a obra que está a ser realizada encontra-se devidamente licenciada do ponto de vista urbanístico, relativamente aos solos a remover no âmbito da obra, têm sido realizadas as corretas análises aos solos por parte

do dono da obra, tal como determinam as leis e os regulamentos em vigor, estes solos têm sido encaminhados para o local de destino adequado e licenciado para o efeito, diz expressamente todas condições, diz que, depois, na sequência desta fiscalização e tendo solicitado ao dono da obra José de Mello Saúde, a apresentação de 2 requisitos essenciais: -----

----- a) A evidência da não contaminação do solo, imediatamente subjacente à área de construção, que aquele é que pode, eventualmente, contaminar águas subterrâneas. ----

----- b) A realização de campanha de caracterização da qualidade do ar no local por um laboratório acreditado com vista a avaliar a concentração de compostos orgânicos voláteis no ar ambiente. -----

----- Depois, termina dizendo: informa-se ainda que, de acordo com a avaliação preliminar já feita, é possível apontar a ausência de riscos para a saúde pública e para o ambiente fruto desta obra.-----

----- Este é o comunicado da CCDR, a nota de imprensa da CCDR, relativa a esta obra e que é quem tem competência para esta fiscalização e que expressamente afirma aquilo que acabei de ler.-----

----- A 2ª questão que gostava aqui de referir, para terminar, é que o licenciamento das operações de gestão de resíduos tem 2 regimes diferentes: um para as obras públicas em que é obrigatório que seja apresentado o plano de resíduos, juntamente com a empreitada; e outro para as obras particulares em que a responsabilidade da gestão de resíduos cabe ao Diretor da obra. São 2 situações diferentes e, portanto, nas obras particulares, o particular não é obrigado a apresentar este plano de resíduos, não faz parte da lei. -----

----- Quanto às entidades com capacidade de fiscalização, é o IGAMAOT, a Câmara, as Autoridades Policiais e o Município genericamente, na medida em que deve zelar pela saúde pública na cidade. -----

----- Dentro da estrutura da Câmara que tem competência para este acompanhamento: por um lado, a Direção Municipal de Urbanismo para o cumprimento estritamente daquilo que o RJUE estabelece; e a Direção Municipal de Ambiente Urbano que, aliás, fez uma visita à obra juntamente com o Regimento de Sapadores Bombeiros no dia 23 de Janeiro já deste ano. -----

----- Por fim, só para que terminar este ponto, eu gostava de referir ainda que o PDM é de Agosto de 2012, as obras onde já detetámos, até hoje, situações de solos contaminados, nomeadamente a sede da EDP, é anterior o seu licenciamento à entrada em vigor do PDM e à exigência de cumprimento do artigo 25º. -----

----- No plano de pormenor da Matinha, foi obrigada a apresentação de um relatório de descontaminação, ou de avaliação da perigosidade dos solos, que consta do próprio plano, e noutras situações como foi o caso do Campo das Cebolas, onde havia uma oficina que contaminou o subsolo, a EMEL quando fez o seu Projeto, elaborou o respetivo plano de resíduos, o qual foi aprovado pelas entidades competentes. Muito obrigada Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, para encerrar o debate de atualidade, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como tivemos oportunidade de referir na intervenção inicial, ‘Os Verdes’ marcaram este debate porque o que se está a passar na cidade a nível dos solos contaminados é preocupante, representa riscos para a saúde das pessoas e para o ambiente. Por tudo isto, era importante ouvir os esclarecimentos da Câmara Municipal de Lisboa, que acordou tarde para este problema. -----

----- Os solos são um recurso precioso e a contaminação deste recurso representa um perigo, se a sua descontaminação for negligenciada. Portanto, a descontaminação é a única solução que permite garantir a proteção da saúde pública e do ambiente. -----

----- O caso concreto dos terrenos do Parque das Nações, e perante a garantia do Parque Expo de que os solos teriam sido descontaminados quando, na realidade, muitos deles apenas foram descontaminados à superfície, remete-nos para a posição dos Verdes já em 1998, portanto quase há vinte anos, quando defendemos que estávamos perante uma oportunidade ímpar de requalificação urbana, mas também ambiental. E, lamentavelmente, este processo de descontaminação foi deixado a meio e os impactos desta negligência estão à vista. -----

----- E como eleitos informados e em resposta ao Senhor Deputado do Partido Socialista, relembramos que as competências dos Órgãos Municipais previstas na legislação consistem no controlo prévio e fiscalização das operações urbanísticas. A fiscalização administrativa das operações urbanísticas destina-se, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 93.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, ‘a assegurar a conformidade daquelas operações com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e a prevenir os perigos que da sua realização possam resultar para a saúde e segurança das pessoas’. -----

----- No âmbito do exercício destas competências pode justificar-se um pedido de comprovação, até junto das autoridades ambientais, da suficiência das medidas que estão a ser adotadas para efeito de descontaminação dos solos e da sua conformidade legal. -----

----- Assim, em caso de violação das normas legais e regulamentares aplicáveis, pode haver lugar à abertura de um processo contraordenacional e aplicação de uma coima, assim como podem, ainda, ser adotadas medidas de tutela da legalidade, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 102.º, as quais se podem traduzir no embargo da obra. -----

----- De realçar que só no dia 18 de Janeiro, ou seja, quase dois meses após a entrada do nosso requerimento, foi solicitado à APA e à IGAMAOT se estava a ser assegurada a conformidade daquelas operações com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como a prevenção de eventuais perigos que da sua realização pudessem resultar para a saúde e segurança das pessoas. -----

----- Estes factos fazem-nos continuar a ter dúvidas de que o acompanhamento da autarquia na obra do Parque das Nações tenha sido o mais correto. -----

----- É verdade que a CCDR não deu informação para suspender a obra mas deu informação para suspender a remoção dos solos. Mas sobre isto parece que o executivo pouco tinha a acrescentar e a comentar. -----

----- Para ‘Os Verdes’ era fundamental que a Câmara Municipal de Lisboa tivesse garantido, de início, que foram adotadas todas as medidas suficientes para efeitos de descontaminação dos solos em conformidade com a legislação em vigor. -----

----- Por isso, considerámos que era nossa obrigação voltar a abordar o assunto. Entendemos que é nosso dever, enquanto eleitos e enquanto cidadãos, procurar esclarecimentos e garantias de que a Câmara fez e está a fazer tudo o que está ao seu alcance para garantir que não há riscos para as pessoas e o ambiente. Daqui para a frente é preciso prevenir situações deste género. -----

----- Queremos ainda referir que a postura do executivo perante este problema dos solos contaminados não foi a mais correta. Após as nossas denúncias ficámos quase dois meses sem resposta, na última reunião a Câmara não foi capaz de nos prestar esclarecimentos concretos e algumas informações apenas nos chegaram a menos de 24 horas da realização deste debate. -----

----- É caso para dizer que se o debate se tivesse realizado na data por nós proposta, portanto na semana passada, o executivo não tinha rigorosamente nada para nos dizer. E isso é lamentável. -----

----- Uma vez que o tema deste debate são os solos contaminados em Lisboa, situação que, não obstante as informações que foram prestadas, é um assunto que nos continua a preocupar e que entendemos que esta Assembleia deve acompanhar de perto, razão pela qual entregámos uma Recomendação para ser apreciada e votada, com um conjunto de deliberações que consideramos muito importante aprovar, para que todos nós estejamos na posse dos devidos esclarecimentos e que a autarquia possa garantir que todos os riscos inerentes à contaminação de solos na cidade serão evitados.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada dispôs de um minuto cedido pelo PCP. -----

----- E terminámos as intervenções nesta fase dos nossos trabalhos. -----

----- Senhores Deputados, como foi aqui anunciado, temos 2 Recomendações para pôr à votação. -----

----- A 1ª Recomendação 6/131 apresentada pelo Partido Ecologista Os Verdes, a Senhora Deputada Cláudia Madeira informa-me que há aqui uma nova redação, que é no sentido de: o número 3 dizia, ‘apresente os cadernos de encargos dos concursos lançados para as obras de ampliação do Hospital da CUF Descobertas e do Campo das Cebolas’ e a nova redação diz ‘apresente os cadernos de encargos dos concursos lançados e a lançar’. Portanto, acrescentar aqui ‘e a lançar’. E aqui ‘para as obras Municipais em solos suscetíveis de se encontrarem contaminados’, portanto, é mais amplo, este numero 3. -----

----- Eu vou voltar a ler, o antigo número 3 é substituído pelo seguinte texto: ‘apresente o caderno de encargos dos concursos lançados e a lançar para as obras Municipais em solos suscetíveis de se encontrarem contaminados’. -----

----- Está, portanto, claro que há esta alteração o número 3 e vamos pôr a vossa consideração a Recomendação número 6/131 apresentada pelo PEV. -----

----- Voto da **Recomendação 6/131** – ‘Pela Descontaminação dos Solos em Lisboa. Pela Proteção da Saúde das Populações e do Ambiente’ apresentada pelo PEV. A Recomendação nº 6/131 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Está aprovada por unanimidade com esta nova redação que irá ser, naturalmente, enviada à Câmara para a Câmara dar andamento a tudo o que é aqui proposto.-----

----- Vamos agora passar a Recomendação 7/131 do CDS-PP já foi aqui apresentada pelo seu proponente, e que também tem uma alteração, que é:-----

----- Eu vou ler a parte diretiva que é mais fácil, portanto, no texto introdutório: ‘face ao exposto o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Lisboa que recomende à Câmara Municipal de Lisboa que, no âmbito do Plano Diretor Municipal’ portanto, excluir aqui a sigla PDM, e fica ‘no âmbito do Plano Diretor Municipal.-----

----- Depois há um novo número 4, que diz o seguinte: ‘que inclua estes documentos no âmbito dos Relatórios do Estado do Ordenamento do Território’ e, portanto, é esta alteração Proposta.-----

----- Com este adiamento apresentado agora, vamos para a consideração dos Senhores Deputados a Recomendação número 7/131.-----

----- Voto da **Recomendação 7/131** – ‘Verificação de Solos Potencialmente Contaminados’ apresentada pelo CDS-PP. A Recomendação nº 7/131 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Terminámos por hora este debate, naturalmente, iremos manter o acompanhamento destas matérias e desde já poderia sugerir que a 3ª e a 4ª Comissão, se assim o entendessem, pudessem seguir e acompanhar estas matérias, porque, provavelmente estas diligências tem que se ver agora, se elas são efetuadas ou não e, portanto, este encaminhamento fica desde já aqui assumido.-----

----- Senhores Deputados que vamos entrar agora na apreciação de votos. Antes, nós temos vários Votos de Pesar e depois temos Petições, e temos Senhores peticionários à espera para intervir.-----

----- Mas, de qualquer modo, antes de entrarmos nos votos, queria apenas dar uma comunicação obrigatória que tenho de fazer à Assembleia Municipal, e que é do seguinte teor:-----

----- Eu recebi um *email*, no dia 26 de Janeiro, subscrito pela Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto, através do qual a Senhora Vereadora, nos termos e para os efeitos que estão previstos no estatuto dos eleitos locais e no regime de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos públicos, cargos políticos e altos cargos públicos, me vem comunicar, para que eu comunique à Assembleia, que iniciou funções como membro do Conselho de Administração da Fundação Berardo. Não há incompatibilidade com exercício da função de Vereadora mas há a obrigatoriedade de informar a Assembleia Municipal desta circunstância e é isso que estou a fazer nos termos da lei, portanto, fica devidamente registado e vamos prosseguir.”-----

----- **PONTO 2. APRECIACÃO DE VOTOS** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, continuou:

----- “Temos 3 Votos de Pesar que vou pedir às Senhoras Secretárias, eventualmente, eu pedirei para ler o Voto de Pesar número 2 pelo cientista, Mário Ruivo, temos o 1º Voto de Pesar.-----

----- Senhora Secretária, Rosa Maria é o Voto de Pesar pelo falecimento de Artur Trindade, antigo secretário-geral da ANMP.” -----

----- **Voto de Pesar nº 1/131 – Pelo Falecimento de Artur Trindade, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD:** -----

----- “*Artur José Pontvianne Homem da Trindade, Engenheiro de formação, falecido no dia 23 de Janeiro aos 70 anos, foi Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, cargo que desempenhou entre 1986 e 2013. Destacou-se como Presidente da Câmara de Porto de Mós, distrito de Leiria, eleito pelo Partido Social Democrata entre 1978 e 1985.*-----

----- *O antigo autarca tinha sido alvo de uma homenagem no passado mês de Outubro em Porto de Mós e recebeu também o prémio do poder local dos autarcas sociais-democratas em 2016.* -----

----- *Artur Trindade exerceu também funções na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Centro e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).* -----

----- *Pela sua dedicação de décadas à causa pública, o Grupo Municipal do PSD expressa o seu pesar pelo falecimento de Artur Trindade e envia à família as mais sentidas condolências.* -----

----- *O Gabinete do PSD na Assembleia Municipal de Lisboa.*” -----

----- (A Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa subscreve este Voto de Pesar).

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, está à vossa consideração o Voto de Pesar pela morte do Artur Trindade. -----

----- Pessoalmente, associo-me a este Voto, na medida em que foi também colega de Artur Trindade na criação e nos primeiros tempos da Associação Nacional de Municípios de que ele foi um grande obreiro. -----

----- Nós vamos fazer o minuto de silêncio no fim, porque temos mais 2 Votos de Pesar. -----

----- Vamos passar à votação deste **Voto de Pesar nº 1/131** pelo falecimento de Artur Trindade. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e PNP. O **Voto de Pesar nº 1/131** foi aprovado **por unanimidade.**” -----

----- **Voto de Pesar nº 2/131 – Pelo Falecimento de Mário Ruivo, apresentado pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa:** -----

----- “*É preciso desencapsular as ideias*”- Mário Ruivo. -----

----- *A morte de Mário Ruivo, cientista, ambientalista e cidadão exemplar, deixa-nos a todos mais pobres. Grande defensor dos oceanos, Mário Ruivo teve um percurso*

ímpar como investigador, como político e como incansável construtor de consensos em torno de causas globais e nacionais.-----

----- Nascido em Campo Maior, em 1927, orgulhava-se da sua ascendência alentejana. Vestia sempre roupa da mesma cor, um verde seco a que se mantinha fiel em todas as estações do ano. Era único na forma como a sua vivacidade e inquietação permanente coabitavam com um elevado sentido pedagógico e uma capacidade de estimular a criatividade à sua volta. Pioneiro na defesa dos oceanos, projetou Portugal no mundo nos mais diversos cargos que desempenhou. -----

----- Devemos-lhe, entre muitas outras conquistas, a notável participação portuguesa, cuja delegação chefiou, nas negociações para a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar, assinada em 1982. Mais tarde, com o apoio da COI – Comissão Oceanográfica Internacional, da UNESCO, organizou em Lisboa, em 1994, a segunda Conferência Internacional de Oceanografia, que juntou pessoas de todo o mundo e foi presidida por Mário Soares, então Presidente da República e amigo de longa data de Mário Ruivo. Foi aliás no funeral de Mário Soares que Mário Ruivo fez a sua última aparição pública, já muito fragilizado. -----

----- Era um otimista e transmitia entusiasmo a quem com ele trabalhava. Deixou uma marca indelével no Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, a que presidia, com o seu talento para abrir novos caminhos e “desencapsular ideias”, como gostava de dizer. -----

----- Licenciado em Biologia em 1950 pela Faculdade de Ciências de Lisboa, especializou-se em oceanografia e gestão de recursos vivos, pela Sorbonne, em Paris. Mas mais do que a investigação, o que o movia era a necessidade de ação, o que o levou desde cedo a participar em organismos nacionais e internacionais ligados ao mar, com uma visão estratégica invulgar. -----

----- Homem de esquerda, exilou-se em Roma a partir de 1961 e teve um destacado papel no apoio a muitos antifascistas. Foi membro de vários governos provisórios após o 25 de abril, como Secretário de Estado das Pescas, em 1974 e 1975 e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1975. -----

----- Em 1998, Ano Internacional dos Oceanos, foi conselheiro científico da EXPO-98 e, com Mário Soares na Presidência da Comissão Mundial Independente para os Oceanos, coordenou o relatório “O Oceano: Nosso Futuro” e dirigiu o programa dinamizador das Ciências e Tecnologias do Mar, nomeado pelo então Ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago. -----

----- Fundou em 2000 o EurOcean, um centro europeu dedicado à informação em ciência e tecnologias do mar, cuja sede trouxe para Lisboa, tendo conseguido também ver coroada de êxito a candidatura de Lisboa a sede da Agência Europeia ara a Segurança Marítima, em 2002.-----

----- Atualmente, presidia ao comité português da COI, de que foi secretário-geral na década de oitenta, bem como ao Fórum Permanente para os Assuntos do Mar. -----

----- Mário Ruivo deixa-nos um fabuloso legado de pensamento e ação sobre o Mar, um dos fundamentos da nossa própria identidade enquanto Nação. Mas soube

renovar, ampliar e universalizar essa causa, de forma visionária e transversal, antecipando um futuro por que ansiava para Portugal e para o mundo. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 31 de janeiro de 2017, presta homenagem ao grande cidadão, ao cientista e ao militante de nobres causas que foi Mário Ruivo, envia condolências à sua família e recomenda à Câmara Municipal que preserve a sua memória na memória coletiva de Lisboa, atribuindo o seu nome a um espaço condigno e ligado ao Mar na nossa cidade. -----

----- Lisboa, 31 de janeiro de 2017. A Presidente da Assembleia Municipal” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, continuou:

----- “Vamos passar à votação deste **Voto de Pesar nº 2/131** pelo falecimento de Mário Ruivo. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e PNPN. O **Voto de Pesar nº 2/131** foi aprovado **por unanimidade.**” -----

----- **Voto de Pesar nº 3/131 – Pelo Falecimento de António Santos Júnior, apresentado pelo Grupo Municipal do BE:** -----

----- “Faleceu no passado dia 27 de Janeiro, António Santos Júnior, vítima de doença prolongada. -----

----- Durante a sua vida Santos Júnior destacou-se na luta pela democracia, no tempo do regime fascista, e numa empenhada atividade cívica e militante, continuada depois de Abril, tendo sido agraciado como Grande Oficial da Ordem da Liberdade. -----

----- Santos Júnior foi militante e dirigente do MES - Movimento de Esquerda Socialista (antes e depois de Abril). -----

----- Como operário da TAP e sindicalista do SITAVA destacou-se nas lutas dos anos 60/70, nomeadamente na luta dos trabalhadores da TAP. -----

----- Em 1970 foi um dos fundadores da Intersindical, como Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa lamenta o falecimento de António Santos Júnior e apresenta sentidas condolências à sua família. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária a 31 de Janeiro de 2017, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera: -----

----- 1. Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de António Santos Júnior e apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à família, bem como à CGTP-IN, juntando-se a todas as vozes que lamentam a sua perda; -----

----- 2. Guardar um minuto de silêncio em sua memória; -----

----- Lisboa, 31 de Janeiro de 2017. As Deputadas e os Deputados Municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação deste **Voto de Pesar nº 3/131** pelo falecimento de Mário Ruivo. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP,

BE, CDS-PP, PEV, PAN e PNP. O Voto de Pesar nº 3/131 foi aprovado por unanimidade.-----

----- Vamos, agora sim, fazer um minuto de homenagem a estes três cidadãos.-----

----- Muito obrigado Senhores Deputados, vamos prosseguir com a nossa Ordem de Trabalhos.”-----

----- **PONTO 3. APROVAÇÃO DA ATA 126, DE 6.12.2016**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, continuou:

----- “O próximo Ponto é a aprovação da Ata 126 de 6 de dezembro, lembrando sempre que os Senhores Deputados que não participaram nessa reunião não poderão, naturalmente, votar a Ata.-----

----- Vou pôr à votação a **Ata 126 de 6 de dezembro de 2016**. Não há votos conta e nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores deputados que estiveram ausentes na Reunião.-----

-----De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 126, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

----- Ata n.º 126, Quinta Sessão Ordinária – Segunda Reunião, realizada em seis de dezembro de dois mil e dezasseis, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Augusto Gama Albuquerque (PS), Diogo Feijóo Campos Rodrigues (PS), Manuel Malheiro Lage (PS), Maria Margarida Matos Mota (PS), Maria Sofia Cordeiro (PS), Rita Neves Sá (PS), Maria Capitolina Marques (PS), Duarte Albuquerque Carreira (PS), Fernanda Conceição Coelho (PS), João Magalhães Pereira (PSD), Margarida Saavedra (PSD), Sérgio Azevedo (PS), Luis Graça Gonçalves (PSD), Lúcia Alexandra Sousa Gomes (PCP), José Casimiro (BE), Tiago Ivo Cruz (BE), Fernando Nunes da Silva (IND) e Miguel Graça (IND).-----

----- Senhores Deputados, terminámos esta fase dos nossos trabalhos, vamos agora entrar na fase dedicada às Petições.-----

----- Temos 2 Petições que têm assinaturas dos senhores subscritores para se poderem ser apresentadas pelos peticionários em Plenário, e depois uma 3ª Petição que houve uma desistência dos peticionários mas, em todo o caso, tem uma Recomendação das Comissões sobre a matéria e, portanto, vamos apreciar apenas a Recomendação.”-----

----- **PONTO 4. PETIÇÕES:**-----

----- **PONTO 4.1 APRECIACÃO DA PETIÇÃO 11/2016 - EXCESSO DE RUÍDO NA RUA CONDE DE ALMOSTER E PETIÇÃO 18/2016 - ESTACIONAMENTO NA RUA CONDE DE ALMOSTER, NOS TERMOS DAS MESMAS E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA-BASE: 51M, A QUE ACRESCEM 10M PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES; PARECER CONJUNTO DA 4ª E 8ª COMISSÕES PERMANENTES; RECOMENDAÇÃO 01/129 (4ª E 8ª CP) - SOBRE O RUÍDO E AS NECESSIDADES DE ESTACIONAMENTO NA RUA CONDE DE ALMOSTER E NA SEQUÊNCIA DAS PETIÇÕES 11/2016 E 18/2016 – TEMA 8**

----- (A **Petição nº 11/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Petição nº 18/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer Conjunto das 4º e 8ª Comissões Permanentes** relativa à **Petição nº 11/2016** e **Petição nº 18/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação 1/129 das 4º e 8ª Comissões Permanentes** relativa à **Petição nº 11/2016** e **Petição nº 18/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, continuou:

----- “A Mesa vai dar a palavra ao Senhor José Sevinato de Sousa, que vem a representação das Petições 11/2016 e 18/2016. São 2 petições relacionadas com a Rua Conde de Almoester uma que tem a ver com o ruído excessivo e outra com o estacionamento e a segunda das Petições tinha mais de 250 assinaturas e, portanto, resolvemos englobar as 2, na mesma apreciação.”-----

----- **O Município Senhor José Sevinato de Sousa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, em primeiro lugar queremos agradecer à Senhora Presidente pela oportunidade que nos deu de vir aqui....”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, interrompeu:-----

----- “Senhores Deputados e Senhores Assessores da Câmara pedia silêncio, porque estamos a ouvir um município!”-----

----- **O Município Senhor José Sevinato de Sousa**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Queremos agradecer à Senhora Presidente pela oportunidade que nos deu de vir aqui defender estas Petições e de sermos também ouvidos pelas 4ª e 8ª Comissões sobre estes assuntos.-----

----- Fomos bem recebidos, ouvidos atentamente, agradecemos também o envio do Parecer que resultou das reuniões dessas 2 Comissões.-----

----- Relativamente à Petição que diz respeito ao estacionamento. Lemos com alguma perplexidade o Parecer do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, que não sei se está presente, e que consideramos prematuras as conclusões, e eu explicarei porquê.-----

----- Diz o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica que não faz sentido que as áreas onde nós solicitámos que fosse considerado o estacionamento legal, não faz sentido que eles assim se tornem, visto terem sido criados 2 parques de estacionamento naquela zona e que esses parques absorveriam as necessidades de estacionamento que ali temos.-----

----- Eu digo que terá sido prematuro porque, na altura em que o Senhor Presidente terá dado esse Parecer, esses parques não estavam ainda conhecidos e refiro-me, principalmente, ao parque que se encontra nas traseiras da rua Conde de Almoester, é uma rua de traseiras, é um espaço que foi ocupado durante muitos anos com outros

objetivos e as pessoas não se aperceberam de imediato que havia disponibilidade para se proceder a um estacionamento de veículos.-----

----- Refiro num documento que vos enviei num sábado com sol, e com sol significa que as pessoas poderiam já ter saído, enfim, para ir passear, o sábado era com sol, mas pelas 13 horas, eu percorri as áreas ali à volta e as áreas que nós referimos, que ficam entre os números 90 e 104, bem como outras áreas que estão na rua Sousa Loureiro e Félix Correa, são áreas de passeios larguíssimos, as áreas da Conde de Almoester estão ao nível de Largo, e todas elas estavam ocupadas. Iguamente estava ocupado, e eu fui apenas a esse parque das traseiras da rua Conde de Almoester, também esse parque estava ocupado, portanto, nesse sábado, todas essas áreas estavam ocupadas, quer as que nós já, anteriormente, tínhamos, vínhamos utilizando, quer os espaços que eram os parques, que elogio a iniciativa da Junta ao criados ali, também esses parques estavam cheios. -----

----- O parque das traseiras, enfim, é, neste momento, uma área disponível não se pode considerar ainda um parque, se o visitarem hoje, será difícil lá andar, neste momento é um patameiro com a chuva que tivemos, à noite não oferece segurança, não tem iluminação, mas apesar dessas condições, o parque está ocupado, tal como continuam a estar ocupadas as áreas onde nós solicitamos um estacionamento legalizado.-----

----- Portanto, no documento do último email que enviámos, convidávamos o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica a rever a sua posição face à situação atual. Eu penso que faz sentido, dadas as circunstâncias, dado o que eu acabei de descrever, que faz sentido uma reflexão, uma nova reflexão aprofundada sobre o assunto, porque se formos para a opção defendida pelo Senhor Presidente, se proibirmos de todo o estacionamento nesses 2 largos, bem como nas outras áreas que eu refiro, nomeadamente, as da rua Sousa Loureiro e Félix Correa. -----

----- Eu deixo uma pergunta, se for proibido e não pudermos de todo estacionar aí, onde é que se vão estacionar esses carros? Dado que os parques que se disponibilizaram, e bem, estão ocupados, portanto, é um problema que continua pendente e eu penso que não deveria terminar aqui. -----

----- As conclusões no Parecer das 4ª e 8ª Comissões, com certeza que estão de acordo com o que disse o Senhor Presidente, também às 2 Comissões, eu peço que haja uma reflexão sobre o assunto e que não considerem encerrado. -----

----- Isto relativamente a questão do estacionamento, finalizando só essa parte dizendo que aqueles parques ajudam a regularizar e retirar veículos de passeios estreitos onde os veículos se encontram estacionados.-----

----- Eu hoje de manhã quando me levantei, fui à janela, tive o cuidado de espreitar e continuam a estar ocupados todos os passeios junto à linha, todas as áreas onde, aí sim, deverá ser proibido porque são passeios estreitos, passeios que impedem a passagem dos peões e do trânsito, as áreas onde nós pedimos que haja legalização de estacionamento são áreas onde não se cria qualquer prejuízo à passagem de peões e que se não forem aproveitadas com este objetivo ficarão espaço sem qualquer fim. ----

----- Relativamente a outra Petição, sobre o excesso de ruído. -----

----- *Apreciámos bastante a forma como a situação foi tratada, as várias iniciativas que foram tomadas e eu gostaria de referir que uma das conclusões que se encontra no vosso Parecer, no Ponto 4 e também no Ponto 5 das Recomendações, está de acordo com aquilo que pensávamos, o problema do ruído deve se resolver, fundamentalmente, na origem, na origem dele.*-----

----- *No caso dos comboios, o problema está no ruído que os rodados fazem sobre a linha, a colocação de barreiras poderá resolver parcialmente o problema, mas tal como está escrito no nosso Parecer, nós concordamos que a forma mais eficaz e, provavelmente, a mais económica seria, ou será, a CP proceder às correções que estão aí indicadas, como parece que já terá sido feito na linha de Cascais.*-----

----- *Eu digo, talvez seja a mais económica, porque o problema que nos afeta naquela zona, afeta toda a linha de Sintra, nós não somos os únicos a queixarmo-nos, não somos os únicos a ter esse problema, e se o problema for resolvido na origem, então não há necessidade de começar a estabelecer barreiras ao longo da linha será, digo eu, com certeza mais económico estar a resolver o problema na origem.*-----

----- *A CP alega, e hoje sabemos que a nossa vida está um pouco assim, a falta de meios financeiros para fazer esse tipo de reparação, digamos assim, até porque os comboios estão ainda em condições de rodar durante bastante tempo.*-----

----- *Uma sugestão que aqui deixo é que talvez o financiamento para a correção desse problema pudesse vir de um esforço conjunto das várias entidades envolvidas, nomeadamente, as infraestruturas de Portugal, nomeadamente, as Câmaras por onde essa linha passa e talvez num esforço conjunto pudessem vir a financiar a resolução desse problema, e não termos como resultado medidas que resolvam parcialmente o problema e a negativa da CP ad eternum, ou até durarem estes comboios, de que não poderá resolver o problema que, no fim é a principal responsável, porque os comboios foram feitos à responsabilidade da CP, portanto, as regras que se encontram em legislação sobre ruído, eu diria que não terão sido a consideradas, quando aqueles comboios foram aprovados.*-----

----- *Portanto, eu deixo esta sugestão relativamente ao ruído, esperando que, de facto, venham soluções para um problema que nos afeta.*-----

----- *Falou-se hoje muito aqui de poluição, poluição dos solos, eu aqui estou a falar de poluição sonora e que nos afeta, igualmente, na nossa saúde no nosso bem-estar.*-----

----- *Relativamente à 1ª questão do estacionamento, deixo-vos este repto, acho que vale a pena repensar o assunto e, de facto, verificar quais são as soluções para aquela área. Porque, simplesmente, proibir o estacionamento, dizendo que os parques são suficientes não corresponde à realidade.*-----

----- *Agradeço a oportunidade que me deram, boa tarde.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Foi absolutamente matemático no tempo que utilizou, muito obrigada.*-----

----- *Quanto às questões, considerações que aqui teceu sobre a Junta de Freguesia, queria só lembrar que a Assembleia Municipal não tem competências de fiscalização sobre as Freguesias, nós apenas temos competência de fiscalização sobre a Câmara e,*

portanto, naturalmente, as coisas que dizem respeito à Junta de Freguesia, podemos sempre dialogar, mas é no âmbito da Assembleia de Freguesia que elas devem ser colocadas.

----- Quanto a mais, naturalmente, temos aqui assim uma Proposta de Recomendação e o Parecer da Comissão, das 2 Comissões, um Parecer conjunto das 4ª e 8ª Comissões.-

----- Eu pergunto se a Senhora relatora Sofia Cordeiro quer apresentar os Pareceres? Sim? Muito bem. -----

----- A Senhora Deputada também está inscrita, portanto, pode falar primeiro a apresentar o Parecer e depois fala já na sua vez, se faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós recebemos nesta Assembleia, efetivamente, 2 Petições que diziam respeito a esta mesma zona da cidade, a rua Conde de Almoester que fica na Freguesia de São Domingos de Benfica. -----

----- Sendo petições que diziam respeito a matéria distinta, foram apreciadas em conjunto por se tratar da mesma zona da cidade e, pelo menos parcialmente, dos mesmos peticionários. -----

----- Apenas a Petição 18/2016 que diz respeito a estacionamento reunia o número de assinaturas necessárias para que fosse discutida aqui em plenário. Contudo, na apreciação inicial da 4ª Comissão da Petição 11/2016 relativas excesso de ruído nesta artéria da cidade resultou claro e foi assim deliberado pela Comissão que, para além da audição dos peticionários, deveriam também proceder-se audições das entidades responsáveis pela produção e implementação de planos de ação do ruído, para as fontes de ruído ali existentes. -----

----- Dessas audições e da discussão em Comissão, resultou a convicção dos Deputados Municipais ali reunidos, que haveria bastante mais a fazer para resolver estas preocupações apresentadas pelos cidadãos que assinaram a Petição, pelo que, independentemente do número de assinaturas, foi produzida uma Recomendação que hoje aqui apreciamos. -----

----- A Petição 18/2016 diz respeito a uma zona muito particular da rua Conde de Almoester, em que se forma uma reentrância e um passeio mais largo, e que informalmente, e ao longo de muito tempo, foi utilizado como estacionamento de viaturas, os signatários da Petição solicitam, efetivamente, o reordenamento do estacionamento nesta zona, para permitir o estacionamento nessa zona de passeio, eliminando parte do passeio que consideram suficientemente grande e aumentando assim a bolsa de estacionamento legal.-----

----- Sucede que, a poucas dezenas de metros, antes e depois deste local, foram criados neste mandato autárquico 2 novos parques de estacionamento, isso sucede, também, porque esta zona de passeio, é um local previsto para estar disponível, sendo necessário no plano de emergência local da proteção civil.-----

----- Se o 1º dado, a disponibilidade de estacionamento mais próximo, pode ser um dado conhecido pelos moradores, é provável que este 2º facto, da necessidade para o plano de emergência local, não seja do seu conhecimento. -----

----- E relativamente a esta Petição foi por isso entendimento unânime das Comissões que as solicitações dos moradores não deveriam ser objeto de qualquer tipo de Recomendação, só porque uma situação ilegal se perpetua no tempo, por habituação dos prevaricadores, neste caso, porque é o estacionamento ilegal, não devemos normalizá-la, regulando-a sem um olhar crítico.-----

----- Estes Peticionários, de facto, não nos trazem nem uma queixa de falta de estacionamento, porque reconheceram a sua proximidade e disponibilidade, efetivamente, hoje aqui dizem-nos que assim não é, mas em Comissão, de facto, pelo menos na 1ª abordagem, foi isso que nos disseram e, portanto, não deveríamos, mesmo que assim fosse, ceder à tentação de introduzir medidas na cidade para melhorar aqui o estacionamento, muito menos se, para isso, precisarmos de ceder o espaço público à acessibilidade ou à segurança e o conforto de todos os moradores por causa, de facto, de alguns. -----

----- Já relativamente à Petição sobre o ruído na Conde de Almoester, as 2 Comissões, não só consideraram que merecia algumas diligências no sentido de compreender o porquê de toda a situação não registar melhorias, através de audições a várias entidades envolvidas, neste caso, as entidades que são hoje gestoras da infraestrutura ou responsáveis pelo material circulante, que são a Câmara Municipal de Lisboa, a Infraestruturas de Portugal e a CP.-----

----- Consideraram também as Comissões que deveria ser alvo de Recomendações no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas que ali residem e trabalham. -----

----- As audições foram pautadas por um certo atirar de responsabilidades de umas entidades para as outras, situação que nos pareceu ter raiz apenas nas questões financeiras que se levantam quando é traçado, e depois implementado, um plano de ação do ruído. -----

----- A CML informa-nos que no plano de repavimentação associado ao plano de ação do ruído, não está prevista a repavimentação nem da rua Conde de Almoester nem da Radial de Benfica por se encontrarem ainda dentro do padrão para as vias em questão e não apresentaram sinais de deterioração. -----

----- Por outro lado, também não se prevê a instalação de painéis acústicos na Radial de Benfica, uma vez que a principal fonte de ruído que afeta as habitações é o comboio e que está entre esta via e a rua Conde de Almoester, pelo que a instalação de barreiras acústicas, apenas na Radial de Benfica, não produziria um efeito porque se sobreporia outra fonte de ruído.-----

----- O ruído ferroviário é, de facto, nesta artéria da cidade, a principal preocupação. Se nalgumas zonas há barreiras acústicas, boa parte da rua não as tem, a IP afirma ter feito avultados investimentos na linha de Sintra e alterando completamente os carris, para que, entre outros fatores, reduzir o ruído da circulação. Os seus responsáveis afirmam que a colocação de mais barreiras acústicas, não é financeiramente eficiente, uma vez que permite apenas minimizar o problema de forma muito localizada, apenas na zona das barreiras, e apenas até ao 2º ou 3º andar de habitação. Apontam, assim, como uma melhor solução, ou como uma solução mais eficiente, que já não é da sua responsabilidade, a alteração ao Projeto do material circulante pela CP, reduzindo o

ruído provocado pelo contacto dos rodados com a linha. A CP que é, de facto, um operador único na linha de Sintra afirma que o material circulante ainda está bastante dentro do seu tempo de vida útil e não preveem, por isso, qualquer alteração ao Projeto, por se tratar de um Projeto financeiramente muito pesado e a aquisição de novo material também está longe de ser equacionada.-----

----- Uma das conclusões que ressaltou destas audições foi a de que estas 3 entidades Câmara Municipal de Lisboa, Infraestruturas de Portugal e a CP, trabalham de forma individual mesmo em zonas em que o problema é comum, produzindo os seus planos de ação de ruído sem qualquer cruzamento de informação e sem qualquer integração do que sejam os planos de intervenção das outras entidades.-----

----- E essa situação não é apenas desvantajosa para as pessoas que veem os seus problemas por resolver, como para cada uma das próprias entidades que tomam assim decisões individualmente, quando poderiam fazê-lo de forma a maximizar os objetivos cumpridos com o investimento público realizado. -----

----- Desta forma, a 1ª Recomendação que as 2 Comissões Municipais fazem é a de que a Câmara Municipal de Lisboa encete esforços no sentido da criação de um grupo de trabalho em que participem Câmara Municipal de Lisboa, CP e IP e as Juntas de Freguesia afetadas, para encontrar as soluções que reduzam efetivamente os níveis de ruído a que estão sujeitos os moradores da rua Conde de Almoester. -----

----- Este grupo de trabalho deve, em conjunto, estudar as melhores opções dentro daquilo que são as atribuições de cada entidade mas, e recomendam as nossas Comissões, esse trabalho não deve esgotar-se nessas atribuições de cada entidade, ou seja, deve ser entendido como objetivo comum a redução do ruído na zona para os níveis previstos na lei e trabalhadas as melhores soluções para atingir essa meta, independentemente da entidade que venha a desenvolver essas funções, ou de uma partilha financeira, porque não, dessa responsabilidade. -----

----- Antes ou durante o trabalho deste grupo, e porque o legislador indica, de facto, como entidades responsáveis pela redução do ruído, através da execução dos planos de ação ruído, as entidades gestoras da infraestrutura, recomendamos que a Câmara Municipal de Lisboa possa exercer a sua influência junto da Infraestruturas de Portugal, no sentido de fazer, pelo menos, a intervenção que é mais evidente que é a colocação de barreiras acústicas. Apesar de haver apenas um operador na linha de Sintra, que é a CP, a responsabilidade última pelo cumprimento da legislação deverá ser do gestor da Infraestrutura, a IP, tal como acontece com a CML para o ruído rodoviário, ou com a ANA para o ruído do tráfego aéreo. -----

----- Por último, foi entendimento das Comissões que podem ainda ser melhoradas a outras questões em benefício da qualidade de vida nesta zona da cidade. Por um lado, é facto comprovado que a redução da velocidade de circulação rodoviária reduz o ruído que está associado, empiricamente nós podemos observar que os limites de velocidade, tanto na Radial de Benfica como na rua Conde de Almoester, não são cumpridos e, portanto, na Radial de Benfica consideramos que podem ser aumentadas as medidas de fiscalização garantindo o funcionamento dos radares como uma medida simples e eficaz de redução da velocidade e, por isso ruído.-----

----- Quanto à própria rua Conde de Almoester, consideramos que poderia beneficiar de uma intervenção de fundo, em que fossem abordadas questões que se prendem com a velocidade de circulação automóvel, mas também com a segurança para peões e moradores ou com uma maior harmonização como uma medida genérica de introdução de barreiras acústicas naturais. -----

----- É importante fazer aqui um último ponto que é relevante. Muitas das matérias que têm sido trazidas à Assembleia Municipal deveriam encontrar resposta noutros fóruns, nomeadamente na Assembleia de Freguesia. -----

----- Assim é o caso desta Petição, a Petição número 18/2016, relativa a uma bolsa de estacionamento, que deveria, de facto, ver a sua solução entre moradores e a autarquia responsável que é Freguesia. Não devendo esta Assembleia produzir qualquer Recomendação que venha a interferir com a autonomia e com as competências de outra autarquia. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Peço à Senhora Deputada que separe as intervenções, porque, Senhora Deputada, Sofia Cordeiro, desculpe. Senhora Deputada Sofia Cordeiro há aqui um pormenor que eu queria que ficasse claro, o relator não tem tempo limite o Deputado, enquanto representação da sua bancada tem que entrar na grelha do regimento e se não fez a diferenciação, não sei quanto tempo gastou, e portanto não sei se ultrapassou o seu tempo, se foi o caso peço desculpa aos outros Senhores Deputados, mas para a próxima vez vou-lhe pedir que separe isso. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu queria, obviamente, em 1º lugar, saudar os peticionários pela iniciativa de apresentarem esta Petição, ela trará de um problema grave e coloca em causa não só uma comunidade, mas também a qualidade de vida de todos. -----

----- Sobre a Petição 11/2016, o excesso de ruído no Conde de Almoester, este problema é uma evidência clara para quem ali vive, mas também é perceptível a audição de quem ali passa. -----

----- As fontes de ruído são várias, o trânsito viário e o trânsito ferroviário, sustentando esta queixa, os números indicados na carta Municipal de ruído também são claros. -----

----- Esta zona apresenta um dos índices mais altos de ruído, seja no período diurno seja no noturno, no âmbito das diligências efetuadas pela 4ª e 8ª Comissões há que definir à partida as 4 entidades responsáveis: a Câmara, no que respeita à gestão do tráfego rodoviário e à conservação do pavimento, a Infraestruturas de Portugal pela linha, a CP pelo material circulante e a APA pela motorização e aplicação de medidas apresentadas por estas entidades. -----

----- Ora nesta matéria parece-me que falta mais intervenção e ação por parte dos vários agentes que, pese embora as boas intenções, vão gerir esta questão de forma que não salvaguarda os direitos cidadãos residentes nesta área, nem tão pouco se pode admitir como desculpa o facto de a cidade ter crescido em torno da linha do comboio.

----- Posto isto, parece-me que enquanto a Infraestruturas de Portugal apresenta um plano de intervenção à APA, mas sem acordo da CP, nada se fará quanto ao ruído proveniente espaço ferroviário.-----

----- Por outro lado, a Câmara já deveria ter intervindo na rua Conde de Almoester, embora o CDS defenda que a intervenção deve ser articulada também, e em simultâneo, com Infraestruturas de Portugal e com a CP.-----

----- Diz também a Câmara que este pavimento está em conformidade mas, obviamente, que ele devia ser adaptado à poluição sonora que aqui a se prevê, até porque convém lembrar que o próprio plano de ação de ruído da Câmara está, em larga maioria, por cumprir e, portanto, também convinha saber por parte do Senhor Vereador Manuel Salgado, se, no âmbito do plano de ação de ruído está incluída ou não a Conde de Almoester.-----

----- Nesse sentido, as Recomendações apresentadas pelas Comissões são essenciais para que, de forma coordenada e interinstitucional, se apresente um plano de ação que reduza de forma efetiva os níveis de ruído ali existentes.-----

----- As medidas de alteração do pavimento da rua Conde de Almoester, mas também da Avenida Carolina Michaelis, a par da introdução de mecanismos de redução de velocidade são fundamentais e importa, acima de tudo, garantir a qualidade de vida dos moradores e o direito ao descanso constitucionalmente consagrado.-----

----- Quanto à Petição 18/2016, a Senhora Deputada relatora também foi muito clara, nós não nos podemos imiscuir naquilo que são as competências de um outro órgão, neste caso, a Junta de Freguesia e também da Assembleia de Freguesia.-----

----- Agora o que se pede aqui é alguma sensibilidade, quer por parte dos moradores, quer por parte da Junta de Freguesia, que se consigam sentar à Mesa, porque efetivamente, temos aqui um problema. Temos ocupação da via pública, perdão do passeio, que devia dar prioridade, até porque a carta Municipal de peões e o plano nacional pedonal assim o diz, aos peões à sua livre circulação, mas temos aqui um problema que encontramos nesta matéria, que é o plano de emergência de proteção civil desta Freguesia e que realmente não deixa que se faça ali nenhuma zona de estacionamento e, portanto, esta matéria de um lado, temos a posição do Senhor Presidente de Junta, de outro lado, temos a dos moradores e eu penso que aqui se pode encontrar um equilíbrio e, portanto, a sugestão que deixo é que quer moradores, quer a Junta de Freguesia, se sentem e tentem encontrar, dentro dos planos existentes que têm que ser cumpridos, uma ponte e um consenso.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Andrade (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em primeiro lugar o Grupo Municipal do Bloco de esquerda gostaria de saudar os peticionários aqui presentes e também saudar a iniciativa destas pessoas em torno desta causa e destas duas petições que aqui nos trouxeram.-----

----- Como foi referido, apreciamos neste ponto duas petições, designadamente a Petição 11/2016 sobre o "Excesso de ruído na Rua Conde de Almoester" e a Petição 18/2016 que se debruça sobre o "Estacionamento na Rua Conde de Almoester".-----

----- Por um lado, na Petição 11/2016, as pessoas signatárias referem sentirem-se prejudicadas pelos altos níveis de ruído na Rua Conde de Almoester bem como nas ruas limítrofes, ruído esse proveniente da circulação de comboios e automóveis. -----

----- Consideram que a sujeição a este nível de ruído é prejudicial, nomeadamente por interromper o descanso noturno com as naturais consequências daí inerentes. -----

----- Atendendo ao exposto, solicitam a implementação de medidas que permitam ajudar a debelar este problema.-----

----- Por outro lado, a Petição 18/2016 remete para as dificuldades de estacionamento também na Rua Conde de Almoester. Ao longo de vários anos dois largos têm vindo a ser utilizados como espaço de estacionamento pelos moradores, não obstante serem considerados como passeio, o que já acarretou multas e bloqueios de viaturas aos residentes. Como tal, os peticionários e peticionárias solicitam que seja encontrada “uma solução global definitiva” para os problemas de estacionamento dos residentes nesta área.-----

----- O Bloco de Esquerda acompanha as preocupações que os subscritores aqui nos trouxeram, com as ressalvas que já foram apresentadas por parte das respetivas Comissões e indicamos que iremos votar favoravelmente o Parecer conjunto da 4ª e 8ª Comissões Permanentes.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa não regista mais inscrições, a Câmara também não pediu para usar da palavra de modo que, sobre esta matéria, sobre estas duas Petições, o que temos neste momento para apreciar, é a Recomendação 1/129 que foi aprovada pela 4ª e 8ª Comissões e que já foi aqui apresentada pela Senhora Deputada relatora e Presidente da 4ª Comissão.-----

----- Portanto, vamos pôr à vossa consideração a 1/129 sobre o ruído e as necessidades de estacionamento na rua Conde de Almoester na sequência das Petições 11/2016 e 18/2016.-----

----- Voto da **Recomendação 1/129 – ‘Sobre o ruído e as necessidades de estacionamento na Rua Conde de Almoester e na sequência das petições 11/2016 e 18/2016’**. A Recomendação nº 1/129 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Naturalmente, saudamos os peticionários pelo ato de cidadania que tiveram e para já este é um passo e veremos como é que as coisas evoluem. -----

----- Vamos prosseguir com a apreciação da Petição seguinte.”-----

----- **PONTO 4.2 APRECIACÃO DA PETIÇÃO 19/2016 - PELA PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA “LOJA COM HISTÓRIA” NAS AVENIDAS NOVAS, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA-BASE: 51M, A QUE ACRESCEM 10M PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES; PARECER CONJUNTO DA 2ª E 7ª COMISSÕES PERMANENTES; RECOMENDAÇÃO 05/131 (2ª E 7ª CP) - SOBRE A PETIÇÃO 19/2016 - PELA PRESERVAÇÃO E**

MANUTENÇÃO DE “UMA ‘LOJA COM HISTÓRIA” NAS AVENIDAS NOVAS: “A CENTRAL DAS AVENIDAS” – TEMA 7 -----

----- (A **Petição nº 19/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O Aditamento à **Petição nº 19/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Relatório das 2º e 7ª Comissões Permanentes** relativa à **Petição nº19/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação 5/131 das 2º e 7ª Comissões Permanentes** relativa à **Petição nº19/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante). ---

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, continuou:

----- “Eu gostaria de pedir aos Assessores do Senhor Vice-Presidente que o chamassem, porque o assunto agora tem a ver com o Senhor Vice-Presidente, não está nenhum assessor do Senhor Vice-Presidente aqui? -----

----- Vamos dar início à discussão, já está o Senhor Vice-Presidente, vamos dar início à discussão da Petição 19/2016 - Pela preservação e manutenção de ‘Uma ‘Loja com História’ nas Avenidas Novas: ‘A Central das Avenidas’.-----

----- Esta Petição recolheu 1056 assinaturas, tenho indicação que em nome da Petição vai falar a Senhora Dona Margarida Ferreira, é isso? Não, quem vem falar e o Senhor José Maria Escarameia de Sousa. -----

----- Muito bem, tem a palavra, como sabe tem 10 minutos para fazer a apresentação da sua Petição e depois vamos ouvir os Senhores Deputados, se faz favor.” -----

----- **O Município Senhor José Maria Escarameia de Sousa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Arquitecta Helena Roseta, excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, excelentíssimo Executivo da Câmara Municipal de Lisboa. Boa tarde. -----*

----- *Passo a apresentar-me: José Maria Escarameia de Sousa, gestor de empresas, o meu percurso profissional esteve ligado às empresas multinacionais, residente na Avenida Miguel Bombarda há mais de 20 anos.-----*

----- *Tenho todo o gosto em voltar a esta Assembleia Municipal, agradecemos a oportunidade que nos foi concedida.-----*

----- *Sou um dos peticionários, entre os mais de 1500 pessoas, desta Petição 19/2016 intitulada ‘pela preservação e manutenção de ‘Uma ‘Loja com História’ nas Avenidas Novas: ‘A Central das Avenidas’’, também conhecida a pela Taberna do Senhor João. -----*

----- *Sou por opção e por formação apoiante de um clima favorável ao investimento, em regra, traz riqueza, emprego, maior valorização para as zonas onde são feitos esses investimentos ou intervenções. -----*

----- *Entendemos que as obras de reabilitação urbana devem ser concebidas e encaradas como fator que contribui muito para o desenvolvimento social.-----*

----- *Desejamos que este Projeto, e outros Projetos idênticos, sejam bem-sucedidos do ponto de vista empresarial. Porém, convém mesmo acentuar que somos que não somos*

avessos à dinâmica social. Queremos mais progresso e riqueza e valor acrescentado para as Avenidas Novas para as tornar ainda mais atrativas. -----

----- Porém, como pretendemos uma sociedade mais próspera, equilibrada e equitativa temos também que contemplar o aspeto humano e social. -----

----- No caso concreto, este Projeto pode afetar a vida 2 pessoas que nesta Taberna ganham o seu sustento. Têm quase 60 anos de idade, ainda longe da idade para se reformarem, pelo que prevemos que possam vir a ter algumas dificuldades para assegurar a sua subsistência no curto prazo. -----

----- De igual modo, pedimos a vossa atenção para esta carvoaria galega possuir uma história de aproximadamente 100 anos. É um espaço que permite o convívio social interclassista, mantém uma atmosfera onde ainda persiste um certo espírito de tertúlia, uma raridade nos nossos tempos, onde ainda alguns de nós nos encontramos com alguma regularidade para celebrar a vida. -----

----- Pelo que se disse, vimos pedir que seja encontrada uma solução, mediada pela Câmara Municipal e pelo uso da sua influência para poder persuadir e harmonizar os interesses e as expectativas das partes interessadas: investidores, inquilino e peticionários. -----

----- Referir ainda que, na zona da Valbom, temos presentemente restaurantes das mais diversas origens: italianos, japoneses, chineses, marroquinos, etc. Mas a Taberna do Senhor João é única. -----

----- Lisboa pode e deve continuar a ser uma cidade inclusiva e, por isso, terá de assegurar a preservação das lojas com história, porque são essas, com os seus traços distintivos, que nos caracterizam e que vincam a nossa identidade cultural. Esse é um Fator diferenciador de que não podemos prescindir. -----

----- Em síntese, se temos por objetivo caminhar para uma sociedade verdadeiramente inclusiva, não podemos deixar ninguém para trás, por isso mesmo, e mais uma vez, apelamos à Câmara Municipal de Lisboa para que utilize os seus poderes tendo em vista encontrar uma solução justa que impeça o desaparecimento desta ‘Loja com História’ que desejamos faça parte do nosso património imaterial da cidade. Disse. Muito obrigado a todos pela atenção.” -----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----*

----- “Muito obrigado. Sobre esta Petição, como se sabe, foi ouvido pelas Comissões pela 2ª e pela 7ª. As 2 Comissões fizeram um relatório que teve como relatores a Senhora Deputada Ana Gaspar e a Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, e eu pergunto de algumas das Senhoras Deputadas quer apresentar o relatório? É a Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, na qualidade da relatora, ou é uma intervenção sua? É como relatora? Porque, como deputada tem que contar o tempo, como relatora não tem tempo, portanto, opte como entender. Ok.” -----

*----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----*

----- “Temos aqui mais um caso de uma loja em Lisboa que está em riscos de fechar. Isto está-se a tornar quase uma doença na cidade e um dos apelos, nós reunimos,

reunimos com os peticionários, trabalhámos muito este assunto na 2ª e na 7ª Comissão para encontrar, enfim, neste espaço de tempo em que aguardamos que a Assembleia da República aprove a nova legislação que dará verdadeiramente proteção a estas lojas, será importante alguma celeridade, porque eu agora acabei de ver também no jornal que o Paris em Lisboa está com o mesmo problema. -----

----- Esta loja que é a Central das Avenidas é uma preciosidade para a zona das Avenidas Novas, não é uma ‘Loja com História’, na verdade, não está classificada, ainda como ‘Loja com História’, porque a classificação estava, portanto, as candidaturas estavam fechadas, mas reúne, realmente, todos os requisitos regulamentares para que possa ser reconhecida como ‘Loja com História’, tem 99 anos, o que é uma preciosidade de existência, constituindo um dos últimos exemplares vivos das velhas carvoarias da cidade de Lisboa, que tanto fizeram pela atividade da restauração da cidade, geralmente dirigidas, propriedade de galegos, tendo igualmente constituído um espaço privilegiado de aproximação das diferentes classes sociais. -----

----- Eram carvoarias que serviam as casas, o aquecimento, os restaurantes, mas, ao mesmo tempo, normalmente a mulher do proprietário, fazia uns petiscos, os operários iam lá comer e os outros acabavam por ir também e, portanto, passaram a ser locais de convívio da cidade, o que é muito importante, não matar. -----

----- Não obstante a realização das inevitáveis obras de modernização e de adaptação às novas exigências funcionais, inclusivamente impostas pela ASAE, permanece no mesmo espaço desde a sua abertura ao público, mantendo viva uma clientela diversificada, como testemunha o número de pessoas que assinaram a presente Petição, que passa das mil pessoas, pela manutenção deste estabelecimento. -----

----- Saudamos o seu futuro reconhecimento esperamos que, quando a lei for aprovada, eles possam enfim apresentar a sua candidatura para serem reconhecidos e, logo que seja publicada a lei, fazendo votos para que a Central das Avenidas possa manter-se aberta na cidade de Lisboa com todos os benefícios inerentes previstos nos projetos de regulamentos, do fundo Municipal ‘Lojas com História’ e da atribuição da distinção lojas com história. -----

----- Eu queria ainda lançar aqui um apelo para que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal solicitem ao Governo a maior celeridade do agendamento à Assembleia da República, a maior celeridade no agendamento da discussão e votação na Assembleia, das alterações ao novo regime do arrendamento urbano, assim como do regime jurídico das obras em prédios arrendados, legislação que dará proteção a este importante setor de atividade tão identitária da cidade. -----

----- Queria ainda pedir à Câmara Municipal de Lisboa, como tem vindo a fazer, e queria agradecer e saudá-la por isso, que use os seus poderes de intermediação, chamemos-lhe assim, com os proprietários para que encontrem uma solução que evite o desaparecimento de mais uma ‘Loja com História’, neste momento, a única solução é a intermediação da Câmara de Lisboa, que o tem feito, cito aqui um exemplo, a tabacaria ali no Largo do Camões foi graças a intermediação da Câmara Municipal de Lisboa e designadamente o Senhor Vereador Duarte Cordeiro, e, portanto, neste momento, é a única solução para este... -----

----- Esta loja a Central das Avenidas tem uma ordem de fechar a partir de hoje, portanto, hoje será último dia, eu espero que não seja necessário que isso aconteça e fazemos todos votos para que ela possa continuar por muitos e bons anos a ser a Central das Avenidas que sempre foi. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Enquanto a Senhora Deputada Cristina Andrade se encaminha eu posso também testemunhar que até eu fui cliente da Central das Avenidas, quando era miúda, porque era lá, na carvoaria, que comprava carqueja para os bichos-da-seda fazerem os casulos, coisa que a gente tinha as caixas de sapatos, os nossos quartos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Andrade (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos aqui mais um caso de uma loja em Lisboa que está em riscos de fechar. Antes de mais o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda gostaria de cumprimentar os peticionários aqui presentes, saudando a sua iniciativa cidadã bem como a de todas as pessoas que subscreveram esta petição designada ‘Pela preservação e manutenção de uma ‘Loja com História’ nas Avenidas Novas’, designadamente da Central das Avenidas. -----

----- Neste documento, os peticionários e peticionárias solicitam aqui que seja preservada e mantida esta loja, sendo que, desde julho de 2016 que o arrendatário deste espaço foi intimado a sair pelo proprietário, que pretende substituir este local quase centenário, com mais de 90 anos, como foi referido, por um apartamento de habitação.

----- Consideramos que este é mais um dos muitos exemplos que tristemente se vêm a adensar e que vêm demonstrar como são perniciosas as alterações introduzidas pela Lei das Rendas de Assunção Cristas, na altura do Governo PSD/CDS, deixando bem claro como é tão urgente revogar estas alterações alterar esta lei, de maneira a proteger as pessoas. -----

----- O Bloco de Esquerda associa-se aos peticionários neste intento, considerando que a Central das Avenidas deve ser preservada e considerada uma ‘Loja com História’ e indicamos que iremos votar favoravelmente esta Recomendação em apreço.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu pergunto ao Senhor Vice-Presidentes se quer usar da palavra neste caso da Petição da Central das Avenidas. -----

----- Senhor vice-Presidente quer usar da palavra sobre a posição relativamente à Central das Avenidas? Se faz favor.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, eu vou ser muito rápido, tive oportunidade de ser ouvido na Comissão portanto, na prática, a Recomendação e o relatório terão, com certeza, presente essa mesma intervenção. -----

----- Esta é uma situação específica relativa, no fundo, se assim se pode enquadrar às tais obras profundas, digamos assim, e ao projeto foi colocado na Câmara Municipal

de Lisboa. A Câmara está a tentar, na medida possível, falar com os proprietários, para tentar perceber se existe disponibilidade ou não para alterarem o seu projeto, e continuaremos a fazer esse acompanhamento na medida do possível. -----

----- Se, entretanto, a Central das Avenidas se candidatar e for ‘Loja com História’, bem, veremos o que a lei permitirá no futuro, para já esse trabalho de intermediação já está a ser feito, como tudo, não garantimos nenhum sucesso, mas, pelo menos da nossa parte, o sinal político do ponto de vista da vontade de preservação, está a ser dado. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos então pôr à consideração dos Senhores Deputados a Recomendação feita pela 2ª e 7ª Comissões, a Recomendação 5/131 - Pela preservação e manutenção de ‘Uma ‘Loja com História’ nas Avenidas Novas. Com todo o empenhamento que foi aqui trazido pela Senhora Deputada relatora. -----

----- Voto da **Recomendação 5/131 – ‘Pela preservação e manutenção de ‘Uma ‘Loja com História’ nas Avenidas Novas: ‘A Central das Avenidas’ na sequência da petição 19/2016.** A Recomendação nº 5/131 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- Saudamos os peticionários e o ato de cidadania que fizeram e vamos ver se vamos a tempo, efetivamente, de salvar mais esta ‘Loja com História’. -----

----- Vamos continuar os nossos trabalhos.” -----

----- **PONTO 4.3 APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 4/131 (3ª E 7ª CP) RESULTANTE DO PARECER SOBRE A PETIÇÃO 9/2016 – NÃO À DEMOLIÇÃO DA CENTENÁRIA VILA MARTEL; GRELHA-BASE: 34 MINUTOS; PARECER DA 3ª E 7ª COMISSÕES PERMANENTES** -----

----- (A **Petição nº 9/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Relatório das 3ª e 7ª Comissões Permanentes** relativa à **Petição nº 9/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante). -----

----- (A **Recomendação 4/131 das 3ª e 7ª Comissões Permanentes** relativa à **Petição nº 9/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante). -

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, continuou:

----- “Senhores Deputados, nós temos agora uma situação que é uma Petição que foi apresentada por causa da demolição da Vila Martel depois o Senhor Vereador Manuel Salgado informou que não havia autorização nem a intenção de autorizar a demolição desta Vila e os peticionários que desistiram da Petição. -----

----- Seja como for a 3ª e a 7ª Comissão apreciaram a Petição e há um Relatório de cuja relatora foi a Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, que deu origem a uma Recomendação, portanto, eu penso que podemos, enfim, não sei se quer apresentar o Relatório, muito bem. -----

----- Não há é, naturalmente, audição dos peticionários aqui em plenário, uma vez que desistiram da Petição. -----

----- A Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso tem a palavra para apresentar o Relatório.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “De novo muito boa tarde a todos e a todas.-----

----- Nós, a 3ª e a 7ª Comissão visitámos a Vila Martel, falámos com os petiçãoários na própria Vila Martel, mas eles não apareceram na audição que nós tínhamos marcado, desistiram, independentemente disso, parece-nos que este assunto é suficientemente importante para não ter sido deixado cair, apesar dos petiçãoários terem desistido da Petição e porquê, porque as vilas da cidade de Lisboa são uma peça importante da vida social, económica e política da própria cidade, caracterizam a cidade e não podem perder-se. -----

----- A Vila Martel é um exemplo e é um exemplo muito especial, porque foi construída em terrenos de um Senhor, do seu proprietário, que a destinou a artistas, portanto, é a única, que eu saiba, Vila conhecida em Lisboa destinada a *ateliers* e a habitação de artistas. -----

----- Artistas importantes lá viveram e trabalharam como Columbano e, ultimamente, o Nikias Skapinakis foi o último artista a sair da Vila Martel.-----

----- Houve um Projeto de para um parque de estacionamento na Vila Martel de que ia deitar abaixo completamente a Vila Martel e destruí-la completamente, felizmente, o promotor do Projeto desistiu e, portanto, a Vila Martel ficou lá. Porém, isso não nos sossega muito, e eu penso que a propósito da Vila Martel, poderíamos ter um pensamento um bocadinho mais alargado sobre este património das vilas da cidade. ---

----- A Câmara Municipal, e eu saúdo essa iniciativa, tem um programa de 8 milhões e meio de euros para a requalificação de 9 de 34 Pátios e Vilas Municipais ainda existentes e, portanto, nós recomendamos que no futuro próximo este programa possa ser alargada também à própria Vila Martel e às restantes 25.-----

----- Gostaríamos que a Câmara Municipal de Lisboa, em colaboração com a DGPC, passassem, conjuntamente, desenvolver um atualizado levantamento extensível a todos os Pátios e Vilas com valor histórico, em Lisboa, quer sejam propriedade Municipal ou privada e que possibilitem a avaliação do seu estado de conservação e atual utilização.

----- Devia ser criado um regulamento que enunciasse um conjunto de regras, encargos e boas práticas que servissem de apoio aos processos de reabilitação e salvaguarda destes Pátios e Vilas.-----

----- Enfim, gostaríamos que houvesse um programa que possibilitasse fazer um estudo histórico-social, arquitetónico e urbano editável em diversos suportes que revelasse o contributo destes Pátios e Vilas para o evoluir e a compreensão da cidade, assim como potencial que estes conjuntos detêm para as novas reutilizações em prol das comunidades locais.-----

----- E, enfim, gostaríamos que a Câmara lançasse um programa de incentivos direcionado à reabilitação e salvaguarda destes conjuntos edificados tão singulares na cidade.-----

----- Pedimos à Câmara Municipal de Lisboa que mantenha a vigilância sobre a Vila Martel, através da UIT como nos informou o Senhor Vereador Manuel Salgado, como tem vindo, aliás, a fazer, enviando-nos os respetivos relatórios produzidos a propósito deste conjunto patrimonial. -----

----- Recomendamos à Câmara Municipal que informe esta Assembleia de alguma eventual entrada de Projetos para a Vila Martel. -----

----- Enfim, isto foi um pretexto, a Vila Martel, para repensarmos também todo o conjunto patrimonial das Vilas e dos Pátios da cidade que são tão importantes para o tecido social e urbano. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu aproveito para informar os Senhores Deputados relativamente a este ponto suscitada pela Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, relativamente ao levantamento deste património, foi ontem lançado uma edição da Câmara Municipal de Lisboa, que é um trabalho com base no levantamento feito pelo Arquiteto Nuno Teotónio Pereira e pela Artista Irene Buarque, nos anos 70, sobre uma série de habitação plurifamiliar em Lisboa, mas tem um capítulo só sobre habitação operária em Lisboa, muito desenvolvido com o levantamento, em toda a cidade, dos pátios e vilas operárias na cidade de Lisboa, e que o trabalho agora editado pela Câmara, foi atualizado pela Direção Municipal de Cultura, com fotografias atuais de todas aqueles edifícios levantados na altura pelo arquiteto Nuno Teotónio Pereira. -----

----- Portanto, é já um princípio de trabalho, não é exaustivo, mas é um princípio de trabalho bastante importante e, portanto, os Senhores Deputados quiserem e é uma edição da Câmara Municipal de Lisboa, portanto, poderão, naturalmente, pedi-la, chama-se ‘Habitação Unifamiliar em Lisboa’ e é, de facto, um trabalho bastante importante neste capítulo, e nos outros também, mas neste particular, vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vimos aqui, o PCP, saudar o trabalho desenvolvido pela 3ª e 7ª Comissões. -----

----- São 2 documentos que lemos, que são estimulantes, são estimulantes as posições da Câmara e as posições da Assembleia, coincidem e defendem uma área fundamental da nossa memória, com tudo aquilo que lá vem dito nos documentos, e que aqui a Senhora Presidente da 7ª Comissão já enunciou. -----

----- Portanto, não só chamamos a atenção para as questões negativas, chamamos a atenção para as posições que são positivas, a defesa da cidade. -----

----- Aproveito para dizer, porque não virá aqui, não vale a pena vir cá falar, mas há uma Proposta a seguir, a 636/CM/2016, que inclui a Vila Raul, infelizmente, nós vamos votar contra porque a Vila Raul é um exemplo da decadência da cidade e do abandono da Câmara Municipal e desta Assembleia, já agora, em relação a áreas que são importantes da nossa memória. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A propósito da Petição nº 9/2016 sobre a não demolição da centenária Vila Martel, lançada pelos peticionários em 30/3/2016, ‘Os Verdes’ gostariam de recordar o facto de, logo em meados de Abril do ano passado, ou seja, há quase 10 meses, perante a denúncia dos residentes, o GM do PEV se deslocou ao local e, perante a constatação da situação, de imediato apresentaram um requerimento à Câmara Municipal e um documento para votação neste plenário. -----

----- Nele se recomendava que fossem averiguadas as razões da instabilidade da encosta envolvente, que comprometiam as condições de habitabilidade daquela Vila fundada em 1883 e a segurança dos moradores ali residentes, bem como a preservação e reabilitação daquele conjunto edificado, mantendo a traça original daquele antigo local de trabalho de pintores, escultores e poetas de relevo. -----

----- Na visita ali realizada por ‘Os Verdes’, constatámos que as chuvadas do início da Primavera do ano passado, aliadas às obras no logradouro da unidade hoteleira no topo da encosta, provocaram um deslizamento de terras sobre aquele conjunto habitacional que colocava em causa a segurança física dos prédios da Vila Martel, apresentando manifestos problemas de infiltrações nas suas coberturas. E este é apenas um dos muitos pátios e vilas municipais a requererem uma requalificação consistente. -----

----- Pedíamos, por isso, que fossem cumpridos o PDM e o regulamento do PUALZE em vigor, que a descrevem (citamos) como um ‘bem com valor arquitetónico e ambiental cuja preservação se pretende assegurar’ e onde ‘qualquer intervenção deve visar a preservação das características arquitetónicas do edifício’, sendo apenas permitidas ‘obras de reabilitação e de ampliação, desde que aceites pela estrutura consultiva’. E sugeríamos, ainda, que fosse feita a imediata estabilização da encosta e do logradouro e fosse disponibilizada informação pertinente sobre esta temática a fim de ser acompanhada pelas Comissões desta Assembleia. -----

----- Os moradores preocupavam-se também com um pedido de informação prévia relativo a um projeto urbanístico que dera entrada na Câmara para apreciação, o qual, a ser aprovado, implicava a quase total demolição da Vila Martel, uma vez que tinha como objetivo a construção de hotel e estacionamento. -----

----- Concordando com as recomendações das 3ª e 7ªs Comissões, lamentamos que apenas 6 meses depois, em 12/10/2016, se tenha agendado uma visita ao local. Quanto a eventuais medidas preventivas, apenas em 19 de Outubro a Unidade de Intervenção Territorial procederá a uma vistoria do local, o que nos parece um total desrespeito pelas preocupações iniciais dos moradores. Para estes, tal representou um óbvio desinteresse da parte dos órgãos municipais. -----

----- Perante este habitual protelar de soluções, alguns Grupos Municipais já estão habituados e, pelos vistos, os munícipes também. É que após a visita do GM-PEV decorreram 10 longos meses. -----

----- Esperemos que agora o Município proceda a uma rápida reabilitação deste e de outros pátios e vilas da cidade. Obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Vereadora Paula Marques sinalizou que queria usar da palavra se faz favor.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção.-----

----- “A propósito da matéria que temos hoje em apreço e a propósito da intervenção da Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, dar informação à Assembleia, embora tenha sido já dada numa presença minha na Comissão, na 3ª Comissão, que a Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local tem estado a trabalhar naquilo que é a reabilitação, e no processo de reabilitação, de pátios e vilas de propriedade Municipal, e eu gostava que isto ficasse claro, de propriedade Municipal, isto é, há um conjunto de pátios e vilas de propriedade da Câmara que, durante muitos muitos anos, e quando digo muitos anos é mais de 20 anos, não tiveram intervenção e não tiveram destino ou, pelo menos o seu destino ficou, muitas vezes, em dúvida, aliás, algumas delas que tiveram como destino traçado a alienação ou até sua demolição.-----

----- Portanto, foi decisão política nossa, em conjunto no executivo, mas chamando a mim a matéria de que tenho a competência, de iniciar um processo de verificação de todos os pátios e vilas de propriedade Municipal, perceber quais as que tinham viabilidade de reabilitação, privilegiando aquelas que têm pessoas a morar, portanto aquelas que estão ocupadas com munícipes e com inquilinos da Câmara, em condições de habitabilidade reduzidas, e fazendo a preservação da memória histórica, tendo em consideração que são património cultural da construção operária desta cidade.-----

----- Iniciámos o processo de intervenção nos pátios e vilas, volto a dizer, de propriedade Municipal.-----

----- Neste momento, avançamos com 7 pátios e vilas como prioridade de intervenção das 34 que identificámos, com viabilidade de reabilitação, tendo em consideração, volto a dizer os critérios de estarem ocupados, terem gente a viver, naturalmente terem importância e peso histórico naquilo que é a construção da cidade de Lisboa e naquilo que é a memória operária na construção da cidade de Lisboa.-----

----- E os primeiros 7 pátios e vilas estão identificados, estamos neste momento, a finalizar projetos de intervenção numa Vila no Beato, outra em Belém e outra em Campolide.-----

----- Portanto, estas 7 são as priorizadas, naturalmente, sendo que continuaremos a fazer o processo de intervenção, nas outras 34.-----

----- Para informação à Assembleia, também dizer que estas 7 primeiras Vilas, se situam em Marvila, Campolide, Beato, Estrela, Alcântara e Belém.-----

----- As 3 que, neste momento, estão em processo de finalização de Projetos são a Vila da Bela Vista no Beato, a Vila Romão da Silva em Campolide, a vila Elvira em Campolide também, e a Travessa de Paulo Jorge em Belém.-----

----- Eu gostaria, só para finalizar, destacar que nós vamos fazer a intervenção naquele que é o espaço público da vila, mantendo a traça daquilo que é as características deste tipo de edificação, vamos fazer a reabilitação integral das casas que estão devolutas, vamos fazer a reabilitação integral das casas que estão ocupadas pelos nossos munícipes, e nas vilas onde há copropriedade, porque há vilas operárias em que nós

temos propriedade pública e propriedade privada, temos estado a conversar com os proprietários residentes na perspectiva de os apoiarmos naquilo que eles precisarem para se fazer as intervenções dentro das suas casas, mas a Câmara assume a reabilitação das fachadas, de toda a vila independentemente se a propriedade é só Municipal ou é privada também.-----

----- Dizer também que o destino dos fogos que serão reabilitados são, e também pela tipologia que são, são tipologias pequenas, são fogos com pequena dimensão e são destinados a arrendamento jovem, isto é também um objetivo da Câmara de Lisboa e que é bem acolhido pela população, isto é, haver aqui um processo de intergeracionalidade de quem vive nestas vilas que são, maioritariamente, pessoas idosas, e muitas vezes isoladas, e a presença, também, de gente mais nova, nestas vilas.-----

----- Dizer também que, para nós, foi o desafio que eu fiz à Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local é fundamental que, em cada Vila, haja uma presença, uma marca, daquilo que foi a história daquela a vila e a história daquelas pessoas que viveram o que vivem, ainda hoje, nos pátios e vilas. -----

----- Eu queria só finalizar destacando a Vila Romão da Silva e porquê? A Vila Romão da Silva é uma das maiores vilas operárias que nós temos de propriedade Municipal, é em Campolide, é numa zona de centro, absolutamente, centro da cidade, Campolide é uma zona, assim como Alcântara e Belém, mas Campolide é uma zona de presença muito forte de vilas operárias, e de movimento operário, bairro da Liberdade, etc.-----

----- A razão pela qual nós fizemos questão que a Vila Romão da Silva fosse uma das primeiras a ser intervencionada é porque a Vila Romão da Silva teve, durante muito tempo, uma espada em cima da cabeça e a espada era de se fazer o realojamento daquela população e de se fazer a demolição e alienação daquela Vila, e nós entendemos que deveríamos reorientar a nossa ação, em particular neste património e, em particular, numa Vila tão emblemática a para a história da cidade e pela sua localização também que é a Vila Romão da Silva e, portanto, queria só terminar dando esta informação à Assembleia.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, estamos em condições então de apreciar, agora, creio eu, a Recomendação relativa a esta Petição 9/2016 que, no fundo, é Recomendação 4/131 que foi aqui apresentada pela Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso. -----

----- Voto da **Recomendação 4 /131 – ‘Não à demolição da centenária Vila Martel’ na sequência da Petição 9/2016**. A Recomendação nº 4/131 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Vamos passar ao ponto seguinte.-----

----- Tenho uma informação a dar, este Ponto, o Ponto 5 da Ordem de Trabalhos, vai ser adiado, porque o Relatório sobre o debate temático do parque florestal de Monsanto ainda não foi aprovado na 4ª Comissão e nós temos aqui um problema para resolver, mas eu vou tentar ver com os proponentes do debate temático como é que resolvemos, porque o formato que tinha sido aprovado por esta Assembleia para este

parque temático, envolvia 2 sessões com a participação do público, só que já temos aqui um relatório final e, portanto, poderemos ter que fazer aqui alguma economia de processo, mas vamos ver isso depois com os proponentes e, naturalmente, peço que deem confiança à Mesa para, de acordo com os proponentes, encontrarmos a solução para fecharmos esta matéria que, de facto, já está aqui há muito tempo à espera e é muito importante para a cidade.”-----

----- **PONTO 6. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:**-----

----- **PONTO 6.1 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 642/CM/2016 - AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAR, POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE PARTE DELIMITADA DO MERCADO MUNICIPAL DO BAIRRO DE SANTOS, INCLUINDO A REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO EXISTENTE E A EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO ADJACENTE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS NO ARTIGO 24.º, NA ALÍNEA P) DO N.º1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ACTUAL; 1,5 X GRELHA-BASE – 51 MINUTOS; PARECER CONJUNTO DA 1ª, 2ª E 8ª COMISSÕES PERMANENTES**-----

----- (A Proposta 642/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XIV e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer Conjunto das 1ª, 2ª e 8ª Comissões Permanentes relativa à Proposta 642/CM/2016 fica anexado à presente Ata, como Anexo XV e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, continuou:

----- “Vamos entrar, assim, no Ponto 6 da Ordem de Trabalhos, o 1º Ponto é a Proposta 642/CM/2016, que tem a ver com autorizarmos a Câmara a abrir concurso para concessão de exploração de parte do Mercado Municipal do Bairro de Santos, incluindo a reabilitação do edifício e a exploração do parque de estacionamento e esta Proposta foi apreciada por 3 Comissões.-----

----- Eu pergunto ao Senhor Vice-Presidente se quer apresentar a Proposta?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer à Câmara Municipal, aos serviços da Câmara Municipal, de várias áreas, pelo trabalho que realizaram.-----

----- Esta é uma Proposta que, efetivamente, teve o contributo, quer dos Arquitetos da área do Departamento que tem a responsabilidade pela área dos mercados, quer pelo Departamento na Direção Municipal da Economia que analisou e propôs aquilo que era, no entender deles a Proposta adequada do ponto de vista daquilo que podiam ser as rendas a explorar e, portanto, quer da própria de Direção Municipal de Obras que também contribuiu para o Projeto.-----

----- Dizer que o Mercado do Bairro de Santos é um mercado que, no nosso entender, necessitava de um forte impulso do ponto de vista daquilo que é a sua revitalização, e é

nesse sentido que nós propusemos uma medida que se pode considerar excepcional e, simultaneamente, é uma medida que nós não generalizámos nos restantes mercados da cidade que estamos a tentar dinamizar, e que tem como objetivo fixar, no fundo, uma loja de retalho que possa, por esta via, aproveitar parte do mercado e trazer mais clientes. -----

----- Isto implica, da forma como o Projeto foi desenhado, no fundo, alterar aquilo que é a localização atual dos comerciantes dentro do próprio mercado, a solução que foi apresentada, no nosso entender, é uma solução feliz, porque faz o reaproveitamento de uma praça exterior do mercado, criando uma cobertura e permitindo que os comerciantes do comércio tradicional se fixem nessa zona do mercado em boas condições e, simultaneamente, criando ali um espaço pode ser aproveitado pelo próprio bairro, com um quiosque com uma esplanada e ao mesmo tempo libertar dentro daquilo que é o mercado a área necessária para, no fundo, fazemos um concurso para concessionar, para uma loja de retalho nessa área a liberta. -----

----- Com isto que pretendemos? Pretendemos que o mercado volte a ter uma importância na zona onde se insere, nomeadamente, na Freguesia e em particular no bairro, e contribua para aquilo que, no fundo, é o emprego naquela zona, mas também traga clientes, no fundo, para aquela estrutura comercial. -----

----- Procuramos fazê-lo fazendo do mercado no espaço de utilização não só para clientes mas, para dar vida ao próprio bairro, ser um espaço de encontro, ser um espaço de convívio, no fundo, também, bebendo um bocadinho daquilo que é o espírito que nós temos feito noutras zonas da cidade com os Projetos do Vereador Manuel Salgado 'Uma Praça em cada Bairro' e, portanto, ali não sendo possível um projeto dessa natureza da prática e há uma inspiração da utilização daquela praça, daquele mercado para ganhar uma vida no bairro e, portanto, nós entendemos que esta Proposta, é uma Proposta que serve os interesses do Município e serve os interesses da Freguesia que tem o condão de revitalizar e procurar investimento para um mercado que está numa situação, no nosso entender, muito necessitada. -----

----- Coloca-se uma pergunta, antecipo, que é a pergunta mais difícil e que foi colocada na Comissão de porque não condicionámos, digamos assim, o uso da estrutura de retalho protegendo de alguma maneira o comércio, a tipologia de comércio tradicional que já lá existe. Bem, não o fizemos, porque não temos a certeza da existência, hoje, não temos a certeza de investidores interessados, neste montante de investimento, para estas condições. -----

----- Nós procurámos criar aqui um modelo que fosse muito atrativo para a captação de investidores mas, como nós não temos a certeza, preferimos não condicionar o modelo nem o uso do retalho, porque acreditamos que, ainda assim, não deixa de ser um investimento muito grande e um Projeto com alguma ambição e, portanto, nesse sentido preferimos não o condicionar. Isto também foi dito na Comissão. -----

----- Portanto, quero também agradecer toda a colaboração da Junta de Freguesia que aqui teve um papel importante, na medida em que, connosco, ajudou a desenhar a solução que nós identificámos. -----

----- Quero também dizer que esta Proposta teve a participação dos comerciantes do próprio mercado que foram ouvidos no início e que, entretanto, já lhes foi apresentada esta solução, portanto, com a aprovação na Assembleia Municipal, poderemos dar início, no nós entendemos à revitalização deste mercado, lançando o concurso e procurando os tais investidores que colocarão este mercado a ser outra vez o mercado relevante no bairro onde se insere. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Esta proposta suscita-nos um conjunto de preocupações. Em primeiro lugar estranhámos a necessidade de contratação de um escritório de advogados para gestão do processo.-----

----- Até por força da lei de execução orçamental, que só permite a externalização destas funções para privados em casos de absoluta incapacidade dos serviços municipais, não compreendemos de que forma o interesse público fica servido com a concessão da gestão da própria concessão.-----

----- Em segundo lugar um problema conceptual, do próprio modelo que parece dominar este tipo de reconversões dos mercados de Lisboa. Não repudiamos novas utilizações dos mercados e a necessidade de modernização.-----

----- Haverá bons e maus exemplos mas a entrega de poderes absolutos ao concessionário, sem qualquer hipótese de intervenção e reversão para o domínio público é um mau princípio, que resulta na pura especulação sobre os espaços e expulsão de antigos comerciantes. Basta ver a distância que vai entre a renda paga ao Município pelo Mercado da Ribeira e, depois, o aluguer que os subconcessionárias pagam ao concessionário, para se perceber que há aqui uma escalada de especulação que poderia ser evitada.-----

----- Não é função do Município entregar os mercados para especulação mas sim garantir uma missão pública de proximidade da população a produtores que trabalham de forma independente às grandes distribuidoras.-----

----- E por último lugar não compreendemos o dogma que tornou obrigatória a concessão destes espaços, não compreendemos por que razão o Município não impulsiona processos de modernização dos mercados por sua própria iniciativa.-----

----- E por isso deixamos aqui estas reservas. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Havia aqui um alerta do Partido Socialista relativamente ao facto de não ter pedido a apresentação do relatório pela Senhora relatora Patrocínia César, mas a Senhora relatora tinha-me dito aqui que dispensava a apresentação, foi por isso que a saltei essa etapa do processo.-----

----- Eu creio que não temos mais Senhores Deputados inscritos e sendo assim, estamos em condições de apreciar a Proposta 642/CM/2016.-----

----- Ah! O Senhor Vice-Presidente quer responder ao Senhor Deputado Tiago Ivo Cruz. Se faz favor.-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quero agradecer ao Senhor Deputado Tiago Ivo Cruz e, simultaneamente, responder às questões que colocou.-----

----- A questão de termos externalizado a conceção e o apoio jurídico à elaboração da Proposta do concurso deveu-se, essencialmente, ao que disse, ou seja, da parte da Câmara Municipal de Lisboa, à identificação da não existência de recursos, no momento em que nós precisávamos de elaborar o concurso, para a realização desse mesmo caderno de encargos e, portanto, de outra forma seria o Departamento Jurídico da Câmara Municipal a fazê-lo. -----

----- Portanto, aqui não é uma inexistência de recursos como um absoluto, mas sim no momento em que se colocava, digamos assim, a necessidade de elaboração do caderno de encargos. Não teria qualquer problema, volto a dizer até, se calhar, é a única matéria que não foi alvo de Proposta de serviço interno, porque tudo o resto desde o plano de negócios ao Projeto de Arquitetura foi tudo feito internamente, só não foi mesmo a Proposta, o apoio à elaboração do caderno de encargos mas, de resto, foi mesmo esse impedimento.-----

----- No que diz respeito à entrega dos poderes absolutos da concessão ao concessionário, dizer que foi discutido, por uma questão do modelo e de facilidade, também de poupança de algumas despesas para a Junta de Freguesia, que seria mais simples e até para os próprios comerciantes que despesas como a energia, a segurança, etc., ficassem a cargo do próprio concessionário, libertando de encargos, neste caso, a Freguesia e os próprios comerciantes. Neste caso aqui não há direito a subconcessões, mas percebo a questão que foi colocada. -----

----- Portanto há aqui uma diferença conceptual mas, volto a dizer, desenhámos este modelo, que é o único, do Plano Municipal de mercados é o único que nós vamos fazer uma concessão de parte do espaço do mercado, por entendermos que este mercado necessita de uma revitalização que uma loja âncora, eventualmente, uma marca conhecida, pode ajudar. Foi esse o modelo que nos levou, neste caso, excecionalmente, a procurar esta esta Proposta. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, penso que estamos em condições de votar a Proposta 642/CM/2016.-----

--- Senhor Deputado, se faz favor, a votação em separado da alínea f)? Um momento que eu já lá vou. -----

----- (O Senhor Deputado José Casimiro solicita a votação em separado da alínea f) da Proposta 642/CM/2016)-----

----- Ok, a alínea f) tem a ver com a afetação ao domínio público Municipal de parcelas de terreno que são remanescentes de alguns prédios envolvidos pela área em causa. ---

----- Portanto, nós vamos votar em conjunto as alíneas a), b), c), d) e e) e depois faremos a alínea f).-----

----- Voto das alíneas a), b), c), d) e e) da Proposta 642/CM/2016 – ‘Autorização de contratar, por concurso público, com publicidade internacional, para concessão da exploração de parte delimitada do Mercado Municipal do Bairro de Santos, incluindo a reabilitação do edifício existente e a exploração do parque de estacionamento adjacente, nos termos consignados da proposta’. A Proposta 642/CM/2016 foi **aprovada por maioria** com os votos contra do BE, abstenções do PCP e PEV, votos a favor do PS, PSD, CDP-PP, MPT, PNPN e 6IND.-----

----- (O Grupo Municipal do PAN estava ausentes e não participou nesta votação). ----

----- Voto da alínea f) da Proposta 642/CM/2016 – ‘Autorização de contratar, por concurso público, com publicidade internacional, para concessão da exploração de parte delimitada do Mercado Municipal do Bairro de Santos, incluindo a reabilitação do edifício existente e a exploração do parque de estacionamento adjacente, nos termos consignados da proposta’. A Proposta 642/CM/2016 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções do PCP, votos a favor do PS, PSD, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PNPN e 6IND. -----

----- (O Grupo Municipal do PAN estava ausentes e não participou nesta votação). ----

----- Vamos passar agora de seguida aos projetos de regulamento anexos... -----

----- O Senhor Deputado Daniel Gonçalves em nome do Grupo Municipal do PSD quer fazer uma declaração de voto, é também o Presidente da Junta de Freguesia envolvida.” -----

----- **O Deputado Municipal Daniel Gonçalves em nome do Grupo Municipal do PSD** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Voto a favor, porque esta Proposta acolhe Projeto que a Junta de Freguesia de Avenidas Novas apresentou à Câmara Municipal de Lisboa e nesse sentido, o meu voto só pode ser favorável, pois vejo assim a sobrevivência do mercado e a dinamização do Bairro de Santos com o Projeto agora aprovado.-----

----- Quero agradecer ao Senhor Vice-Presidente e Vereador Duarte Cordeiro e à sua equipa todo o empenhamento e dedicação que teve ao longo deste tempo, não há dúvida nenhuma que tivemos uma relação muito boa, muito próxima, e quero dizer, francamente, que o Senhor, realmente, contribuiu muito para que esta obra vá mesmo para a frente. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa alerta para o facto que temos 39 Deputados na sala sentados e 3 Deputados em pé, de maneira que, com os 3, se alguns dos Senhores Deputados que estão em pé se sentarem nós temos quórum. -----

----- E vamos prosseguir, portanto, mas queria que estivéssemos atentos, porque estamos no limite. -----

----- A Senhora Deputada Ana Páscoa, se quiser sair, pode sair um bocadinho, temos quórum, neste momento. -----

----- Vamos perseguir.” -----

----- **PONTO 6.2 – APRECIACÃO NA GENERALIDADE, AO ABRIGO DA ALÍNEA G) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS**

AUTARQUIAS LOCAIS, ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ACTUAL E DO ARTIGO 70º DO REGIMENTO, DOS SEGUINTEs PROJECTOS DE REGULAMENTO ANEXOS À PROPOSTA 632/CM/2016: - PROJECTO DE REGULAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL – “LOJAS COM HISTÓRIA”, NOS TERMOS DO ANEXO À PROPOSTA 632/CM/2016; GRELHA-BASE - 34 MINUTOS; - PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DA DISTINÇÃO “LOJAS COM HISTÓRIA”, NOS TERMOS DO ANEXO À PROPOSTA 632/CM/2016; GRELHA-BASE - 34 MINUTOS; PARECER CONJUNTO DA 2ª E 7ª COMISSÕES PERMANENTES; RECOMENDAÇÃO 01/131 (2ª E 7ª CP) – TEMA 7; MOÇÃO 01/131 (2ª E 7ª CP) – SOBRE A CRIAÇÃO DE UM REGIME LEGAL DE RECONHECIMENTO E PROTECÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E ENTIDADES DE INTERESSE HISTÓRICO E OU CULTURAL LOCAL - TEMA 7-----

----- (A Proposta 632/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XVI e dela faz parte integrante). -----

----- (O Regulamento Municipal de Atribuição da Distinção ‘Lojas com História’ enquanto documento de apoio à Proposta 632/CM/2016 fica anexado à presente Ata, como Anexo XVII e dela faz parte integrante). -----

----- (O Regulamento do Fundo Municipal ‘Lojas com História’ enquanto documento de apoio à Proposta 632/CM/2016 fica anexado à presente Ata, como Anexo XVIII e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer Conjunto das 2ª e 7ª Comissões Permanentes relativa à Proposta 632/CM/2016 fica anexado à presente Ata, como Anexo XIX e dela faz parte integrante). -----

----- (A Recomendação das 2ª e 7ª Comissões Permanentes relativa à Proposta 632/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XX e dela faz parte integrante). -----

----- (A Moção das 2ª e 7ª Comissões Permanentes relativa à Proposta 632/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXI e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra, continuou:

----- “Temos agora a apreciação, na generalidade, dos Projetos de Regulamento anexos à Proposta 632/CM/2016. -----

----- Eu queria informar-vos que estivemos a ver isto ontem na Conferência de Representantes e a situação é esta: relativamente ao Regulamento Municipal de Atribuição da Distinção ‘Lojas com História’, ninguém na Conferência de Representantes pôs alguma objecção a que nós votássemos já o Regulamento, porque não há ninguém a propor alterações nenhuma ao Regulamento. -----

----- Portanto, não precisa de ser uma aprovação na generalidade, pode ser já uma aprovação normal do Projeto de Regulamento se ninguém objetar. -----

----- Quanto ao 2º Regulamento Municipal de Atribuição da Distinção ‘Lojas com História’, uma vez que ele implica com a legislação que está a ser feita na Assembleia

da República, a sugestão que eu fiz era que o pudéssemos, se fosse caso disso, aprovar na generalidade e pedirmos às 2 Comissões que o apreciassem rapidamente para ver se é preciso expurgar alguma alínea que pode contender com a futura legislação, se assim for, podemos votá-lo mesmo sem estar a legislação em vigor, a legislação o que é que acrescenta ao que está aqui neste Regulamento, acrescenta coisas muito importantes, acrescenta a alteração ao regime do arrendamento urbano e a alteração ao regime de obras em prédios arrendados, protegendo as entidades que sejam reconhecidas pelos Municípios como entidades com interesse histórico. -----

----- Isto é matéria que só mesmo a Assembleia da República pode fazer, a Câmara não o pode fazer, mas nada impede que, entretanto, a Câmara avance na identificação e classificação. -----

----- Portanto, se não houvesse objeção, vamos discutir agora a matéria, mas em termos de votação, o Regulamento do fundo Municipal para ser aprovado, simplesmente, como a aprovação já final, e o outro eu solicitaria uma aprovação na generalidade e pediria, depois, às 2 Comissões que visem se é preciso expurgar alguma coisa para depois podermos fazer uma aprovação final. -----

----- Era isto que queria transmitir e posto isto, pergunto ao Senhor Vice-Presidente se quer apresentar as suas Propostas.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Câmara Municipal de Lisboa preocupada e consciente daquilo que têm sido as consequências que o comércio tradicional...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor Vice-Presidente, desculpe interromper, mas como eu penso que vão falar sobre os dois Projetos, cada um deles está com uma grelha base, portanto, contamos 2 vezes o tempo, para falarem só de uma vez.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra, continuou: -----

----- “A Câmara Municipal de Lisboa, consciente dos problemas que o comércio tradicional, em particular do Comércio com características históricas da cidade de Lisboa, tem sofrido, em particular, pela lei do arrendamento, e também a desproteção inerente àquilo que é o regime de obras em prédios arrendados, obras profundas em prédios arrendados, procurou, desde o início, trabalhar na perspectiva de enquadrar as lojas com história e desenvolver um Projeto que tem como objetivo classificar, na cidade de Lisboa, as lojas com história, enquadrando-as do ponto de vista daquilo que seria uma classificação Municipal, uma distinção Municipal, criando um programa de apoio específico para elas mas, ao mesmo tempo, e este é o aspeto mais importante, criando a confiança de que seria possível uma classificação rigorosa daquilo que nós entendemos por ‘Lojas com História’ criando também as bases para que o legislador pudesse, na lei, conferir um conjunto de proteções que são determinantes. -----

----- O programa ‘Lojas com História’ é importante para a cidade de Lisboa, independentemente das alterações legislativas que venham a ocorrer mas, não tenhamos ilusões, que sem essas alterações legislativas, obviamente, o nível de

proteção que as 'Lojas com História', a nível de proteção que terão é bastante insuficiente face a um conjunto fenómenos que estão a acontecer na cidade de Lisboa, relacionados com a lei do arrendamento e com as tais obras profundas em prédios arrendados. -----

----- Com isto não estou a referir que o programa das 'Lojas com História' não tem importância, tem uma importância determinante, porque a Câmara de Lisboa foi a 1ª Câmara do país a classificar as lojas, demonstrou que essa classificação é uma classificação exigente, é feita com, nomeadamente, recorrendo à parceria da Faculdade de Belas Artes, feita com o regulamento que agora os Senhores Deputados vão aprovar, e que permitirá que qualquer loja se possa candidatar a ser uma 'Loja com História' com base em critérios que a Assembleia Municipal de Lisboa aprovará, se tudo correr bem, hoje. -----

----- Ao mesmo tempo também não é diminuto referir que a Câmara Municipal de Lisboa ao aprovar o Regulamento do fundo de apoio às 'Lojas com História' passará a poder apoiar estas lojas num conjunto de matérias essenciais para elas, desde logo, a possibilidade de elas terem apoios no que diz respeito à preservação do seu próprio património, poderão ter apoio no que diz respeito à modernização do seu negócio e também poderão ter apoio no desenvolvimento daquilo que são programas culturais. --

----- Isto porquê? Porque nem todas as 'Lojas com História', são lojas que tenham, nomeadamente, uma vitalidade económica que lhes permitam, elas próprias, libertar os recursos necessários para este tipo de Projetos essenciais para a sua própria preservação quer ao nível da sua valorização cultural, da sua promoção económica ou da preservação do seu património. -----

----- Lisboa, com isto, dá um passo que eu acho que é um passo muito importante, porque ao aprovarmos hoje, não só tenho a certeza que seremos seguidos por outros Municípios que, conosco, já procuram desenvolver os seus próprios Projetos, como é o caso do Porto, como daremos um sinal claro ao legislador e ao Governo de que estas lojas, as 'Lojas com História', não só merecem aquele tipo de apoios que nós hoje estamos a regular através deste regulamento, como merecem ser protegidas na lei, no que diz respeito ao regime de obras em prédios arrendados, garantindo que não há caducidade do contrato de arrendamento quando há obras profundas em prédios arrendados e, simultaneamente, na lei do arrendamento, garantindo que elas têm uma proteção especial, desde logo, prolongando aquilo que é o período de adaptação à renda livre. -----

----- Portanto nós, Lisboa, damos um sinal claro a todos no que diz respeito à nossa vontade de proteger as 'Lojas com História'. -----

----- Também ao nível daquilo que é o funcionamento interno da Câmara Municipal, e isso já se tem sentido, e tem sido notícia, a Câmara Municipal ao identificar as 'Lojas com História' passa a ter como preocupação adicional, no que diz respeito aos Projetos que são entregues na Câmara Municipal, e demos um sinal claro a todos os proprietários e todos os investidores, que devem tentar procurar identificar, quando investem num edifício ou quando procuram investimentos na cidade de Lisboa, perceber onde é que as 'Lojas com História' se situam e perceber que ter uma 'Loja

com História' no seu património não é algo negativo, é algo positivo que até pode valorizar o seu património.-----

----- É esse o sinal que nós queremos dar, também, aos investidores da cidade de Lisboa. Não um sinal confuso, não a ideia de que qualquer loja é uma 'Loja com História', mas sim dizer que nós sabemos muito bem identificar as lojas que, no nosso entender, devem ser preservadas do ponto de vista histórico, com base em critérios patrimoniais, mas também com base àquilo que diz respeito à tipologia económica mesmo a antiguidade.-----

----- É muito importante o sinal que damos aqui hoje e penso que ao darmos, também estamos a pressionar a Assembleia da República a ser célere no seu processo. -----

----- É fundamental que todos percebam que há várias razões que têm levado o despejo, algumas dizem respeito à caducidade dos contratos, outras dizem respeito, simplesmente, a contratos que foram celebrados após a nova Lei do Arrendamento, foram celebrados por tempo limitado e que estamos, neste momento, a chegar ao final desse período de tempo que decorreu, naturalmente, da Lei do Arrendamento. -----

----- Que essa Lei do Arrendamento tem autores, e que nós queremos efetivamente corrigi-la e se hoje está a haver um conjunto de situações de despejo de 'Lojas com História' na cidade de Lisboa, não se deve ao Município, deve-se aos autores da Lei do Arrendamento, nós temos todos de nos lembrar quem foram esses autores da Lei do Arrendamento e que partidos é que subscreveram, isto também é muito importante nesta matéria -----

----- Agora, digamos, do lado da Câmara Municipal termos bem a consciência que esta é uma corrida contra o tempo, que temos também, ao abrigo deste programa, um conjunto de iniciativas preparadas que vão decorrer já entre o mês de Março é mês de Abril desde logo, a ideia da colocação, da entrega das insígnias às lojas, a criação de um *site* que identifique as lojas, a criação de um roteiro que as valorize, a ideia do fundo começar a apoiar as lojas e em Abril, uma grande exposição de valorização das 'Lojas com História'. -----

----- Faremos um conselho consultivo para classificar, assim que possível, 20 novas lojas e abriremos, assim que for possível, e que o regulamento de distinção esteja aprovado na especialidade, abriremos as candidaturas para que todas as lojas que queiram receber esta distinção se possam candidatar. -----

----- Tem sido um programa que tem ocupado muito do nosso tempo, porque é muito importante para a cidade de Lisboa. Que fique absolutamente claro. Muito obrigado.”-

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, a relatora é, novamente, a Deputada Simonetta Luz Afonso, portanto, pergunto se quer apresentar os Pareceres. -----

----- E depois temos alguns Senhores Deputados inscritos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “De novo muito boa tarde, eu gostaria apenas de intervir, porque, em 1º lugar, queria saudar o trabalho que nós realizámos na 2ª e na 7ª Comissão com o Senhor Vice-Presidente, Duarte Cordeiro. -----

----- Houve aqui um trabalho longo de troca de impressões, de sugestões, etc., que têm sido normalmente acolhidas e de onde saíram estes 2 documentos, extremamente importantes, e parece-me que seja muito importante serem aprovados hoje, na medida em que estes documentos só são efetivamente, só vão, efetivamente, ter consequências na proteção das ‘Lojas com História’ quando a Assembleia da República aprovar a outra legislação que lhes dá verdadeiramente força e corpo. -----

----- Para além, enfim, todas as coisas importantes que esta regulamentação traz, a 2ª e a 7ª Comissão pensaram mais algumas sugestões para se aproximarem, mais ainda, das necessidades dos lojistas das futuras ‘Lojas com História’. Uma delas seria, portanto, para além do grupo de trabalho e do grupo consultivo, que fosse criado um gabinete sediado na Câmara, em articulação com a associação Turismo de Lisboa e a União das Associações do Comércio e Serviços, para dar apoio às ‘Lojas com História’, nomeadamente, através de apoio jurídico, apoio e aconselhamento na recuperação, no restauro, na remodelação e revitalização das lojas, apoio em áreas de formação de proprietários e lojistas e funcionários, nomeadamente, nas áreas do *merchandising* do vitrinismo, da publicidade exterior, das técnicas de acolhimento e atendimento a clientes estrangeiros. -----

----- Depois, também, a criação de um sítio plurilingue com informação sobre os conteúdos relacionados com essas lojas, propondo roteiros pela cidade através das ‘Lojas com História’ que é uma coisa que trará, certamente, imenso público a essas lojas. -----

----- A inclusão de pequenos vídeos promocionais de divulgação até na própria televisão, na RTP 2, que os anúncios institucionais não têm custos. -----

----- Um Projeto de Regulamento Municipal de atribuição da distinção ‘Lojas com História’, que seja ajustado, na especialidade, após a publicação do novo regime legal, de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e/ou cultural/local, uma vez que nós, em princípio, aprovaremos hoje aqui isto, depois tem que haver uma fase de ajustamento entre a legislação que sai da Assembleia da República e este regulamento. -----

----- Depois solicitamos a Câmara de Lisboa que acompanhe a Assembleia Municipal no sentido de solicitar à Assembleia da República, de novo, celeridade no agendamento desta discussão e votação do novo regime legal -----

----- E, enfim, que a Câmara de Lisboa abra as candidaturas ao reconhecimento das ‘Lojas com História’, logo após a publicação da nova Lei, o Senhor Vice-Presidente acabou de dizer, mas não é demais insistir que, logo que isto seja publicado, se possa começar, porque há imensas, quer dizer, finalmente, algumas ‘Lojas com História’ aperceberam-se que poderiam ter vantagens e defenderem-se se se candidatassem, mas as candidaturas têm estado fechadas e, portanto, era importante que se abrissem rapidamente -----

----- E, finalmente, que a Câmara de Lisboa, que a criação do fundo ‘Lojas com História’, permitisse uma mais célere e efetivo apoio à conservação, divulgação e promoção das ‘Lojas com História’. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Para que as ‘Lojas com História’ não passem à história sem se referir a história bem clara de que a Lei das Rendas tem aqui um, claramente visto, efeito terrível, negativo para a cidade. -----

----- É verdade que é a ela que devemos a principal responsabilidade para este movimento centrífugo do centro da cidade, das pessoas e dos valores com história. ----

----- Mas não é só, é verdade que dentro destas forças centrífugas, está um movimento especulativo de valorização do centro da cidade e, naturalmente, tirando razão de ser às ‘Lojas com História’, por razões de natureza estritamente comercial. -----

----- É uma tentativa em contracorrente que se deseja e valoriza de dar importância às ‘Lojas com História’. -----

----- Mas, se estiverem atentos às razões que estão por trás dos interesses comerciais, digam-me lá qual a razão, porque há um movimento tão rápido de encerramento de ‘Lojas com História’? Antes que a Lei apareça. -----

----- E assim dar-vos a velha notícia que o Café Pirata, não sei se algum de vós ainda foram ao Pirata beber uma ‘imperialzita’ na Praça dos Restauradores, na loja de Paris em Lisboa no Largo do Chiado, correm para encerrar. -----

----- Outras estão em vias de encerrar tão rapidamente quanto se atrasar a tal Lei prometida. -----

----- É por isso que nós temos esta opinião de que os arruamentos anexos a esta Proposta que aqui vem, o Regulamento do Fundo de Apoio às Lojas, penso que deve ser aprovado hoje, e se não for haver alguma razão muito particular, já o tinha dito noutras alturas, deveríamos também aprovar o Regulamento para a Atribuição do Reconhecimento de ‘Lojas com História’ pelo Município de Lisboa.-----

----- Dirão, a Lei virá depois e poderá justificar alterações do Regulamento, digamos que a Lei altera automaticamente o Regulamento e não precisamos até nos preocupar, mas é a urgência, é pela urgência, Senhora Presidente, que eu proponho que possamos votar hoje estes dois Regulamentos e dar a possibilidade à Câmara, mesmo atrasada, mesmo em dificuldades, mesmo às vezes distraída, ainda ir a tempo de dar um contributo para preservar um espaço importante, que é também importante para o turismo, mas é importante para a cidade e é importante, naturalmente, nós sabemos que é um valor relativo, o movimento especulativo de capital na cidade vai determinar, mesmo contra a nossa vontade e gosto, mas é um movimento, é uma posição, pode não ser definitiva, mas é um começo para uma solução melhor, que virá um dia, quando tomarmos a cidade como um valor total sem ser razão de especulação privada. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Andrade (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O debate que aqui fazemos hoje, sobre as ‘Lojas com História’ é, sem dúvida, muito importante, e assim o consideramos. -----

----- Uma cidade faz-se da sua história, dos seus monumentos, da sua arquitetura, dos seus habitantes e do comércio local, nas suas várias vertentes, inclusivamente, das suas lojas que há dezenas e dezenas de anos integram essa mesma cidade. -----

----- Porque estes espaços comerciais fazem parte da cidade e da Lisboa em que nos reconhecemos, assistir à sua progressiva destruição é insustentável. -----

----- Consideramos, no entanto, que esta destruição não pode ser dissociada de 2 fatores, certamente entre outros, mas 2 fatores que para nós são muito claros. Um deles é a Lei das Rendas e outro é o processo de gentrificação que a cidade está a viver. -----

----- De facto, as alterações introduzidas à Lei das Rendas pela mão de Assunção Cristas, aquando da legislatura PSD/CDS, vieram desproteger os inquilinos originando situações como as que agora sucedem com o desejo das lojas históricas. -----

----- O Bloco de Esquerda tem divergências de fundo para com esta Lei pelo que consideramos essencial que esta seja revista em sede própria, naturalmente, no sentido de proteger os inquilinos e defender o direito à habitação. -----

----- Um outro fator que contribui para o desaparecimento das ‘Lojas com História’ e de habitação, de uma forma generalizada, é a gentrificação acelerada que a cidade de Lisboa está a viver. A título de exemplo, veja-se o caso da Tabacaria Martins, que já hoje aqui foi referida, na Rua do Calhariz, com mais de 100 anos de existência, e este espaço no Edifício Sandomil esteve em vias de fechar, o que acabou por não suceder e também graças à intervenção da Câmara, mas esteve em vias de fechar, uma vez que o fundo imobiliário que adquiriu o edifício não se mostrou interessado na sua manutenção. -----

----- A situação resolveu-se a loja irá continuar, mas irá continuar num edifício onde um T4 custa a módica quantia, disponível para ser pago por qualquer um de nós, de apenas 3 milhões de euros. -----

----- O mesmo destino da continuação de Loja histórica não tiveram outros espaços, entretanto, desaparecidos, como a Casa Alves ou o Restaurante Palmeira. -----

----- Por tudo isto, consideramos que é, de facto, importante intervir sobre este assunto e resolvê-lo, mas resolver também a questão de fundo, na qual a Lei das Rendas e o processo de gentrificação da cidade nos parece ser fundamental. -----

----- Relativamente às Propostas em debate, no que diz respeito ao Regulamento Municipal de Atribuição da Distinção de ‘Lojas com História’, o Bloco de Esquerda tem sérias dúvidas quanto à indicação de que a competência para atribuição da distinção seja atribuída ao Presidente da Câmara, com a faculdade de delegação de competências em Vereador. -----

----- Consideramos que esta matéria requer um tratamento semelhante ao da classificação de bens com Património Cultural de Interesse Municipal. -----

----- Consideramos também que a deliberação de atribuição da distinção deve ser da competência do plenário da Câmara Municipal, ponderando-se ainda a eventual intervenção da Assembleia Municipal. -----

----- Dito isto, iremos votar favoravelmente as Propostas aqui em apreço, na certeza que participaremos ativamente no debate na especialidade, em sede da qual, apresentaremos propostas de alteração.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhores Deputados, há aqui uma informação que é relevante ser dada que é a seguinte: -----

----- O Senhor Deputado Carlos Silva Santos, Presidente da 2ª Comissão que acompanhou esta matéria, propôs que nós votássemos, já hoje, os 2 Regulamentos na sua versão final.-----

----- O Regulamento de Atribuição da Distinção não tem lá a norma habitante, e tem que ter e, portanto, nós temos que fazer essa alteração na especialidade, em sede de Comissão, antes de fazermos aqui uma aprovação final. -----

----- Portanto, o que eu sugeria era voltarmos aquela metodologia que eu tinha proposto. -----

----- Podemos aprovar, sem qualquer dificuldade, o Regulamento do Fundo Municipal, porque esse tem lá a norma habilitante. -----

----- E quanto ao outro, terá que haver um trabalho entre a Câmara e as Comissões para que fique cá a norma habilitante, ele não teve a norma habilitante, porque, no fundo, a Câmara estava à espera que saísse a Lei, a Lei não saiu, tem que haver uma norma habitante com base na legislação, atualmente existente, que permita fazer isto. Penso que isso não é difícil e que rapidamente o faremos e depois, já sem qualquer impedimento do ponto de vista da conformidade legal, votarmos o Regulamento. -----

----- Eu não estou a dizer isto por acaso, eu estou a dizer isto porque já houve, concretamente, e publicamente anunciadas, intenções de impugnar este Regulamento e, portanto, eu gostaria de evitar esse passo e que a Assembleia tomasse a devida precaução para votar o Regulamento que fosse, de facto, à prova de impugnação.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, só para referir que este Regulamento, nos termos em que está redigido é um Regulamento para identificar um público-alvo de apoios, passível de ser apoiado pela Câmara Municipal. -----

----- Portanto, aquilo que a Senhora Presidente está a dizer faz todo o sentido na perspectiva de se pretender, com este regulamento que nós vamos aprovar já, tenha depois, no fundo, beneficie, venha a ter os apoios que a lei lhe confere. -----

----- Mas para efeitos daquilo que nós estamos a aprovar hoje, simplesmente estamos a identificar, no fundo, possíveis beneficiários de um Programa de Apoio Municipal, que estamos a criar no outro regulamento, é simplesmente isto. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Abre-se hoje, e definitivamente, uma janela, uma outra janela de esperança, a esperança trabalhada de quem continua a acreditar que a nossa história, e particularmente a história desta urbe tão amada, se faz também com a história dos

grandes empreendedores, dos pequenos empreendedores, de quem tem lojas cujo imobiliário é riquíssimo, de quem tem lojas como é o caso dos Peticionários que falavam da Tasca das Avenidas cujo imobiliário é aparentemente pobre, mas em que há, em todos nós, uma memória. -----

----- A história é um pouco feita disso, não é, a história é feita de patrimónios materiais e imateriais dos heróis do quotidiano e dos grandes heróis que, supostamente lideram, às vezes não sabemos bem o quê. -----

----- Portanto, dizer-vos que aqui a Câmara é, mais uma vez, eco e voz. É voz porque faz jus de várias reivindicações que ao longo dos anos dizem que é preciso esta marca identitária das chamadas ‘Lojas com História’ e é, por sua vez, também o eco de esperança de quem continua a acreditar que Lisboa é feita como a nossa vida, de matizes, de contradições, de formidáveis contradições, de interceções sociais, culturais e sim, de facto, as ‘Lojas com História’ marcarão, como outro património da entidade, acreditamos, da cidade, mas também de quem a habita, de quem a ama, enfim, acho que estamos todos de parabéns por este imenso trabalho que foi feito. -----

----- É este o nosso dever, mas, às vezes, dá-nos gozo este dever e, portanto, estamos de parabéns, disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, já não temos mais ninguém inscrito, nem o Senhor Vice-Presidente que também já usou da palavra e, portanto, a Mesa vai pôr à consideração os 2 Projetos de Regulamento anexos à Proposta 632/CM/2016. -----

----- A Proposta 632/CM/2016 não tem que ser aprovada nem apreciada pela Assembleia, porque é uma Proposta que diz: ‘a Câmara aprova enviar à Assembleia’, portanto, não vamos nós aprovar enviar à Assembleia que já cá estamos.-----

----- O que nós temos que aprovar são os anexos à Proposta 632/CM/2016 e há 2:-----

----- Há o Projeto de Regulamento do Fundo Municipal e há o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição da Distinção ‘Lojas com História’.-----

----- Quanto a este 2º, eu já chamei à atenção e alertei que não tem norma habilitante e que, portanto, gostaria de o pôr à consideração apenas na generalidade, portanto, apreciá-lo, depois vai novamente à Comissão, fazem as Propostas de alteração que entenderem, ou solicitam à Câmara que as façam, e vem cá para depois o fecharmos.--

----- Depois temos ainda uma Recomendação e uma Moção. -----

----- A Recomendação é o conjunto de medidas que a Senhora relatora aqui apresentou dirigidas à Câmara.-----

----- E a Moção é um apelo à Assembleia da República para despachar este assunto rapidamente.-----

----- Penso que está claro, então sendo assim, eu vou pôr à votação. Já uma votação definitiva, portanto, final o Projeto de Regulamento do Fundo Municipal ‘Lojas com História’-----

----- **Voto da Proposta de Regulamento do Fundo Municipal ‘Lojas com História’.** A Proposta de Regulamento foi **aprovada por maioria** com os votos contra do CDS-

PP, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND.-----

----- Vamos pôr agora a uma apreciação na generalidade do Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição da Distinção ‘Lojas com História’.

----- Voto, na generalidade, **da Proposta de Regulamento Municipal de Atribuição da Distinção ‘Lojas com História’**. A Proposta de Regulamento foi **aprovada, na generalidade, por maioria** com os votos contra do CDS-PP, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND.-----

----- Portanto, o que foi aprovado em versão final, já pode seguir para publicação no Boletim Municipal.-----

----- E este 2º vai baixar novamente à 2ª e 7ª Comissão a quem vou pedir, naturalmente, urgência para as alterações que entenderem poderem ser depois devidamente agendadas e podemos aprovar.-----

----- O Senhor Deputado do CDS-PP indica que quer fazer uma declaração de voto. ---

----- (O CDS-PP não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- Vou pôr à vossa consideração a Recomendação 1/131.-----

----- Eu sugeria 2 pequenas alterações, queria que vissem o texto.-----

----- No Ponto 4, onde diz que ‘o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição da Distinção ‘Lojas com História’ seja ajustado, na especialidade, após publicação’, eu julgo que não vale a pena, pôr cá a palavra ‘no especialidade’, que ‘seja ajustado após publicação’ que terá sempre que ser. Depois da publicação da Lei tem que ser ajustado, portanto é retirar a expressão ‘na especialidade’.-----

----- Na questão do número 6 que se diz que ‘a Câmara Municipal de Lisboa abra as candidaturas ao reconhecimento das ‘Lojas com História’ logo após a publicação da nova lei’ eu sugeria depois do que ouvimos aqui, ‘logo que possível’. ‘Logo que possível’, porque assim fica, se nós andarmos mais depressa que a Assembleia da República, podemos imediatamente abrir, e se o nosso Regulamento for aprovado. ---

----- Concordam com estas alterações? Se concordam e vou para a vossa consideração, a Recomendação 1/131 Proposta pelas 2ª e 7ª da Comissões com as retificações que eu enunciei nos Pontos 4 e 6.-----

----- Voto da **Recomendação 1/131** – sobre os Projetos de Regulamentos anexos à Proposta 632/CM/2016. A Recomendação nº 1/131 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Agora a Moção ‘Sobre a criação de um regime legal de e reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e ou cultural local.’-----

----- Vamos pôr à vossa votação a Moção que é dirigida à Assembleia da República. --

----- Voto da **Moção 1/131** – ‘Sobre a criação de um regime legal de e reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e ou cultural local’. A Moção 1/131 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- O sentido da Moção, se calhar fui rápida demais, o sentido da Moção é para pedir celeridade na apreciação deste processo na Assembleia da República.-----

----- Vamos portanto, penso que terminámos este ponto.” -----

PONTO 6.3 – APRECIACÃO DO PONTO IV DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 702/CM/2016 - MANUTENÇÃO DA INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO NA SOCIEDADE CONCESSIONÁRIA DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE, A ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A., CUJO CAPITAL SE ENCONTRA DEFINIDO PREVISTO NO PROJECTO DE DECRETO-LEI QUE CRIA O SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE, POR CISÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER CONJUNTO DA 1ª E 4ª COMISSÕES PERMANENTES; RECOMENDAÇÃO 02/131 (1ª E 4ª CP) – TEMA 4 -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “E vamos passar agora à Proposta 702/CM/2016, é apenas o Ponto 4º da parte deliberativa que é para ser apreciado, isto tem a ver com a manutenção da integração do Município na Sociedade Concessionária da Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., e portanto, é este ponto que está à consideração da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Vereador João Paulo Saraiva quer fazer a apresentação da Proposta? Dispensa a apresentação da Proposta. -----

----- Senhor Deputado Hugo Xambre que é o relator quer fazer a apresentação do Parecer? Como queira, o Parecer deu origem uma Recomendação, portanto, pelo menos a Recomendação que vamos ter que votar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Parecer, como podem ver, é extenso. O Parecer, aquilo que faz, enquadra e dá aquilo que é a evolução política que o setor teve nos últimos anos, caracteriza o sistema multimunicipal de saneamento em alta de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste a partir do estudo de que está em anexo da viabilidade económica e financeira refere os pontos mais importantes da audição que a 1ª e 4ª Comissão fez ao Senhor Vereador e conclui que a Proposta está em condições de ser debatida e votada em plenário.-----

----- Faz a Recomendação habitual neste tipo de áreas e nas novas empresas e de estruturas Municipais de pedir que a Câmara Municipal envie à Assembleia informação sobre a atividade que a nova empresa vai ter e soube, também, a nível daquilo que é o sistema de saneamento que é proposto sobre a evolução que pode ter, de forma que a Assembleia Municipal possa ter conhecimento, tal como foi combinado

em Comissão, que em relação às últimas Propostas semelhantes, possa sempre haver o cuidado de fazer isso. Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, sobre a Proposta 702/CM/2016 que visa emitir parecer favorável à criação, por decreto-lei, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e por aí adiante. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda quer manifestar o seu apoio ao caminho de reorganização traçado para os sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento que o atual governo segue, decorrente de uma ação interposta pelos Município de Lisboa, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira, de declaração de nulidade da fusão da SIMTEJO, com fundamento na violação das normas legais aplicáveis às fusões (em especial a obrigatoriedade de deliberação da assembleia de acionistas) constantes do Código das Sociedades Comerciais. -----

----- E que tinha como fim último por parte do último governo das direitas a sua concessão a privados, a que sempre nos opusemos. -----

----- O caminho seguido da criação das Águas do Tejo Atlântico Sistema Multimunicipal De Saneamento De Águas Residuais Da Grande Lisboa E Oeste cujo objeto, em regime exclusivo, é a recolha, o tratamento, efluentes industriais, bem como a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas. -----

----- O Bloco de Esquerda, desde logo suscitou algumas dúvidas e interrogações à Proposta: -----

----- Em pormenor por que razão está prevista a existência de uma CTA- componente tarifária acrescida - que alguns municípios, como Lisboa, teriam de pagar todo o tempo e outros só passados alguns anos? -----

----- Em que se acrescenta as previstas receitas extraordinárias sob a forma de apoio do Fundo Ambiental (o que evidentemente nos será favorável). -----

----- Qual a percentagem do investimento previsto e listado nos anexos que diz respeito a Lisboa? -----

----- Qual a evolução tarifária prevista para os lisboetas durante o período da concessão a preços constantes? -----

----- E, por último se o Município de Lisboa é o Município com mais capital, 14,91%, deve ter direito sempre a indicar um membro do Conselho de Administração? -----

----- A todas as nossas interrogações o Vereador João Paulo Saraiva respondeu positivamente, pois o estudo de viabilidade económica e financeira permite aferir uma projeção da atividade corrente da empresa, denotando a viabilidade da empresa. -----

----- Estima também os resultados do ciclo financeiro da empresa, bem como o desvio de recuperação de gastos. -----

----- E, quanto ao valor da tarifa, ‘O modelo financeiro permitiu apurar a tarifa necessária por atividade que resulta da divisão dos gastos anuais, incluindo os impostos sobre o rendimento e a remuneração do capital investido, deduzidos dos rendimentos obtidos, pelos volumes de caudais a faturar’. -----

----- Por fim, o Bloco de Esquerda, à margem desta proposta espera que nesta nova Empresa surja também um conjunto de direitos coletivos a negociar idênticos aos que presentemente vigoram no Acordo de Empresa da EPAL.-----

----- Em relação à Recomendação à Câmara Municipal Lisboa para que esta:-----

----- ‘Envie com regularidade a esta Assembleia, informação e documentos sobre a atividade da sociedade agora criada e do subsistema de saneamento’. Nós apoiamos, claramente, com o acrescento do respeito pela responsabilidade social da empresa devida e dos direitos coletivos a implementar. Disse.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Antes de analisarmos a proposta em apreciação, Os Verdes querem deixar apenas duas notas prévias.-----

----- O anterior Governo PSD/CDS numa fúria privatizadora concretizou em 2015 a fusão dos sistemas multimunicipais em mega sistemas multimunicipais, com o argumento de maior eficiência, contra a vontade dos municípios, dos trabalhadores e das populações. Todos sabíamos que o objetivo foi sempre entregar a exploração e gestão destes sistemas multimunicipais ao privado, sem risco e com a perspetiva da obtenção do máximo lucro.-----

----- Posteriormente, o atual Governo assumiu no seu programa a reversão destes mega sistemas, de acordo com a vontade dos municípios. No entanto, e no entendimento do PEV, o caminho definido fica aquém do necessário, ao instituir que os sistemas a destacar terão de ser multimunicipais, com a introdução de mecanismos para condicionar a livre opção dos municípios, nomeadamente através do acesso a fundos comunitários que, de outra forma, não teriam.-----

----- Realçamos que vários dos sistemas que foram então agregados, estão hoje a sofrer processos de cisão/reversão dos mega sistemas, por vontade das autarquias, repondo, desta forma, parte das suas justas competências na gestão e na exploração dos seus serviços de abastecimento e saneamento, retirados com a medida do anterior Governo.-----

----- A proposta que hoje aqui apreciamos pretende criar o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e a constituição da sociedade anónima concessionária do mesmo, sendo que a autarquia mantém na nova sociedade posição proporcionalmente idêntica à que possuía na ex-SIMTEJO, ou seja, 14,9%.---

----- O Grupo Municipal do PEV concorda com a atual proposta, pois como bem se sabe, a nossa posição foi sempre contra o anterior processo de agregação, por considerarmos que foi encetado e concretizado à revelia dos municípios, contra a vontade destes, dos trabalhadores e das populações, com vista a uma total privatização dos setores de abastecimento de águas e saneamento.-----

----- Esta proposta, não sendo perfeita no nosso entendimento, vem sem dúvida contribuir para ‘dar um passo atrás’ no caminho que estava a ser seguido para a privatização destes sistemas.-----

----- Acrescentar ainda que subscrevemos o parecer conjunto emitido pela 1ª e 4ª Comissões, sobre o envio regular a esta Assembleia, de informação e documentação sobre a atividade da sociedade agora criada e do subsistema de saneamento, por

considerarmos ser importante que a Assembleia Municipal acompanhe de perto todo este processo.-----

----- Os Verdes defendem que esta reversão deve contribuir para a constituição de um novo sistema que tenha carácter público, com garantia de acessibilidade económica dos consumidores e participação efetiva dos municípios. -----

----- Consideramos por fim que é fundamental que o Estado assumira diretamente a responsabilidade inalienável na gestão da água, do domínio público hídrico e dos serviços de águas, garantindo desta forma a fruição dos direitos de todos os cidadãos, a adequada utilização da água no sistema produtivo, a sua poupança e a qualidade das suas funções ecológicas e ambientais.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora deputada, não tenho mais Senhores Deputados inscritos.

----- Pergunto se a Câmara quer usar da palavra? Ninguém quer usar da palavra?-----

----- Nesse caso não vamos pôr votação dos Senhores Deputados o Ponto 4º da parte deliberativa da Proposta 702/CM/2016.-----

----- Já explicito o que era, tem a ver com a manutenção de integração do Município na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento das águas residuais da Grande Lisboa e Oeste águas do Tejo Atlântico S.A. -----

----- Voto do Ponto IV da Proposta 702/CM/2016 – ‘Manutenção da integração do Município na Sociedade Concessionária da Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo Atlântico, S.A.’. O Ponto IV da Proposta 702/CM/2016 foi **aprovado por maioria** com os votos contra do PSD, abstenções do CDS-PP e MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, 6IND. -----

----- E tem uma Recomendação que já foi agora aqui anunciada que, no fundo, é a remessa a esta Assembleia dos relatórios e da informação e documentos sobre esta atividade vamos pôr a votação da Recomendação 2/131. -----

----- Voto da **Recomendação 2/131** sobre a Proposta 702/CM/2016. A Recomendação nº 2/131 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Vamos passar agora ao Ponto 6.4.” -----

----- **PONTO 6.4 – APRECIACÃO DO PONTO 1 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 763/CM/2016 - AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO(S) CONTRATO(S) DE CONCESSÃO DE UTILIZAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA DE MOBILIÁRIO URBANO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA P) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA-BASE: 34 MINUTOS; PARECER CONJUNTO DA 1ª E 3ª COMISSÕES PERMANENTES**

----- (A **Proposta 763/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante). -----

----- (A **Proposta 20/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer Conjunto das 1ª e 3ª Comissões Permanentes** relativa à **Proposta 763/CM/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “O Ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 736/CM/2016, trata-se de ‘autorizar a celebração do contrato concessão de utilização do domínio público do Município de Lisboa para instalação e exploração publicitária de mobiliário urbano’.-----

----- Pergunto se o Senhor Vice-Presidente quer apresentar a Proposta. -----

----- Antes de apresentar a Proposta, dizer aos Senhores Deputados que foi aprovado em Câmara a Proposta 20/CM/2017 que retifica 2 dos anexos do caderno de encargos desta Proposta. -----

----- Eu levei isto à Conferência de Representantes, a Conferência de Representantes não viu qualquer objeção a que nós votássemos a Proposta que é uma simples retificação e, portanto, quando vamos votar é a Proposta 763/CM/2016, retificada pela Proposta 20/CM/2017.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar agradecer a compreensão da Assembleia Municipal no que diz respeito a essa retificação, tem a ver com alguns erros que nós encontramos do ponto de vista de normas técnicas, que se ficarem já corrigidos ficará tudo correto. ----

----- Apenas referir que este concurso de concessão de utilização de exploração publicitária do mobiliário urbano é muito importante para a cidade de Lisboa, no fundo ocorre após 20 anos, 20 anos após o último concurso e a Câmara Municipal de Lisboa quando partiu para o desenho deste concurso teve presente objetivos muito concretos que eu gostava de enunciar para que fique absolutamente claro que existiu, por trás, uma ideia concreta, um pensamento concreto em relação a esta matéria.-----

----- A 1ª diz respeito à necessidade de reduzir os metros quadrados de publicidade na cidade, ou seja, foi nossa intenção que tivéssemos com aquilo que é nova concessão de publicidade no mobiliário urbano, uma área de metros quadrados publicidade inferior àquela que existia e nós reduzimos substancialmente os metros quadrados de publicidade. -----

----- Nós criámos 2 lotes, os lotes que nós criámos, no fundo, há um 1º lote que diz respeito a uma tipologia de mobiliário urbano que atualmente existe, e nós podemos dizer que há nesse lote mupis e há nesse lote os abrigos e os sanitários públicos.-----

----- Nós, no que diz respeito àquilo que é o mobiliário urbano com utilidade pública, não diminuimos, e no caso dos sanitários públicos até aumentámos, ou seja, mantivermos o número de abrigos que são os que são necessários para a operação de transporte da Carris, no que diz respeito aos sanitários aumentámos, tinha sido uma reivindicação permanente e constante, no fundo, na cidade de Lisboa. -----

----- No que diz respeito aos mupis diminuimos substancialmente. Se nós não considerássemos nem os abrigos, nem os sanitários, reduziríamos o número de mupis em cerca de 50 por cento no que diz respeito aos metros quadrados de publicidade na cidade.-----

----- Ao mesmo tempo, criámos um novo lote, que era lote 2, que nós considerámos, no fundo, a publicidade de grandes formatos, em que nós descontinuamos um conjunto de formatos que atualmente existem na cidade, que têm a ver com tipologias de mupis onde existem bandeirolas, relógios, um conjunto formatos muito diferente, que descontinuamos.-----

----- Descontinuamos também muitos dos 8 por 3, que existem atualmente na cidade, para criar uma tipologia de painéis digitais, grandes formatos de carácter digital, que serão colocados na cidade em zonas específicas que nós limitamos e que identificámos, na Proposta que os Senhores Deputados têm, quais é que são as zonas em que nós permitimos que exista esse tipo de publicidade e as restrições que têm à medida que nos aproximamos do centro da cidade.-----

----- O 2º grande objetivo foi, para além da redução dos metros quadrados publicidade, aumentar substancialmente aquilo que é o valor da publicidade na cidade de Lisboa, ou seja, nós identificamos isto como algo que tem um efeito na cidade, que tem um efeito que, muitas vezes, não é entendido como um efeito positivo e, portanto, considerámos que tínhamos que avaliar, de uma forma superior, aquilo que é o valor do contrato de publicidade e, portanto, nós, para além de reduzirmos em cerca de 25% do total, nas nossas contas, reduzir em 25% do total da publicidade, aumentamos para mais do dobro daquilo que é o seu valor.-----

----- Em 3º lugar, a ideia da incorporação de inovação e tecnologia ao criar uma tipologia de painéis digitais que permitirá mudar a forma como a publicidade ocorre e, no fundo, permitindo que mais entidades possam utilizar este tipo de painéis, porque, no fundo, a publicidade passa a deixar de ser o dia para passar a ser ao minuto, senão mesmo ao segundo.-----

----- Portanto, nós acreditamos que este concurso vai ser um concurso importante no que diz respeito à relação, também, entre a cidade e os seus habitantes, na medida em que as contrapartidas para a própria cidade, no que diz respeito à comunicação que a cidade faz, aumentam.-----

----- Nós colocámos um conjunto de contrapartidas que estão expressas, quer desde painéis digitais a mupis quer, no fundo, em minutos de comunicação que temos disponíveis para o futuro.-----

----- Acreditamos que é um contrato muito importante e acreditamos que aquilo que nós identificámos como principais objetivos serão concretizáveis e, portanto, acreditamos também que será bem acolhido da parte dos operadores com quem nós já tivemos oportunidade de ir falando numa abordagem preliminar a este desenho.-----

----- Portanto, é um concurso muito importante, vai ser um percurso muito valioso mas, simultaneamente, tivemos como objetivos concretos, acho que são objetivos partilhados pela maioria dos lisboetas em que, no fundo, a publicidade, os metros

quadrados publicidade na cidade devem ser reduzidos e o valor da publicidade deve ser aumentado. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito rapidamente e completando um bocadinho aquilo que já foi, neste momento, referido aqui pelo Senhor Vice-Presidente.-----

----- Em relação a esta Proposta 763/CM/2016, o que compete aqui à Assembleia Municipal é a autorização para a celebração do contrato de concessão. -----

----- Trata-se, de facto, de publicidade, uma vez que os contratos existentes já caducaram, porque já passaram 20 anos desde a sua assinatura. -----

----- Em relação aos objetivos para estes novos contratos eu iria apenas referir, muito rapidamente, que a Proposta considera que um dos objetivos é a qualificação da oferta de serviço aos cidadãos, com equipamentos mais atuais e com garantia de painéis com informação do Município sobre eventos e questões de índole social, desportivo e cultural, a valorização da acessibilidade e a redução de posições. -----

----- O Senhor Vereador já referiu a redução e a uniformização dos formatos que é um momento importante, a utilização da tecnologia e a otimização da contrapartida financeira do Município. -----

----- Eu refiro também como um elemento importante que o Parecer, portanto, considera, o mobiliário urbano a instalar deverá conter a simbologia da cidade de Lisboa, ser inovador e com elevada qualidade de materiais.-----

----- Outro aspeto que parece também importante e que o Parecer também refere é que o concessionário assume com a Câmara o compromisso de apresentar ao longo da concessão, que são 15 anos o que está aqui previsto, a introdução de novas tecnologias, de apresentar periodicamente, ao fim do 3º ano, do 5º, a introdução de novas tecnologias com incorporação de tecnologias de cidade inteligente. -----

----- Portanto, por estes motivos, e eu passo rapidamente à conclusão, a concretização das medidas preconizadas na Proposta 763/CM/2016, pode permitir uma adequada gestão do mobiliário urbano no espaço público, contribuindo assim para a promoção da qualidade de vida urbana e para a valorização do espaço público. -----

----- O caderno de encargos, o programa de concurso e respetivos anexos estão articulados com os objetivos definidos para os novos contratos, portanto, as Comissões que analisaram esta Proposta não entenderam apresentar nenhuma Recomendação, mas de qualquer forma, o Parecer foi aprovado. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só apenas dois esclarecimentos mas, antes disso, gostaria de realçar os aspetos muito positivos que foram aqui referidos pelo Senhor Vice-Presidente relativamente a esta matéria, ao que se arrastava já há algum tempo nesta Câmara, mas parece que valeu a pena esperar para se equacionar aspetos que me Pareceram absolutamente decisivos para a melhoria da qualidade do serviço que se presta, mas também a diminuição do impacto excessivo que a publicidade tinha na espaço urbano da cidade de Lisboa.-----

----- Devido a não ter estado na Assembleia nos últimos tempos, não pude acompanhar este processo, em particular e, obviamente, que da leitura da Proposta não é possível esclarecer 2 coisas que me parecia que talvez, que pelo menos da minha parte teria algum interesse.-----

----- A 1ª é se se fez alguma análise de vantagens e inconvenientes de se optar por um único concessionário para toda a cidade ou se, pelo contrário, utilizar até uma certa ideia de favorecer identidades diferentes na cidade e distinguir aquilo que são zonas históricas, zonas mais consolidadas e de meados do século passado, e zonas mais recentes e em construção. Se se analisou e se comparou a situação de ter um único concessionário para toda a cidade com vários concessionários, no fundo, um concessionário para diferentes zonas da cidade, portanto considerar várias cidades ainda que, obviamente, obedecendo às mesmas regras, padrões técnicos ou aspetos que se consideram importantes, portanto se essa análise comparativa foi feita. -----

----- E levanto a questão, porque, de facto, algumas cidades mais dinâmicas na Europa, mudaram recentemente de orientação em relação a este aspeto, porque chegaram à conclusão, não só ganhava mais dinheiro com isso como isto permitia resolver outro tipo de problemas, do ponto de vista da imagem da cidade e da identidade das pessoas com os seus bairros e com as suas zonas.-----

----- O 2º pedido de esclarecimento é se foi equacionado, também, o impacto que teria uma ideia que esteve presente num passado recente de, com a passagem da Carris para que a Câmara Municipal de Lisboa, se procurasse reduzir os suportes de publicidade fora das paragens e de estruturas de apoio ao transporte e dos próprios meios de transporte e, portanto, aquilo que seria fora do sistema de transportes era bastante mais reduzido, portanto se isso foi também analisadas os impactos financeiros que isso teria nas suas receitas. É tudo. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar quero agradecer à Senhora Deputada Ana Páscoa por ter enaltecido um conjunto de matérias que nem eu referi na minha intervenção.-----

----- Queria, desde logo, destacar a questão da acessibilidade, ou seja, houve aqui o cuidado na adaptação dos novos abrigos dos autocarros de ter em conta aquilo é o trabalho que está a ser feito pela equipa do plano de acessibilidade pedonal e, portanto, houve aqui um trabalho de equipa na definição de um conjunto de matérias que nós consideramos determinantes e depois a questão da necessidade de adequação dos equipamentos a tecnologias futuras que possam ser apresentadas pelo concessionário ou que possam ser apresentadas pela cidade.-----

----- Eu dou já um exemplo de uma que é muito fácil de acionar que é o *wi-fi*, por exemplo, ou seja, de hoje para amanhã, nós temos a possibilidade de lançar um concurso de *wi-fi* para a cidade e estes equipamentos têm que estar compatíveis com a possibilidade de lá colocamos, por exemplo, antenas de *wi-fi*, só para dar um exemplo de algo que é simples de identificar, mas quem diz isto, diz outro tipo de sensores tecnológicos que, hoje em dia, se colocam para ter informação nas cidades e, portanto, queria-lhe agradecer a sua intervenção.-----

----- No que diz respeito às questões que são colocadas pelo Senhor Deputado Fernando Nunes da Silva queria também agradecer.-----

----- Em primeiro lugar sim, nós analisámos as várias possibilidades de concursos de lotes. Devo dizer que, hoje, nós temos uma situação atípica, porque nós temos 2 concessionários na cidade, mas e a ideia da cidade, há 20 anos atrás, não era essa, ela aconteceu porque houve, na altura, divergências em torno do concurso e chegou-se a um acordo entre vários concessionários que, na altura, concorreram e aumentaram o número de equipamentos que não estavam previstos na altura, portanto, ficamos com mais equipamentos do que aqueles que estavam previstos no concurso e, em 2º lugar, chegou-se a uma divisão da cidade entre os vários concorrentes.-----

----- Portanto, nós percebemos que houve uma inflação decorrente de um processo dos metros quadrados de publicidade e quisemos, no fundo, reduzir os metros quadrados de publicidade que existem na cidade.-----

----- Por outro lado, era muito importante garantir que, qualquer do modelo que nós identificássemos, tinha concorrência, ou seja, tinha a possibilidade de não estarmos dependentes de uma qualquer empresa que se quisesse candidatar e tivéssemos, no fundo, lotes concorrenciais, quer para aquilo que é a publicidade mais tradicional, quer para este novo modelo de publicidade mais tecnológica e, portanto, nós desenhámos um concurso de publicidade que, no nosso entender, vai trazer concorrência em qualquer um dos casos.-----

----- O facto de haver 2 lotes não impede que haja uma única empresa que fique a gerir toda a publicidade da cidade, no entanto, nós achamos que é difícil conseguir apresentar uma Proposta nesse sentido porque, pelo menos o segundo lote, o total tecnológico, nós achamos que é muitíssimo competitivo e, portanto, tornar-se-á difícil que chegue uma empresa que apresente uma Proposta que, no fundo, seja superior à soma das duas, mais um prémio que nós introduzimos e, portanto, nós achamos que vai haver vantagens se existir mais do que um operador, mas não necessariamente na mesma tipologia, mas com tipologias diferentes, foi esse o nosso desenho, mas tivemos em conta todas as várias possibilidades.-----

----- Também tivemos em conta a questão que foi referida da concorrência, ou seja, nós entendemos que desenhámos um concurso que está assente nos nossos objetivos de cidade, caberá à Autoridade da Concorrência fazer as análises que entender como corretas, posteriormente.-----

----- No que diz respeito à questão da relação da nossa rede publicidade com a rede de publicidade dos transportes, o que o Senhor Deputado disse é verdade. Houve uma altura em que se pensou que fazia sentido de se valorizar, substancialmente, a rede publicitária dos transportes em detrimento da rede publicitária da cidade. No limite, até reduzir drasticamente aquilo que era a publicidade da cidade para valorizar.-----

----- Como chegámos à conclusão que são 2 universos diferentes com durações diferentes, que o contrato de publicidade dos transportes só termina daqui a alguns anos, entendemos que não fazia sentido ficar em suspenso, nem estar a prolongar artificialmente este contrato, portanto, avançámos com o concurso.-----

---- Agora, não deixará de haver oportunidade para a cidade de Lisboa de fazer uma integração se gerir a Carris e, portanto, assim que tenha a rede, automaticamente, e assim que termine o contrato de concessão da publicidade da Carris, nomeadamente, fará um concurso que eu espero que, pelo menos nos prazos, no final de cada um dos contratos, fique alinhado, para que aquilo que não foi possível hoje, seja possível no final destes contratos. Muito obrigado.” -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Estamos em condições para a votação o Ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 763/CM/2016 que tem a ver, como estivemos a ouvir, com a autorização para celebrar o ‘contrato de concessão de utilização do domínio público do Município de Lisboa para instalação e exploração publicitária de mobiliário urbano’.” -----

---- Voto **da Proposta 763/CM/2016** – ‘autorizar a celebração do contrato concessão de utilização do domínio público do Município de Lisboa para instalação e exploração publicitária de mobiliário urbano’. A Proposta 763/CM/2016 foi **aprovada por maioria** com os votos contra do MPT, abstenções do PSD, CDP-PP e BE, votos a favor do PS, PCP, PEV, PAN, PNP e 6IND.-----

---- E vamos passar a próxima Proposta.” -----

---- (O CDS-PP indicou que ia fazer uma declaração de voto.) -----

---- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

---- “*Os deputados municipais do CDS-PP, declaram que se Abstiveram na votação da proposta 763/2016, por considerarem que:* -----

---- 1. *A atribuição de uma concessão de utilização do domínio público para instalação e exploração publicitária de mobiliário urbano, pelo período de 15 anos, objeto da proposta em questão, exige que o Município de Lisboa, procure verificar e garantir a efetiva e a comprovada solidez financeira constante e estável do operador que venha a ser escolhido, por forma a assegurar a capacidade de cumprimento cabal das obrigações contratuais e, deste modo, evitar o risco de situações graves e lesivas do interesse público, como as que decorreriam de um eventual incumprimento do contrato.* -----

---- 2. *A natureza desta atividade — instalação e manutenção de mobiliário urbano — envolve equipamentos de utilidade pública, designadamente os abrigos para paragem de autocarros, pelo que, a não serem cumpridos os prazos e os padrões de qualidade e de eficiência adequados, incorre a Câmara no risco de ver causados graves transtornos e sérios prejuízos para os utilizadores (munícipes e visitantes) de difícil e morosa reparação.* -----

---- 3. *É certo que as penalidades e a caução, previstas no Caderno de Encargos, nomeadamente na cláusula 47ª, são desincentivadoras de eventuais incumprimentos mas, no entanto, todos sabemos que o momento da aplicação de sanções é posterior à ocorrência de factos graves para a Cidade e para quem a visita ou nela trabalha.* --

---- 4. *A Moção apresentada pelo CDS em Reunião de Câmara, permitia dentro do que é possível prever, reforçar as condições que melhor garantam que a cidade de*

Lisboa não venha a ser prejudicada por empresas ou agrupamentos criados “à última da hora” e que possam, à posteriori, não conseguir cumprir atempada e cabalmente os seus compromissos. -----

----- 5. *Na realidade, nos termos da conjugação dos normativos consagrados nos n.ºs 1 e 3 do artigo 75.º do Código dos Contractos Públicos, a proibição de intervirem fatores ou dados relativos à capacidade técnica ou financeira dos concorrentes, destinados a verificar da sua aptidão ou inaptidão para a execução do contrato apenas se aplica aos procedimentos de formação de empreitadas ou concessões de obras públicas, de concessão de serviços, de locação ou aquisição de bens ou aquisição de serviços.* -----

----- 6. *No caso em apreço, estarmos na presença de uma concessão do uso privado do domínio público, o respetivo procedimento pré-contratual não está sujeito à proibição acima referida. Pugnando-se então, pela introdução da “capacidade financeira” nos “fatores e subfactores” de avaliação das propostas, a qual é plenamente admissível nos casos de concessão de uso privativo do domínio público.* -----

----- 7. *A rejeição da Moção do CDS com o n.º 39/2016, é uma escolha política e que define a posição da atual maioria no executivo camarário em manter como critério de adjudicação “a remuneração mais alta” ou seja, o único fator diferenciador entre as propostas será o preço.* -----

----- 8. *Ficou claramente comprovado no decorrer da Reunião de Câmara que aprovou esta proposta, que todo o executivo reconheceu como juridicamente exequível que, nos termos da legislação aplicável, em concreto com fundamento nos n.ºs 1 e 3 do artigo 75.º do Código dos Contractos Públicos, o critério de adjudicação da “remuneração mais alta”, podia ser alterado para a “proposta economicamente mais vantajosa”, passando a adotar-se como fatores de avaliação o “preço” e a “capacidade económico-financeira”.* -----

----- 9. *Para o CDS este é o melhor critério de adjudicação de forma a prevenir a Câmara de adjudicar a um concorrente sem que se atenda à sua sustentabilidade económica, apesar de este apresentar melhor remuneração, e desta forma permitir uma defesa mais consistente dos interesses do Município de Lisboa.”* -----

----- **PONTO 6.5 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 636/CM/2016 - ALIENAÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO MUNICIPAIS SITAS NA RUA AVIADOR PLÁCIDO ABREU E AVENIDA CONSELHEIRO FERNANDO DE SOUSA (VILA RAUL), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA I), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA-BASE: 34 MINUTOS; PARECER CONJUNTO DA 1ª E 3ª COMISSÕES PERMANENTES** -----

----- (A Proposta 636/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXX e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer Conjunto das 1ª e 3ª Comissões Permanentes relativa à Proposta 636/CM/2016 fica anexado à presente Ata, como Anexo XXXI e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “É a Proposta 636/CM/2016 quer alienação de duas parcelas, de terrenos municipais, sitas na Rua Aviador Plácido Abreu e Avenida Conselheiro Fernando de Sousa (Vila Raul).-----

----- Já aqui hoje, lamentavelmente, enfim, referida. Lamentavelmente, não pela referência, mas pelo estado em que ela está e pelo destino que vai ter. Mas as coisas são como são e eu vou perguntar à Câmara Municipal, não sei se o Senhor Vice-Presidente ou se o Vereador Manuel Salgado querem apresentar a Proposta, ou se dispensa a apresentação? Senhor Vereador Manuel Salgado”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Só muito rapidamente referir isto. -----

----- A origem desta intervenção foi um estudo feito pelos Serviços Municipais de reordenamento desta zona da cidade, ali junto às Amoreiras e ao longo da Rua Aviador Plácido de Abreu.-----

----- Esse estudo, depois, deu origem a um PIP apresentado pelo proprietário do terreno maior, em 2012, esse PIP foi retomado em 2015, apresentado um novo PIP que altera ligeiramente o desenho urbano, mas que permite perfilar esta Rua Plácido Abreu e torná-la, portanto, com isto, uma via de 2 sentidos, aliviando, assim, o trânsito junto a atual praça que fizemos no Largo de Campolide. -----

----- A Proposta que hoje trazemos à Assembleia Municipal é para a integração nesta intervenção urbanística 2 parcelas Municipais, uma sem edificabilidade autónoma que foi avaliada através do regulamento de complemento de lote, e outra, mais pequena, mas com edificabilidade autónoma, cuja avaliação foi feita a partir de 2 empresas de avaliação, que apresentaram Propostas que são muito semelhantes uma da outra. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa pergunta ao Senhor Deputado José Roque Alexandre, que é o relator, se quer apresentar o Parecer? Dispensa apresentação do Parecer.-----

----- Não vejo ninguém inscrito, pelo que vamos pôr à vossa consideração a Proposta 636/CM/2016, nos termos em que foi apresentada pela Câmara. -----

----- Voto **da Proposta 636/CM/2016** – ‘Alienação de duas parcelas de terreno municipais sitas na Rua Aviador Plácido Abreu e Avenida Conselheiro Fernando de Sousa (Vila Raul)’. A Proposta 636/CM/2016 foi **aprovada por maioria** com os votos contra do PCP, BE e PEV, abstenções do PSD, CDP-PP, MPT, PAN, 2IND, votos a favor do PS, PNPN e 4IND.”-----

----- (O PEV indicou que ia fazer uma declaração de voto.)-----

----- **O Grupo Municipal do PEV** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “Sobre esta Proposta nº 636/2016 referente à Alienação de duas parcelas de terreno municipais sitas na Rua Aviador Plácido Abreu e Avenida Conselheiro Fernando de Sousa (Vila Raul), ‘Os Verdes’ recordam o seguinte:-----

----- Em 1º lugar, o PEV não concorda que se esteja a alienar duas parcelas de terreno municipais, como já aqui anteriormente afirmamos, sem que tenha sido aprovado o Projeto de Regulamento do Património Imobiliário Municipal, tal como previa a Recomendação n.º 1/83 ‘Para uma gestão patrimonial sustentada e sustentável’, documento que se encontraria ainda em fase de consulta pública e que apenas, posteriormente, será analisado pela Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Em 2º lugar, ‘Os Verdes’ acham preocupante que a Câmara Municipal de Lisboa esteja a promover a alienação de parcelas municipais, uma delas para complemento de lote, a fim de viabilizar uma solução urbanística que implicará a demolição da Vila Raul para construir um edifício com 9 pisos e mais 3 caves. Se foram apresentadas 3 soluções de intervenção, o PEV não entende o motivo por que não foi escolhida a opção A, que não requeria a demolição da Vila. -----

----- Quanto à Proposta que visa a demolição da Vila Raul, por ser um dos conjuntos edificados tão singular na cidade, e apesar de estar abandonado, não acompanhamos a alienação destes dois lotes municipais. -----

----- Em 3º lugar, há seis meses que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, informava que estava em curso um levantamento sobre ‘edifícios classificados como Pátios e Vilas Municipais’, por meio de ‘fiscalizações, vistorias, correção de classificações e registo informático’, tendo em vista a produção de um relatório sobre os Pátios e Vilas Municipais. -----

----- Pelo que ‘Os Verdes’ não compreendem o motivo porque ainda não foi concluído e apresentado este relatório na Assembleia Municipal de Lisboa, que não deve ficar apenas pelo seu levantamento e diagnóstico, mas que deverá conter respostas e linhas de ação para sistematizar as intervenções nos pátios e vilas. -----

----- Em 4º lugar, a CML anunciou há apenas dois meses o lançamento de um Programa de 8,5 milhões de euros para a requalificação de 9 pátios e vilas, com o objetivo de aumentar a oferta de habitação acessível para os mais jovens, mas onde não consta a possibilidade de reabilitar a Vila Raul ou a Vila Martel, como consta na Recomendação n.º 4/131, das 3ª e 7ª Comissões da Assembleia Municipal de Lisboa. --

----- Em suma, este processo representa mais uma alienação de património público por venda direta, sem que tenha sido ainda discutido o Regulamento do Património Imobiliário Municipal que defina a Estratégia para uma Gestão Sustentável do Património Imobiliário Municipal, não havendo a intenção de salvaguardar e reabilitar a Vila Raul que é um testemunho patrimonial de uma forma de habitar a cidade.” -----

PONTO 6.6 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 742/CM/2016 - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E AS FREGUESIAS PREMIADAS COM O PRÉMIO DE MÉRITO DESPORTIVO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA OLISIPIÁDAS DO ANO 2015/2016, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DA ALÍNEA J) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DO ARTIGO 121.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO NA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA-

BASE: 34 MINUTOS.PARECER CONJUNTO DA 1ª, 5ª E 7ª COMISSÕES PERMANENTES. RECOMENDAÇÃO 03/131 (1ª, 5ª E 7ª CP) – TEMA 7

----- (A **Proposta 742/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXII** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 1ª, 5ª e 7ª Comissões Permanentes** relativa à **Proposta 742/CM/2016** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XXXIII** e dela faz parte integrante). -----

----- (A **Recomendação da 03/131** relativa à **Proposta 742/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXIV** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Vamos passar agora a apreciação da Proposta 742/CM/2016 que tem a ver com protocolo entre o Município de Lisboa e as Freguesias premiadas com o prémio de mérito desportivo no âmbito do programa Olisipíadas 2015/2016. -----

----- A Proposta foi apreciada pela 1ª, 5ª e 7ª Comissões Permanentes. -----

----- Pergunto à Câmara se quer apresentar a Proposta. -----

----- Julgo que não está aí o Vereador Jorge Máximo, dispensa apresentação. -----

----- Os Senhores relatores foram o Senhor Deputado Magalhães Pereira, que teve que ausentar porque estava um pouco indisposto e a Senhora Deputada Sofia Oliveira Dias que não está presente, portanto também não haverá a apresentação do Parecer. -----

----- Vou pôr à consideração. Não temos inscrições. -----

----- **Voto da Proposta 742/CM/2016** – ‘Celebração de Protocolo entre o Município de Lisboa e as Freguesias premiadas com o Prémio de Mérito Desportivo, no âmbito do Programa Olisipíadas do ano 2015/2016’. A Proposta 742/CM/2016 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND.” -----

----- Há uma Recomendação que é no sentido de enviar, é uma Recomendação que costumamos sempre fazer quando são Propostas de delegação de competências ou de transferências para as Freguesias tem a ver com o envio dos Relatórios e com a repartição equitativa deste tipo de Propostas para todas as Freguesias. -----

----- Vou pôr à vossa consideração. -----

----- **Voto da Recomendação nº 3/131** relativa à Proposta 742/CM/2016. A Recomendação nº 3/131 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. -----

----- Chegámos ao fim dos nossos trabalhos. -----

----- Senhores Deputados, eu tenho que ver como é que estamos em matéria de Propostas prontas para serem apreciadas, para ver se tenho matéria suficiente para fazer uma reunião para a semana de qualquer maneira darei notícia aos Representantes de qual é a o estado da arte e como é que vamos fazer. -----

----- Muito obrigado a todos e uma boa semana para todos.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e cinco minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do

disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----
-----A PRESIDENTE-----